UNIVERSIDAD AUTONÓMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN

MESTRADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA

Leila Aparecida Alves Kanada

Asunción, Paraguay

2024

Leila Aparecida Alves Kanada

A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Jurídicas Política e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres

Asunción, Paraguay

2024

Kanada, Leila Aparecida Alves

A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA.

Tutor: Prof. Dr. José Antonio Torres

Asunción (Paraguay)

Tese Acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação.122 p.– UAA, 2024.

Palavras Chave: Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, Supervisão Educacional, Educação Infantil, Práticas Inclusivas.

Leila Aparecida Alves Kanada

A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, pela Universidade Autónoma de Asunción- UAA

_____

Dr. Examinador

_____

Dr. Examinador

_____

Dr. Examinador

AGRADECIMENTOS

Com amor e gratidão imensuráveis, homenageio meus pais, Antonio (in memoriam) e Laides, cujo amor, carinho e incentivo formaram a base do meu ser e do meu viver.

Ao meu marido, Paulo, meu parceiro querido, obrigada por sua confiança e apoio constante em cada etapa deste percurso.

A minhas amadas filhas Karen, Kellen e Paula Késsia, meu amor por vocês é uma fonte inesgotável de inspiração e realização. Agradeço aos meus irmãos, Silvio e Alessandro, pelas preciosas memórias compartilhadas de nossa infância juntos.

Um agradecimento especial aos meus colegas da Diretoria de Ensino - Região de Adamantina, cujo apoio foram fundamentais para meu desenvolvimento profissional. À minha amiga Juliana, sua assistência nos desafios tecnológicos foi um verdadeiro presente.

Aos estudantes da UNIFADRA, vocês são oportunidades e desafios renovados a cada semestre. Aos aprendizes curiosos e inquietos das escolas em que tive a honra de trabalhar, vocês enriqueceram imensamente minha experiência como educadora.

Aos pais dos estudantes e aos profissionais das escolas, sua participação nesta pesquisa e compromisso com a inclusão escolar são profundamente apreciados.

Aos meus colegas de mestrado, nossa jornada, juntos foi repleta de aprendizados valiosos.

Aos professores do Mestrado, sou eternamente grata pelo conhecimento e sabedoria compartilhados.

Ao Dr. José Antonio Torres, meu orientador, agradeço por sua disponibilidade, orientação e inspiração.

À cidade de Assunção, que me surpreendeu, guardo recordações pelas experiências enriquecedoras.

E à Universidade Autônoma de Assunção, agradeço por abrir suas portas e ser parte fundamental desta jornada acadêmica.

A sensibilidade às necessidades, esperanças e sonhos de cada criança e cada pai ou mãe é essencial para a construção da confiança, para o trabalho em equipe e para que os melhores interesses de todos sejam atendidos.

(Prizant, 2023, p. 174)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....x
LISTA DE FIGURAS.....xi
LISTA DE TABELAS.....xii
RESUMO.....xiii
RESUMEM.....xiv
INTRODUÇÃO.....1
A) MARCO TEÓRICO.....10
1. Breve histórico da atuação do Supervisor de Ensino no Brasil.....11
1.1. O início da Supervisão Educacional Brasileira.....11
1.1.1. A Evolução e o papel atual da Supervisão Educacional no Brasil e no Estado de São Paulo.....12.
1.1.2. Os desafios da atuação do Supervisor de Ensino na parceria Estado-Município.....14
2. Educação Infantil no Brasil.....15
2.1. Breve histórico da Educação Infantil no Brasil.....15
. 2.1.1. Aspectos legais da Educação Infantil no Brasil.....16
2.2. Desafios e oportunidades na Educação Infantil no Brasil.....17
2.3. Diretrizes, referências e currículo da Educação Infantil.....18.
2.4. A Base Nacional Comum Curricular e a construção do currículo da Educação Infantil.....19
2.5. Formação de professores na Educação Infantil.....20.
3. Inclusão escolar no Brasil e no Estado de São Paulo.....21
3.1. Educação Especial no Estado de São Paulo na perspectiva da Educação Inclusiva.....22
3.2. Definição e importância da Inclusão Escolar.....23

3.3. Políticas e legislação de Inclusão Escolar no Brasil.....24

3.4. Avanços e desafios da Inclusão Escolar no Brasil.....25

4. Transtorno do Espectro Autista – TEA.....26

4.1. O que é o Transtorno do Espectro Autista.....26

4.2. Evolução histórica do entendimento ao diagnóstico do Autismo.....27

4.3. Os Critérios atuais dos diagnósticos do TEA.....28

4.4. Típicos sinais de Autismo em crianças pequenas.....30

4.5. Do reconhecimento precoce de Indicadores de Autismo à ação interventiva imediata.....31

4.6. Compreendendo os níveis de gravidade no Transtorno do Espctro Autista.....32

4.7. Neurodiversidade celebrada: A visão inovadora de Prizant sobre Autismo.....33

4.8. A formação de professores para o atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....34

4.9. Avaliação Inicial Pedagógica e Plano de Atendimento Individualizado – PAI.....35

5. Análise da estrutura educacional de Dracena.....37

5.1. Breve História de Dracena.....37

5.2. Inclusão e Pluralidade: A Educação de Dracena em Foco.....38

5.3. Atendimento Educacional Especializado na cidade Milagre de Dracena.....40

B) MARCO METODOLÓGICO.....42

6. Metodologia da pesquisa.....43

6.1. Problema da pesquisa.....44

6.2. Jufistificativa da pesquisa.....45

6.3. Objetivos geral e específicos.....46

6.3.1. Objetivo Geral.....47

6.3.2. Objetivos Específicos.....47

6.4. Decisões Metodológicas: Enfoque e Desenho.....47

6.4.1. Desenho e Tipo de Investigação.....48

6.4.2. Enfoque da Investigação.....50

6.4.3. Desenvolvimento do estudo: Contexto da pesquisa.....51

6.4.4. Participantes da pesquisa.....52

6.5. Técnicas e instrumentos: construção.....54

6.5.1. Observação participante.....55

6.5.2. Entrevista aberta.....57

6.6. Validação dos instrumentos.....57

6.7. Procedimento de pesquisa.....59

6.7.1. Benefícios da Pesquisa.....60

6.7.2. Riscos da pesquisa.....61

6.7.3. Questões éticas.....61

C) DADOS E CONCLUSÕES.....62

7. Análise e Interpretação dos Resultados.....63

CONCLUSÕES.....94

SUGESTÕES.....100

REFERÊNCIAS.....102

ANEXOS.....105

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA – Análise do Comportamento Humano

ADOS – Autism Diagnostic Observation Schedule

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CDC – Centro de Controle de Prevenção de Doenças

CEE – Conselho Estadual de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DSM – Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais

EAD – Educação à Distância

EE – Escola Estadual

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FAPIDRA – Feira Agropecuária de Dracena

FUNDEB – Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M – CHAT – Modified Checklist for Autism Toddlers

PAI – Plano de Atendimento Individualizado

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEI – Programa Nacional de Educação Infantil

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

REGES – Rede Gonzaga de Ensino Superior

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIFADRA – Faculdades de Dracena

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Estado de São Paulo, destacando o município de Dracena
Figura 02: Município de Dracena, estado de São Paulo
Figura 03: Desenho da Investigação
Figura 04: Repetição de Categorias
Figura 05: Triangulação Metodológica
Figura 06: Triangulação de dados em uma pesquisa de metodologia qualitativa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Dados Educacionais de Dracena

Tabela 02: Participantes da Pesquisa

RESUMO

A presente tese analisa a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil no município de Dracena. Adotando uma metodologia qualitativa, o estudo visa a uma compreensão profunda das dinâmicas, percepções e experiências envolvidas, utilizando observação, entrevistas abertas e análise documental para coletar dados. Os participantes incluíram supervisores de ensino, gestores, professores da Educação Infantil e pais dos estudantes com TEA, garantindo uma visão ampla dos desafios e estratégias de inclusão. A justificativa da pesquisa ressalta a urgência de estratégias eficazes de inclusão, dada a crescente prevalência de TEA e a legislação brasileira que enfatiza o direito à educação inclusiva. Destaca-se a importância da Supervisão Educacional como um elo crítico entre a política e a prática, fornecendo suporte essencial aos professores e assegurando que as necessidades dos estudantes sejam adequadamente atendidas. A pesquisa tem como objetivo geral investigar o papel do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da Educação Infantil no município de Dracena. Os objetivos específicos: analisar as implicações legais e as práticas pedagógicas relacionadas ao atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil; e verificar de que forma o Supervisor de Ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena. O papel do Supervisor de Ensino emergiu como fundamental para a implementação de práticas inclusivas adaptadas, a comunicação eficaz com os pais e a superação de desafios, como a falta de recursos pedagógicos. Os resultados principais revelam que estratégias pedagógicas adaptadas, comunicação efetiva com os pais e adaptações curriculares individualizadas são fundamentais para a inclusão de estudantes com TEA. A falta de recursos foi identificada como um desafio significativo, enquanto a atuação proativa dos Supervisores de Ensino foi destacada como essencial para melhorar a qualidade do ensino inclusivo. As contribuições deste estudo para a educação inclusiva e a prática pedagógica incluem a ênfase na necessidade de formação continuada para professores, a alocação adequada de recursos e o fortalecimento do papel dos Supervisores de Ensino. Este trabalho sugere implicações para políticas públicas que visam promover ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores. Conclui-se que a inclusão efetiva de estudantes com TEA na Educação Infantil é um objetivo viável, requerendo o comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional. O estudo sublinha a indispensabilidade do Supervisor de Ensino na promoção de uma educação inclusiva que

atenda às necessidades de todos os estudantes, permitindo-lhes alcançar seu potencial pleno.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, Supervisão Educacional, Educação Infantil, Práticas Inclusivas.

RESUMEN

Esta tesis analiza la contribución del Supervisor Pedagógico en la promoción de la inclusión de alumnos con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en Educación Infantil en el municipio de Dracena. Adoptando una metodología cualitativa, el estudio pretende comprender en profundidad las dinámicas, percepciones y experiencias implicadas, utilizando la observación, las entrevistas abiertas y el análisis documental para recopilar datos. Entre los participantes había supervisores pedagógicos, directivos, profesores de educación infantil y padres de alumnos con TEA, lo que garantiza una visión amplia de los retos y las estrategias de inclusión. La justificación de la investigación destaca la urgencia de estrategias de inclusión eficaces, dada la creciente prevalencia del TEA y la legislación brasileña que enfatiza el derecho a la educación inclusiva. Destaca la importancia de la Supervisión Educativa como vínculo crítico entre la política y la práctica, proporcionando un apoyo esencial a los profesores y garantizando que las necesidades de los alumnos se satisfagan adecuadamente. El objetivo general de la investigación es investigar el papel del Supervisor Pedagógico en la promoción de la inclusión de alumnos con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el contexto de la Educación Infantil en el municipio de Dracena. Los objetivos específicos son: analizar las implicaciones legales y las prácticas pedagógicas relacionadas con la atención y la inclusión de alumnos con TEA en la Educación Infantil; identificar las principales dificultades a las que se enfrentan los profesores y las escuelas en la inclusión de alumnos con TEA. Los objetivos específicos: analizar las implicaciones legales y las prácticas pedagógicas relacionadas con la atención e inclusión de alumnos con TEA en Educación Infantil; identificar las principales dificultades a las que se enfrentan los profesores y las escuelas en la inclusión de alumnos con TEA en Educación Infantil; y ver cómo el Supervisor Pedagógico puede contribuir a promover la inclusión de alumnos con TEA en Educación Infantil en las escuelas del municipio de Dracena.El papel del Supervisor Pedagógico surgió como fundamental para implementar prácticas inclusivas adaptadas, una comunicación efectiva con los padres y superar retos como la falta de recursos pedagógicos. Los principales resultados revelan que las estrategias pedagógicas adaptadas, la comunicación efectiva con los padres y las adaptaciones curriculares individualizadas son fundamentales para la inclusión de los

alumnos con TEA. La falta de recursos se identificó como un reto importante, mientras que la acción proactiva de los supervisores professores se destacó como esencial para mejorar la calidad de la educación inclusiva. Las contribuciones de este estudio a la educación inclusiva y a la práctica pedagógica incluyen el énfasis en la necesidad de formación continua para los profesores, la asignación adecuada de recursos y el fortalecimiento del papel de los Supervisores Docentes. Este trabajo sugiere implicaciones para las políticas públicas destinadas a promover entornos educativos más inclusivos y acogedores. Concluye que la inclusión efectiva de alumnos con TEA en la educación infantil es un objetivo factible, que requiere el compromiso de todos los implicados en el proceso educativo. El estudio enfatiza la indispensabilidad del Supervisor Pedagógico en la promoción de una educación inclusiva que atienda a las necesidades de todos los alumnos, permitiéndoles alcanzar su pleno potencial.

Palabras clave: Educación Inclusiva, Trastorno del Espectro Autista, Supervisión Educativa, Educación Infantil, Prácticas Inclusivas.

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada “A Contribuição do Supervisor de Ensino na Promoção da Inclusão de Estudantes com TEA na Educação Infantil: Um Estudo de Caso no Município de Dracena', tem como objetivo analisar o papel do Supervisor de Ensino na implementação de práticas inclusivas para estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na Educação Infantil. Este estudo de caso foca no município de Dracena e visa destacar a importância da Supervisão Educacional na facilitação da inclusão efetiva, contribuindo para a compreensão e aprimoramento da educação inclusiva na região.

Problemática da pesquisa

Em relação à problemática desse tema, cabe à pesquisadora ir além dos embasamentos teóricos existentes e buscar na realidade da escola, através dos resultados antes encontrados, a fim de compreender quais os avanços na Educação Inclusiva com estudantes com TEA, foram alcançados no município de Dracena nos últimos anos.

Faz-se necessário não só compreender a legislação que aborda o tema, quanto seus avanços legais no Brasil e no mundo, como também saber se os avanços contidos nos documentos legais e nas bases teóricas, também aconteceram na prática, nas escolas de Educação Infantil no município de Dracena.

Diante do aporte legal, de incluir um estudante com TEA em uma sala de ensino regular da Educação Infantil, proporcionando a ele suporte necessário para um desenvolvimento integral como educando.

Essa pesquisa surge da necessidade de apresentar os avanços práticos, reais dentro das escolas do município de Dracena e se os mesmos correspondem as exigências das leis da inclusão.

Sabemos que a inclusão é um dos grandes desafios para as escolas públicas nos dias atuais, com dificuldades na falta de especialização de muitos professores para a educação inclusiva, falta de espaços adaptados para receber e acolher os estudantes com TEA.

De acordo com Campoy (2018, p. 51) “o problema é o ponto de partida de toda investigação, é provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica em vários passos interrelacionados”.

Dessa maneira, a pergunta problema norteará todo esse estudo, e é a partir dela que conseguiremos resultados para os objetivos propostos, oferecendo base para desenvolver esse estudo. Com esse fim, essa pergunta problema consiste em uma pergunta sobre a realidade existente e que ainda não possuem respostas que as atendam.

Assim, decidimos realizar um estudo de caso para investigar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil, a partir das seguintes perguntas:

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil e como o Supervisor de Ensino pode contribuir para superá-las?

Quais são as práticas pedagógicas indicadas e as implicações legais no atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil?

Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena?

Justificativa da Investigação

A pesquisa em questão focaliza o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e busca compreender os avanços da Educação Inclusiva no sistema escolar do município de Dracena, a partir da vivência na Supervisão de Ensino, em uma escola de Educação Infantil, primeira etapa da educação formal, onde crianças ingressam no ambiente escolar e desenvolvem habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais, todas fundamentais para a sua formação.

Quando se aborda questões dos avanços, diversos aspectos merecem atenção e requerem análise meticulosa para entender sua evolução. É imperativo examinar as infraestruturas físicas das escolas a fim de determinar se elas oferecem acessibilidade adequada aos estudantes com deficiências, incluindo aqueles com TEA. Além disso, é fundamental avaliar o preparo pedagógico dos professores para acolher esses estudantes e proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa. Segundo o MEC (2020, p. 07), o sucesso de qualquer sociedade está intrinsecamente ligado ao respeito pela diversidade humana em todas as esferas da convivência social.

Faz parte do trabalho da Supervisão de Ensino, acompanhar, orientar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e observar que existem professores e escolas que enfrentam desafios em relação a como promover a efetiva inclusão dessas crianças.

Essa experiência tem mostrado que o trabalho colaborativo entre a equipe escolar e a família do estudante é fundamental para o sucesso da inclusão, como também a formação continuada de professores orientando práticas e estratégias pedagógicas apropriadas. Porém, essa colaboração nem sempre acontece de forma satisfatória, e nem o professor se sente preparado para atender estudantes com autismo, levando-nos a refletir sobre:

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil e como o Supervisor de Ensino pode contribuir para superá-las?

Quais são as práticas pedagógicas indicadas e as implicações legais no atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil?

Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena?

Assim, como forma de contribuir para a melhoria desse cenário, decidimos realizar um estudo de caso para investigar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

O intuito desta pesquisa é o de fornecer informações valiosas a respeito de, como o Supervisor de Ensino pode atuar para apoiar as escolas e as famílias nesse processo de inclusão, promovendo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

O interesse da pesquisadora pela Educação Inclusiva, bem como seu compromisso com o avanço dos estudantes com TEA, leva-nos a uma reflexão sobre a eficácia da educação inclusiva no contexto educacional brasileiro. A pesquisa também busca responder ser os professores estão de fato preparados para integrar estudantes com deficiências, incluindo TEA, em salas de aula regulares da Educação Infantil. Esse aspecto é de suma importância, pois a inclusão efetiva vai além da presença física do estudante com TEA nas escolas, mas sim na oferta de um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor, adaptável e capacitado para atender às necessidades diversas de todos os estudantes.

Seguindo os preceitos de Minayo (2001, p. 15) a justificativa:

> Trata-se da relevância, do porquê tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Quê contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa? A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

Portanto, o desenho metodológico desta pesquisa não é apenas um guia para a investigação, mas uma estratégia rigorosa que visa capturar a complexidade e as nuances da Educação Infantil em Dracena. Ele serve como um instrumento para a coleta de dados empíricos que podem contribuir significativamente para o campo da educação especial, fornecendo insights valiosos para políticas públicas, práticas pedagógicas e, mais importante, para a qualidade de vida dos estudantes com TEA.

A pesquisa, justifica-se também pelo fato de a quarenta anos, em uma escola tranquila de um Distrito rural, havia uma criança reservada e introspectiva. Ela frequentemente se encontrava imersa em seus próprios pensamentos, preferindo observar as formigas no chão ou traçar padrões imaginários na areia do parquinho em vez de participar das brincadeiras com os colegas. Durante as aulas, ela destacava-se por seu comportamento peculiar, evitando o contato visual com os professores e parecendo ausente em suas próprias reflexões.

Apesar de sua quietude, demonstrava uma inteligência notável, especialmente em matemática, resolvendo problemas complexos com facilidade e rapidez. No entanto, suas habilidades contrastavam com suas dificuldades sociais, evidenciadas por sua relutância em interagir com os outros e sua tendência a responder de maneira literal a perguntas ou instruções. Além disso, enfrentava desafios adicionais em sua rotina diária, como entrar em um carro, uma tarefa que frequentemente resultava em gritos e resistência.

Essa história ilustra como, mesmo décadas atrás, crianças enfrentavam desafios únicos na escola, destacando a importância de compreensão e apoio adequados para garantir seu desenvolvimento integral. Enquanto testemunhava de perto as lutas e triunfos de crianças com necessidades especiais, a pesquisadora foi obrigada a moldar a própria trajetória profissional. Desde o início, a jornada educacional foi marcada por um profundo envolvimento com a educação especial, começando como inspetora de estudantes na mesma escola rural onde foi alfabetizada.

Essa experiência inicial não apenas consolidou habilidades fundamentais, mas também despertou o desejo de seguir uma carreira educacional. Determinada a alcançar esse objetivo, e enfrentar a dificuldade de cursar Pedagogia, no período noturno, superando a distância de 90 quilômetros diários, muitas vezes percorridos em estradas precárias após longas jornadas de trabalho. Essa jornada não apenas demonstra meu amor pela educação, mas também estabelece o alicerce para minha futura contribuição no campo educacional.

De acordo com os resultados do Censo Escolar 2023, observa-se uma variação significativa no percentual de crianças matriculadas na educação especial entre as redes pública e privada no Brasil. Na rede pública, a grande maioria, ou seja, 97,3% das crianças com necessidades educacionais especiais, estão matriculadas em classes comuns, enquanto apenas uma parcela mínima, representando 0,2% das crianças de creches públicas, está matriculada em escolas especiais.

Um dos desafios fundamentais enfrentados pela administração pública no Brasil é concretizar a inclusão escolar, um direito garantido pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Apesar de avanços em pesquisas e políticas governamentais focadas na melhoria do acesso e qualidade educacional, a educação ainda revela que o país está longe de fazer da educação inclusiva e da dignidade humana um direito

universalmente garantido, indicando a necessidade de esforços contínuos e estratégicos nesta direção.

A pesquisa foca na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, especificamente no município de Dracena, Brasil. O estudo destaca a importância do Supervisor de Ensino como um agente fundamental para a efetivação dessa inclusão. No contexto brasileiro, onde a exclusão social é uma questão premente, a educação inclusiva assume um papel ainda mais relevante. A inclusão de estudantes com TEA vai além da simples integração desses estudantes em salas de aula regulares; ela demanda um ambiente educacional que seja tanto acolhedor quanto adaptável às suas necessidades específicas.

O Supervisor de Ensino desempenha um papel de grande relevância neste cenário de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, especialmente em localidades de menor porte, como o município de Dracena. Esta figura profissional não atua apenas em uma dimensão administrativa, mas sua função é multifacetada e abrange também aspectos pedagógicos críticos. Além de lidar com questões administrativas, como a fiscalização da gestão de recursos e a implementação de políticas educacionais, o Supervisor de Ensino desempenha um papel fundamental na orientação e apoio aos gestores escolares. Sua presença é essencial para facilitar a comunicação e a colaboração entre os diferentes níveis hierárquicos da estrutura educacional, promovendo um ambiente de trabalho mais harmonioso e eficaz. Por meio de sua atuação, o Supervisor de Ensino ajuda a garantir que as diretrizes educacionais sejam compreendidas e implementadas de forma consistente em todas as escolas, contribuindo para a construção de uma cultura inclusiva e acolhedora para todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA.

O Supervisor de Ensino desempenha um papel fundamental na formação continuada dos professores, oferecendo suporte e orientação em relação às melhores práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio de orientações técnicas e da proposição de cursos de aperfeiçoamento na Diretoria de Ensino, ele capacita os professores a identificar e abordar as diferentes habilidades e desafios apresentados por esses estudantes, promovendo uma educação mais inclusiva e personalizada. Em articulação com o Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino Regional, o Supervisor de Ensino também participa do diagnóstico das necessidades de formação continuada, propondo e priorizando ações para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes, a partir de indicadores, inclusive dos resultados de avaliações internas e externas. Ao trabalhar em estreita colaboração com os educadores, ele contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem mais sensível e empático, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados.

O Supervisor de Ensino desempenha um papel fundamental na contratação de profissionais Cuidadores, responsáveis pelo auxílio em mobilidade, higiene, alimentação, entre outros aspectos essenciais ao bem-estar dos estudantes, especialmente aqueles com necessidades especiais. Esta função transcende o âmbito administrativo, impactando significativamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos estudantes. Ao oferecer suporte contínuo aos professores, o Supervisor de Ensino amplia a capacidade destes de se adaptarem e responderem às diversas necessidades da sala de aula, assegurando que todos os estudantes recebam o apoio necessário para atingir seu máximo potencial. Esta cooperação entre supervisores e educadores promove uma cultura escolar inclusiva, focada no estudante, na qual a diversidade é respeitada, e a individualidade de cada um é reconhecida e celebrada, fortalecendo assim uma educação acessível e acolhedora para todos.

Além de suas responsabilidades educacionais, o Supervisor de Ensino atua como agente fiscalizador nos momentos em que as escolas recebem recursos financeiros, acompanhando a aplicação desses recursos e sua destinação. Orienta também sobre a importância da transparência e visibilidade dos gastos públicos à comunidade escolar. Este papel é fundamental para garantir que os investimentos na educação sejam utilizados de maneira eficaz, beneficiando diretamente o processo de ensino-aprendizagem e a infraestrutura escolar.

O Supervisor de Ensino tem a responsabilidade de assegurar que todos os estudantes sejam matriculados, acompanhando e orientando todo o processo de ensino e aprendizagem. Esse acompanhamento inclui a validação de documentos oficiais de todo o percurso escolar dos estudantes ao concluírem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, garantindo a legitimidade e a conformidade do processo educacional. Esse papel é fundamental para a estrutura educacional, assegurando a continuidade acadêmica dos estudantes e a oficialização de suas trajetórias escolares.

Em regiões com recursos e treinamento especializado em educação inclusiva limitados, a atuação do Supervisor de Ensino é ainda mais crítica. Ele é encarregado de assegurar que as políticas de inclusão sejam desenvolvidas e implementadas eficazmente, adaptando-as ao contexto local. Oferecendo suporte constante e orientação especializada aos educadores, promove a formação continuada e a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas. Este apoio tem o objetivo de garantir que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas individualidades e fomente seu desenvolvimento integral.

Adicionalmente, o Supervisor de Ensino possui a capacidade de identificar áreas que necessitam de atenção e propor soluções personalizadas, levando em consideração as legislações vigentes e as particularidades da comunidade escolar. Pode recomendar ajustes

curriculares, incentivar o uso de recursos pedagógicos adequados e até auxiliar na gestão emocional dos professores. Esses elementos são fundamentais para o sucesso da educação inclusiva, posicionando o Supervisor de Ensino como um agente facilitador imprescindível para a concretização de uma educação inclusiva eficaz e de qualidade.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar o papel do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da Educação Infantil no município de Dracena. Para concretizar este objetivo, a investigação é subdividida em metas específicas que abordam três pilares principais: a legislação vigente em inclusão educacional, os desafios práticos enfrentados por professores e as estratégias que o Supervisor de Ensino pode adotar para mitigar esses obstáculos.

Primeiramente, o estudo foca na análise das leis e diretrizes que norteiam a inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro. A segunda meta específica centra-se na identificação dos desafios práticos que professores da Educação Infantil enfrentam na inclusão de estudantes com TEA. Finalmente, a pesquisa se propõe a elucidar os métodos pelos quais o Supervisor de Ensino pode colaborar para superar essas barreiras, seja na implementação de políticas públicas educacionais, na formação continuada de professores, no suporte emocional ou no fornecimento de recursos pedagógicos apropriados.

Esta investigação é embasada nas atribuições dos Supervisores de Ensino conforme o Artigo 74 do Decreto 64.187/19 de 17 de abril de 2019, que abrange desde a supervisão e fiscalização das escolas, assessoria em processos educacionais, até a elaboração de relatórios periódicos e propostas de ações voltadas para o desenvolvimento do sistema de ensino. Considerando essas atribuições, o estudo buscará recomendar práticas eficazes para a atuação do Supervisor de Ensino na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

A metodologia empregada nesta pesquisa é de natureza qualitativa e recorre a entrevistas abertas como um dos principais instrumentos para a coleta de dados. Optou-se por esta abordagem metodológica com o intuito de obter uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das experiências, opiniões e percepções dos participantes, especialmente no que tange às complexidades da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional infantil.

A utilização de entrevistas abertas, não estruturadas, proporciona aos participantes a liberdade de expressar seus pontos de vista com maior profundidade e autenticidade, o que consequentemente enriquece a qualidade dos dados coletados. Esta técnica de coleta de dados se mostrou especialmente relevante para captar as sutilezas e complexidades associadas ao tema da pesquisa.

O estudo está organizado em quatro seções fundamentais para uma compreensão abrangente da problemática investigada. A primeira seção é a Introdução, onde se delineia o

contexto no qual a pesquisa está inserida, bem como a relevância acadêmica e prática do estudo. A segunda seção é composta pelo Marco Teórico, que oferece uma revisão crítica e sistemática das teorias, conceitos e práticas relacionadas à inclusão escolar, com foco na Educação Infantil e no papel do Supervisor de Ensino.

Segue-se o Marco Metodológico, onde se descrevem detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo, incluindo o processo de seleção dos participantes, as técnicas de coleta e análise de dados, e as considerações éticas pertinentes. A quarta e última seção abriga os Resultados e Conclusões, onde os principais achados da pesquisa são apresentados e discutidos, culminando na sugestão de estratégias eficazes para o aprimoramento da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

A importância desta pesquisa transcende as fronteiras do ambiente acadêmico, posicionando-se como um recurso valioso para profissionais da educação e gestores escolares. As descobertas oriundas deste estudo não se restringem apenas ao município de Dracena, mas têm potencial de aplicabilidade em outras localidades que enfrentam desafios similares na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil.

Ao mapear com rigor as melhores práticas em inclusão educacional e identificar as áreas que requerem maior foco e desenvolvimento, o trabalho oferece um conjunto de orientações práticas que podem ser implementadas por Supervisores de Ensino. Estas orientações, baseadas em evidências, servirão como ferramentas valiosas para a formação continuada de educadores e para a tomada de decisões de gestores escolares.

Além disso, os resultados deste estudo podem influenciar políticas públicas, direcionando alocação de recursos e planejamento estratégico a níveis tanto municipal quanto estadual. Assim, a pesquisa não apenas contribui para o aprimoramento de estratégias de inclusão já existentes, mas também atua como catalisador para a inovação e a reforma de sistemas educacionais. Dessa forma, busca-se alcançar uma educação mais equitativa, inclusiva e eficaz para estudantes com TEA, alinhada com as metas educacionais contemporâneas.

O desenho metodológico da pesquisa demonstra uma abordagem robusta e meticulosa. O contexto pesquisado é composto por 300 indivíduos envolvidos diretamente no processo educacional de crianças na Educação Infantil com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Porém os participantes da pesquisa é composto por 20 professores, 05 gestores escolares, 03 supervisores de ensino e 05 pais dos estudantes com TEA, no total de 33 pessoas, que foram selecionadas para incluir uma gama diversificada de participantes. Esta representatividade é especialmente relevante para a metodologia qualitativa adotada, permitindo um entendimento aprofundado do fenômeno estudado.

A decisão de adotar uma abordagem qualitativa é acertada para explorar a complexidade dos processos de inclusão educacional. Essa escolha metodológica é ideal para captar as nuances, sentimentos e percepções das partes interessadas, fornecendo insights que seriam difíceis de obter através de uma abordagem quantitativa. A coleta de dados por meio de entrevistas também é uma estratégia eficaz, pois permite a obtenção de informações detalhadas sobre as experiências e percepções dos participantes em relação à inclusão de estudantes com TEA.

O foco em um município específico, no caso Dracena, agrega uma camada extra de especificidade ao estudo. Embora isso possa limitar a aplicabilidade dos resultados em um contexto mais amplo, ele oferece um insight valioso sobre as particularidades e desafios do sistema educacional dessa localidade.

Por último, é importante considerar as implicações éticas da pesquisa, que devem incluir o consentimento informado dos participantes e garantir a confidencialidade das informações coletadas. Em resumo, a pesquisa está bem posicionada para contribuir tanto para o campo acadêmico quanto para a orientação prática de profissionais da educação e gestores políticos, particularmente no ambiente educacional de Dracena.

A) MARCO TEÓRICO

1. Breve histórico da atuação do Supervisor de Ensino no Brasil

1.1. O Início da Supervisão Educacional Brasileira

Durante a Primeira República (1889-1930), a Supervisão Educacional no Brasil, inicialmente conhecida como Inspeção Escolar, tinha como principal foco o ensino primário. A função principal era fiscalizar e controlar as ações dos professores, com uma perspectiva mais administrativa do que pedagógica. A ênfase era dada ao cumprimento das leis de ensino, às condições físicas e estruturais das escolas, à situação legal dos professores e à realização de eventos cívicos, em vez de se concentrar na melhoria do processo de ensino-aprendizagem e na prática pedagógica dos professores.

Essa função de inspeção escolar está intrinsecamente ligada à herança legal da história da educação brasileira, principalmente com a introdução da racionalização do trabalho escolar por meio da divisão técnica do trabalho. A Reforma do Ensino Superior do Brasil de 1968 permitiu a criação de novos "especialistas de ensino", que incluíam inspetores escolares, orientadores educacionais, administradores escolares e supervisores escolares.

De acordo com a Resolução nº 112/74 do Conselho Estadual de Educação (CEE), o inspetor escolar é responsável por avaliar o desempenho da escola como um todo, identificando suas necessidades e níveis de desempenho no desenvolvimento do currículo. A legislação desempenha um papel significativo na definição da filosofia e política educacional do Estado, bem como na criação das diretrizes fundamentais do planejamento curricular. Isso ocorre porque o inspetor escolar é o avaliador do processo educacional em geral.

De acordo com Santos (2012, p. 29):

> cabe ao inspetor escolar, portanto, participar da elaboração das diretrizes básicas do processo de planejamento curricular definidor da filosofia e da política educacional do Estado, uma vez que é este profissional da educação, em última análise, o avaliador do processo educativo em geral.

A Supervisão de Ensino, como componente essencial do sistema educacional, desempenha um papel indispensável na melhoria da qualidade do ensino e na promoção do desenvolvimento profissional dos professores. No entanto, a definição e as responsabilidades de um Supervisor de Ensino têm evoluído ao longo do tempo, refletindo as mudanças no contexto educacional e social.

Com base nesse referencial, Lorenzoni (1990, p. 92) destaca que são atribuições específicas do inspetor escolar, no desempenho de sua função:

a) participar do planejamento e aplicação dos mecanismos e instrumentos de controle referentes a currículos e programas educacionais, previstos ou em desenvolvimento;

b) participar do processo de planejamento curricular, em nível de macrossistema, com vistas à melhoria qualitativa do ensino, através da caracterização da realidade escolar em termos de necessidades a serem atendidas e possibilidades a serem aproveitadas;

c) colaborar no estabelecimento de diretrizes pedagógicas que levem à consecução da política educacional do Estado;

d) assessorar os superiores hierárquicos em assuntos da área;

e) manter-se constantemente atualizado em legislação, evidenciando conhecimento do objeto a ser avaliado e da metodologia de avaliação, manifestando domínio das técnicas de trabalho e instrumentalização próprias do exercício de sua função.

A Supervisão de Ensino é uma atividade complexa, que exige do supervisor uma série de competências e habilidades, como a capacidade de liderança, a habilidade de comunicação, a capacidade de planejamento e organização, entre outras. Em termos de pesquisas recentes, a Supervisão de Ensino tem sido objeto de estudos que buscam entender seu papel na promoção da qualidade do ensino e no desenvolvimento profissional dos professores. Estes estudos têm destacado a importância da Supervisão de Ensino como uma atividade de natureza pedagógica, que tem como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino.

1.1.1. A Evolução e o Papel Atual da Supervisão Educacional no Brasil e no Estado de São Paulo

A supervisão educacional no Brasil teve início no século XX, um período marcado por intensas transformações urbanas e industriais que demandavam uma força de trabalho cada vez mais educada (Saviani, 2008, p.2). Nesse contexto, a figura do Supervisor de Ensino emergiu como um agente importante para garantir a qualidade da educação, atuando como um elo entre as políticas educacionais governamentais e sua implementação prática nas escolas.

No entanto, o papel do Supervisor de Ensino não permaneceu estático, mas evoluiu significativamente ao longo do tempo. Inicialmente, a supervisão educacional estava fortemente focada na conformidade com os padrões e diretrizes educacionais estabelecidos pelo governo. No entanto, à medida que a sociedade e as necessidades educacionais

mudavam, o papel do Supervisor de Ensino expandiu-se para incluir a orientação e o apoio aos professores na melhoria da qualidade do ensino (Saviani, 2008, p.3).

A mudança mais significativa no papel do Supervisor de Ensino ocorreu após o fim da ditadura militar no Brasil. Durante esse período, a supervisão educacional passou a ser vista como um meio de promover a democracia na educação. Em vez de simplesmente garantir a conformidade, os supervisores de ensino começaram a trabalhar mais estreitamente com os professores, promovendo a colaboração e o desenvolvimento profissional (Saviani, 2008, p.4).

No século XXI, o papel do Supervisor de Ensino continua a evoluir. Hoje, os supervisores são vistos como líderes educacionais que desempenham um papel relevante na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Eles são responsáveis por orientar e apoiar os professores, promover a colaboração e o desenvolvimento profissional, e garantir que as políticas e práticas educacionais sejam implementadas de forma eficaz (Saviani, 2008, p.5).

Ferraro (2009) em relação ao novo papel do Supervisor no século XXI para uma educação de qualidade, destaca que:

> O movimento de transformação do supervisor escolar de uma figura meramente fiscalizadora para alguém que atua de forma colaborativa e construtiva junto ao corpo docente.

Em suma, a supervisão educacional no Brasil passou por uma evolução significativa desde suas origens no início do século XX. De um papel focado na conformidade, os supervisores de ensino evoluíram para se tornarem líderes educacionais, desempenhando um papel relevante na promoção da qualidade do ensino e da aprendizagem

A Supervisão de Ensino é um elemento indispensável na estrutura educacional, desempenhando um papel fundamental na promoção da qualidade do ensino e na garantia de que os objetivos educacionais sejam alcançados. A Supervisão de Ensino no Brasil e no Estado de São Paulo tem evoluído ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças e desafios do cenário educacional.

Segundo o documento "Dimensões da gestão escolar e suas competências" da Universidade de São Paulo (USP), a Supervisão de Ensino envolve diversas atividades, incluindo a observação, análise e feedback sobre as experiências profissionais, a realização de grupos de estudo e oficinas práticas sobre aspectos em que se pretende promover mudanças, a promoção de troca de experiências e de material pedagógico entre os professores, o estudo sobre competências professores e de trabalho e a fundamentação para o seu exercício consistente, e a criação de portfólios individuais e por áreas de atuação para os resultados desses estudos e práticas (USP, p.88-89).

A Supervisão de Ensino também envolve a garantia do cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas de trabalho educacional, a verificação da correta utilização de materiais, o suprimento e a necessidade de compras e obtenção de produtos, a manutenção das condições de uso dos bens patrimoniais disponíveis na escola e a promoção da formulação de diretrizes e normas de funcionamento da escola (LDB 9.394/1996).

Além disso, o Supervisor de Ensino tem a responsabilidade de observar regularmente o processo ensino e aprendizagem na sala de aula, realizar análises dos aspectos observados com o objetivo de maximizar a aprendizagem dos estudantes, fornecer feedback reflexivo aos professores sobre os aspectos observados, registrar de forma organizada toda essa experiência em portfólio e envolver os professores na observação de aulas ministradas por seus colegas.

1.1.2. Os desafios da atuação do Supervisor de Ensino na Parceria Estado-Município

A atuação do Supervisor de Ensino no contexto da parceria entre o Estado e o Município enfrenta desafios complexos e multifacetados, ampliados pelas divergentes agendas políticas dessas instâncias. O Decreto nº 64.187, emitido em 17 de abril de 2019, estabelece as diretrizes e atribuições para as Equipes de Supervisão de Ensino. O Artigo 74 desse decreto delineia as responsabilidades das equipes, abordando desde supervisão e fiscalização até orientação técnica e correção de falhas nas escolas. O Supervisor, além disso, deve assessorar, avaliar e controlar os processos educacionais, inclusive em comissões de apuração preliminar e sindicâncias. Esse quadro regulamentar enfatiza a relevância do Supervisor para um ensino eficiente nos anos iniciais, mesmo diante das divergências políticas que podem afetar a sua atuação.

O Supervisor de Ensino assume um papel fundamental na articulação entre o Estado e o Município, contribuindo para aprimorar a gestão escolar e a qualidade do ensino. Suas responsabilidades incluem participar do planejamento coletivo, desenvolver programas de educação continuada e otimizar a utilização dos recursos financeiros e materiais, sempre pautado por princípios éticos. O acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos são vitais para subsidiar decisões embasadas na realidade escolar e sociocultural. Além disso, o Supervisor deve colaborar com a formação contínua dos professores, buscando atender às demandas dos estudantes e garantir um ensino de qualidade nos anos iniciais.

Em um cenário em que os interesses políticos do Estado e do Município nem sempre convergem, o Supervisor de Ensino assume um papel de mediador e conciliador, assegurando que as divergências não prejudiquem a qualidade da educação. As atribuições

do Supervisor englobam desde a supervisão e fiscalização das escolas até auxílio na atribuição de classes e aulas, elaboração de relatórios periódicos e apoio ao Dirigente Regional de Ensino. Essa complexa função reflete a importância de sua atuação como agente de transformação no sistema educacional, mesmo quando enfrenta desafios derivados das dinâmicas políticas.

Em suma, a parceria entre o Estado e o Município na educação demanda uma abordagem integrada e colaborativa, sobretudo quando se considera a heterogeneidade política das diferentes esferas governamentais. O Supervisor de Ensino, nesse contexto, assume o papel de promotor da qualidade do processo ensino-aprendizagem, exercendo um papel articulador essencial para superar as barreiras políticas e promover um ensino de eficiência nos anos iniciais. Sua atuação alinhada com as necessidades dos estudantes e as diretrizes educacionais é fundamental para a formação de cidadãos preparados para os desafios da contemporaneidade.

2. Educação Infantil no Brasil

2.1. Breve histórico da Educação Infantil no Brasil.

Historicamente, o atendimento de crianças pequenas em instituições, como creches, começa a existir no Brasil em meados do século XIX. A maior parte da população que, na época, residia no meio rural, dependia de famílias de fazendeiros que assumiam a educação de crianças órfãs ou abandonadas, geralmente fruto de exploração sexual da mulher negra ou índia pelo senhor branco. Na zona urbana, bebês abandonados eram recolhidos nas "rodas de expostos".

Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação. A década de oitenta representa um inegável avanço na área da Educação Infantil, quando diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores da área da infância, a comunidade acadêmica e a população, unem forças para reivindicarem o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Em 1988, esse direito é efetivamente reconhecido com a Carta Constitucional, onde um texto se refere a "direitos específicos das crianças de zero a seis anos de idade".

Como consequência, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidariam das crianças, mas deveriam, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

A partir do momento em que se alcançou uma consciência sobre a importância das experiências da primeira infância, ou seja, das crianças de zero a cinco anos, foram criados determinados programas e políticas que visassem promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania pelas crianças, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade.

A Educação Infantil deixa de ser vista pela ótica assistencialista e passa para a área do direito para todo cidadão brasileiro. A Constituição Brasileira de 1988, ao determinar a educação um direito e dever do estado e da família, assim transforma essa situação.

2.1.1. Aspectos Legais da Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil, que abrange o atendimento de crianças em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (atualmente de 4 a 5 anos), é um nível de ensino integrante da educação básica, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9394/96). Esta lei delineia as responsabilidades dos professores, incluindo a participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, a elaboração e cumprimento do plano de trabalho, o zelo pela aprendizagem dos estudantes, entre outros.

A Constituição Brasileira de 1988 transformou a Educação Infantil de uma perspectiva assistencialista para um direito de todo cidadão brasileiro, estabelecendo a educação como um direito e dever do estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9.393) em 1996 garantiu que a educação de crianças pequenas passasse a fazer parte da Educação Básica, incorporando a Educação Infantil no sistema regular de ensino.

A Lei n.º 12.796/2013 alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. Além disso, a Lei n.º 11.494/2007 regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, em 2006, são um importante instrumento de ação política para a Educação Infantil. Esses parâmetros abordam aspectos como interações, promoção da saúde, espaços, materiais e mobiliários, formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

A judicialização da Educação Infantil, que ocorre principalmente no âmbito do poder judiciário, tem consequências imediatas não só em relação ao poder público (gestor), mas

também ao processo pedagógico, envolvendo todos os servidores (com especial atenção ao professor - executor), crianças, pais e responsáveis.

A legislação brasileira estabelece uma série de diretrizes e obrigações para a Educação Infantil, garantindo que ela seja parte integrante da educação básica e que seja oferecida de forma gratuita e de qualidade pelo Estado.

A Educação Infantil, no Brasil, teve seu início na época colonial, onde as crianças eram educadas pelas famílias e instituições religiosas, com o objetivo de transmitir valores cristãos. Com o passar do tempo, a Educação Infantil foi sendo mais valorizada e o Estado passou a ter um papel mais ativo na sua regulamentação e oferta.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a Educação Infantil como um direito da criança e dever do Estado, o que significou um grande avanço na legislação educacional brasileira. Com isso, surgiram diversas políticas públicas para a expansão e melhoria da qualidade da Educação Infantil, como o Programa Nacional de Educação Infantil (PNEI) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

No entanto, apesar desses avanços, a Educação Infantil ainda enfrenta muitos desafios no Brasil. Um dos principais é a falta de investimento e valorização dos profissionais da área, que muitas vezes recebem salários baixos e têm pouca formação. Além disso, a falta de vagas em creches e pré-escolas ainda é uma realidade em muitas regiões do país, especialmente nas áreas mais pobres e periféricas.

Outro desafio enfrentado pela Educação Infantil no Brasil é a necessidade de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social e pertencentes a grupos étnico-raciais diversos.

A importância da mobilização da sociedade civil e de profissionais da área da Educação Infantil para pressionar o poder público a investir e valorizar essa etapa da educação, reconhecendo-a como um direito fundamental das crianças é um fator essencial para o desenvolvimento humano e social do país.

2.2. Desafios e oportunidades na Educação Infantil no Brasil.

A Educação Infantil no Brasil tem enfrentado uma série de desafios, mas também apresenta diversas oportunidades para melhorias. A demanda por Educação Infantil tem aumentado, mas as questões econômico-financeiras e políticas têm prioridade absoluta. Ainda há uma mentalidade predominante de que o trabalho na Educação Infantil não tem relevância profissional, e muitas vezes, as atividades desenvolvidas são descontínuas e não oferecem desafios ou apoiam o desenvolvimento das crianças.

No entanto, a LDBN nº 9.394/96 ressalta a importância da Educação Infantil, tornando-a a primeira etapa da educação básica. A Constituição Brasileira de 1988 também transformou a situação, determinando que a educação é um direito e dever do estado e da família.

A partir do momento em que se alcançou uma consciência sobre a importância das experiências da primeira infância, foram criados programas e políticas que visam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania pelas crianças. No entanto, muitas dessas diretrizes não estão plenamente traduzidas na prática, especialmente no caso das creches.

Os instrumentos utilizados pelas políticas e programas de ampliação da oferta na Educação Infantil têm orientado ações que buscam assegurar às crianças o direito do atendimento com padrões de qualidade adequados. No entanto, há uma sensação de que, ou tudo está por fazer ou tudo está sendo feito, porém de maneira absolutamente precária e nitidamente insuficiente.

A qualidade na Educação Infantil é um conceito polissêmico e inconcluso, mas é essencial para a expansão da cobertura e para a melhoria do atendimento destinado às crianças de zero a cinco anos. A qualidade do atendimento das crianças pequenas é uma preocupação crescente, e vários documentos foram publicados para estabelecer critérios que atendam, minimamente, as necessidades das crianças.

2.3. Diretrizes, Referenciais e Currículo da Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, tem um papel fundamental na formação integral das crianças. Ela é norteada por diretrizes, referenciais e currículos que orientam as práticas pedagógicas e a organização dos espaços de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2010 através da Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, constituem um marco significativo para a educação brasileira. Estas diretrizes delineiam os princípios, fundamentos e procedimentos essenciais para a organização, integração, articulação e o desenvolvimento das propostas pedagógicas voltadas à Educação Infantil.

Sendo a primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, atuando como complemento ao papel da família e da

comunidade. As DCNEIs destacam a importância de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, respeitando suas individualidades e diversidades.

Um princípio chave das DCNEI é assegurar o direito das crianças ao brincar, expressar-se e engajar-se em atividades que fomentem seu desenvolvimento integral. O ato de brincar é reconhecido como uma das principais vias de expressão e aprendizado infantil, enfatizando a necessidade de valorização e incentivo do brincar nas práticas pedagógicas.

Focadas em princípios gerais para a educação infantil, as DCNEIs ressaltam o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, promovendo uma compreensão ampla da infância dentro do contexto de suas realidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais. Além disso, visam promover o desenvolvimento de forma integral. As diretrizes serviram como fundamento para as práticas pedagógicas que foram posteriormente elaboradas de forma mais detalhada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que introduziu os campos de experiências na educação infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento fundamental que orienta a prática pedagógica na Educação Infantil no Brasil. Publicado pelo Ministério da Educação em 1998, o RCNEI propõe uma abordagem de ensino que coloca a criança no centro do processo de aprendizagem, valorizando-a como sujeito de direitos e considerando suas especificidades.

O RCNEI é organizado em três volumes, cada volume abordando diferentes aspectos do desenvolvimento infantil. O primeiro volume, "Formação Pessoal e Social", enfoca o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. Ele ressalta a importância de se criar um ambiente acolhedor e seguro, onde as crianças possam se sentir valorizadas e capazes de expressar suas emoções, ideias e desejos.

O segundo volume, "Conhecimento de Mundo", trata do desenvolvimento cognitivo e da construção do conhecimento pela criança. Ele aborda áreas como movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, destacando a importância de se proporcionar às crianças experiências diversificadas e significativas que contribuam para a ampliação de seus conhecimentos e compreensão do mundo.

O terceiro volume, "Orientação Didática", oferece orientações para os professores sobre como planejar, implementar e avaliar as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Ele destaca a importância de se considerar as características, os interesses e as necessidades das crianças na organização das atividades, e de se criar um ambiente de aprendizagem estimulante e desafiador, que promova a curiosidade, a exploração e a criatividade.

2.4. A Base Nacional Comum Curricular e a Construção do Currículo na Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define os conhecimentos essenciais que todos os estudantes têm o direito de aprender nas escolas públicas e privadas do Brasil. Aprovada em 2017, a BNCC estabelece as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da educação básica, nas diversas áreas do conhecimento.

Na Educação Infantil, a BNCC propõe uma abordagem de ensino que valoriza as experiências e os saberes das crianças, e que promove o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, físicas, socioemocionais e culturais. Ela estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

O currículo da Educação Infantil, por sua vez, é construído com base nas diretrizes e referenciais estabelecidos pela BNCC, e deve refletir a diversidade cultural e regional do país. Ele deve ser flexível e adaptável às necessidades e interesses das crianças, promovendo a aprendizagem através do lúdico e da interação com o meio.

O currículo deve contemplar diferentes áreas do conhecimento, como linguagem, matemática, ciências, artes, movimento e identidade, e deve ser implementado de forma integrada e transversal. Isso significa que as aprendizagens devem estar interligadas, de modo que as crianças possam fazer conexões entre diferentes áreas do conhecimento e aplicar o que aprendem em diferentes contextos.

Na atualidade, a BNCC e as diretrizes e referenciais que ela estabelece são fundamentais para a construção do currículo na Educação Infantil. Eles orientam a prática pedagógica e garantem que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas especificidades e promova seu desenvolvimento integral.

2.5. Formação de Professores na Educação Infantil

A formação de professores é um elemento fundamental para a implementação efetiva das diretrizes e currículos da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) estabelece que a educação dos professores para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

A formação continuada dos professores, oferecida gratuitamente e de maneira constante para os profissionais da educação, é vista como uma oportunidade para os professores se atualizarem e aprimorarem suas práticas pedagógicas.

No entanto, existem desafios. Alguns professores, especialmente aqueles que estão na sala de aula há muito tempo, podem ser resistentes a mudar suas práticas. Além disso, há preocupações com a qualidade da formação inicial de professores que estão apenas começando na profissão, especialmente aqueles que vêm de programas de Educação a Distância (EAD).

O coordenador pedagógico desempenha um papel importante na formação continuada dos professores, sendo responsável por articular e mediar os processos de formação na unidade escolar. O coordenador pedagógico também deve cuidar de sua própria formação continuada, mantendo-se atualizado e crítico em relação à sua prática.

Portanto, a formação de professores é um processo complexo e contínuo que envolve não apenas a aquisição de conhecimentos e habilidades pedagógicas, mas também a reflexão crítica sobre a prática e a disposição para se adaptar e mudar. A LDB 9.394/96 destaca a importância da formação de professores de qualidade para a implementação efetiva das diretrizes e currículos da Educação Infantil.

3. Inclusão escolar no Brasil e no Estado de São Paulo

A inclusão escolar no Brasil é um tema de grande relevância e tem sido objeto de diversas pesquisas nos últimos anos. A inclusão escolar refere-se ao processo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente regular de ensino.

A legislação brasileira tem avançado significativamente na promoção da inclusão escolar. A Constituição Federal de 1988 já estabelecia a educação como um direito de todos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) reforçou esse direito e destacou a necessidade de oferecer atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforçou o compromisso do país com a inclusão escolar, estabelecendo diretrizes para a garantia do acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência na escola regular.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, trouxe importantes avanços para a inclusão escolar. A BNCC estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes e destaca a importância de se considerar as especificidades e potencialidades de cada um no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar dos avanços na legislação, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta diversos desafios. Dentre eles, destacam-se a formação de professores para atuar em uma perspectiva inclusiva, a adequação da infraestrutura das escolas para atender às necessidades de todos os estudantes, e a garantia de um currículo acessível e significativo para todos.

No entanto, a inclusão escolar também traz diversas oportunidades. A diversidade em sala de aula pode promover o respeito às diferenças, a empatia e a cooperação entre os estudantes. Além disso, a inclusão escolar pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos têm as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

3.1. Educação Especial no Estado de São Paulo na perspectiva da Educação inclusiva

A inclusão escolar no Estado de São Paulo tem passado por muitas mudanças ao longo dos anos, com diversas iniciativas e políticas sendo implementadas para garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes no ambiente escolar, independentemente de suas necessidades especiais. Essas transformações refletem um compromisso crescente com a educação inclusiva, visando a criar um sistema educacional mais acolhedor e adaptativo às variadas demandas dos estudantes.

A Resolução 21/2023 da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo é um marco importante nesse sentido, estabelecendo diretrizes e procedimentos para a Educação Especial na rede estadual de ensino. A resolução destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser oferecido no contraturno escolar ou turno extra, e do Projeto Ensino Colaborativo, que deve ser implementado como uma forma de AEE expandido no turno escolar.

O Projeto Ensino Colaborativo, instituído pelo Decreto nº 67.635/2023, é uma iniciativa que visa promover a inclusão de estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial em todas as unidades escolares. O projeto é implementado em três fases, iniciando-se no segundo semestre de 2023 e avançando conforme a necessidade dos estudantes.

A resolução também estabelece a atuação de diversos profissionais no Projeto Ensino Colaborativo, incluindo o trio gestor da unidade escolar (Diretor de Escola, Coordenador de Organização Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica), o Professor Especializado e o Professor Regente das classes comuns do ensino regular. Esses profissionais têm a responsabilidade de garantir a articulação entre a Educação Especial e o ensino regular, promover a acessibilidade curricular e acompanhar a implementação do projeto.

Além disso, a resolução prevê a disponibilização de recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva, bem como a atuação de profissionais para estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.

Em relação ao ensino colaborativo, a resolução destaca a importância do diálogo e da discussão das questões relativas à Educação Especial na unidade escolar, com o envolvimento de todos os profissionais da escola. O Professor Especializado tem um papel fundamental nesse processo, sendo responsável por apoiar a elaboração de acessibilidade curricular, mediar as metodologias, conteúdos e técnicas da Educação Especial para a sala de aula regular, e acompanhar a disponibilização e adequação dos apoios, recursos e serviços necessários ao estudante.

A inclusão escolar, portanto, é um processo complexo que envolve a participação de diversos atores e a implementação de políticas e práticas pedagógicas inclusivas. A Resolução 21/2023 representa um passo importante nesse sentido, estabelecendo diretrizes claras para a promoção da inclusão e da equidade no sistema educacional do Estado de São Paulo.

3.2. Definição e importância da inclusão escolar.

A inclusão escolar é um processo amplo que vai além do acesso e permanência de pessoas com deficiência no contexto da escola regular. Ela reflete em transformações políticas que garantem direitos relacionados aos aspectos sociais mais amplos e complexos, sendo o processo de escolarização apenas uma de suas conquistas (Franco e Almeida, 2016, p. 28).

A inclusão escolar é definida como o processo pelo qual a escola e a sociedade buscam reconhecer e valorizar as diferenças humanas, lutando pela igualdade de condições de acesso e permanência, assim como a aprendizagem com qualidade para todos (Deliberação CEE nº 149/2016, Art. 1º, p. 176).

A educação inclusiva pode ser entendida como um princípio e uma orientação para fortalecer e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem na escola. Ela envolve a (re)organização do ambiente escolar e social, utilizando os mais diversos recursos para a promoção de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e as tenham como base para o planejamento, processo e avaliação (Deliberação CEE nº 149/2016, Art. 2º, p. 176).

A inclusão escolar está relacionada à demanda social que se iniciou, no Brasil, com a Revolução Industrial a partir de1930, quando a população começou a reivindicar seus direitos, dentre eles a democratização do ensino em escolas públicas.

A escola inclusiva é um espaço heterogêneo de construção de conhecimentos socialmente valorizados, compreendida como um direito social, e, portanto, todos devem ter igualdade em condições de acesso e permanência com qualidade.

A inclusão escolar é um paradigma educacional fundamentado na construção de sistemas educacionais formais inclusivos, por meio da organização da escola comum em conjunto com a Educação Especial. Esse novo paradigma congrega importantes mudanças estruturais da escola comum, que deve pensar nas especificidades de todos os estudantes em termos não só de acesso à escolarização, mas também de oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento de seus potenciais.

A inclusão escolar é, de fato, um processo essencial que visa garantir a igualdade de acesso e oportunidades de aprendizado para todos os estudantes, valorizando e respeitando suas diferenças. Este processo requer uma série de transformações tanto na escola quanto na sociedade como um todo, sendo um componente indispensável das políticas educacionais e dos direitos humanos.

3.3. Políticas e Legislação de Inclusão Escolar no Brasil

A inclusão escolar no Brasil é um processo que tem suas raízes na Convenção Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Este documento histórico estabeleceu que todos os seres humanos têm direito à educação, independentemente de sua raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou qualquer outra condição.

No entanto, a inclusão escolar como a conhecemos hoje começou a tomar forma com a Declaração de Salamanca de 1994. Este documento, adotado em uma conferência internacional na Espanha, estabeleceu o princípio de que as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à educação regular, com os devidos apoios e adaptações.

No Brasil, a inclusão escolar foi formalmente reconhecida com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Esta lei estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desde então, várias outras leis e políticas foram implementadas para promover a inclusão escolar no Brasil. Por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementada em 2008, estabeleceu diretrizes para a

inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema regular de ensino.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, estabeleceu as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais.

Apesar desses avanços, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta muitos desafios. A falta de recursos, a formação inadequada de professores e a resistência cultural são apenas alguns dos obstáculos que precisam ser superados para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão escolar no Brasil transcende os desafios, promovendo diversidade e igualdade, combatendo discriminação e exclusão, e fomentando uma sociedade mais justa e inclusiva. Como um processo em constante evolução, enfrenta obstáculos, mas celebra avanços significativos, refletindo o compromisso do país com os direitos humanos e a educação para todos.

3.4. Avanços e desafios da Inclusão Escolar no Brasil

A inclusão escolar no Brasil é um processo complexo que envolve a articulação de políticas públicas, práticas pedagógicas, formação de professores, recursos e infraestrutura. A efetivação da inclusão escolar exige a superação de barreiras que impedem ou dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes, considerando as suas singularidades.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, reforça o compromisso do país com a inclusão escolar. Ela estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, garantindo que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral.

A formação de professores é um aspecto fundamental para a efetivação da inclusão escolar. A LDB 9.394/96 estabelece que a formação de professores deve contemplar o conhecimento das especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa formação deve ser continuada e em serviço, garantindo que os professores estejam preparados para atender às necessidades desses estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) também destaca a importância da formação continuada de professores e gestores, bem como a necessidade de recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a plena participação dos estudantes.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece metas e estratégias para a inclusão escolar, incluindo a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O PNE também prevê a formação de professores para o atendimento educacional especializado, bem como a garantia de acessibilidade nos prédios escolares.

Apesar de todos esses avanços na legislação e nas políticas públicas, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A falta de recursos financeiros, a resistência de alguns segmentos da sociedade, a formação inadequada de professores e a falta de infraestrutura acessível são obstáculos que precisam ser superados.

A inclusão escolar no Brasil é um compromisso ético, político e pedagógico que exige a participação de todos os segmentos da sociedade. Ela representa uma conquista de direitos e uma oportunidade para construir uma educação e uma sociedade mais justas e inclusivas. A jornada é longa e complexa, mas o caminho está sendo trilhado, e os avanços são notáveis.

4. Transtorno do Espectro Autista - TEA

4.1. O que é o Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que se caracteriza por desafios na comunicação, na interação social e em padrões comportamentais. Geralmente identificado antes dos três anos de idade, o TEA afeta profundamente o desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional do indivíduo. O diagnóstico segue os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria, que em 2013 consolidou vários subdiagnósticos sob a categoria unificada de TEA.

Segundo dados de março de 2023 do Centro de Controle de Prevenção e Doenças (CDC) dos Estados Unidos, estima-se que aproximadamente 2,8% das crianças aos 8 anos sejam diagnosticadas com autismo, o que representa cerca de uma em cada 36 crianças. No Brasil, embora não existam dados precisos, extrapolando esses números, pode haver cerca de 6 milhões de pessoas com TEA. Além disso, o estudo indica uma maior prevalência em meninos, com uma razão de 3,8 meninos para cada menina. Essa discrepância tem sido questionada por alguns especialistas, que apontam para um possível subdiagnóstico do autismo em meninas.

O Manual de Orientação no Dignostico ao TEA, publicado pela Sociedade Brasileira de Pedriatria em 05/04/2023, aponta que as primeiras preocupações observadas no

desenvolvimento atípico de crianças foram: atraso na linguagem verbal, fala ao responder seu nome, falta de contato visual e agitação. Essas preocupações iniciais surgiram, em média, aos 23,6 meses de idade e diagnóstico formal só foi estabelecido próximo aos 6 anos (59,6 meses), o que corresponde a um atraso significativo médio de 36 meses. (Castro, 2023. P. 25)

O TEA é uma condição heterogênea, com manifestações que variam amplamente entre indivíduos. Esta variabilidade é influenciada por diversos fatores, como nível de desenvolvimento, sexo, comorbidades e genética. Alguns indivíduos podem exibir sintomas desde os primeiros meses de vida, enquanto outros podem desenvolver-se de forma típica por um período antes de mostrar perdas nas habilidades previamente adquiridas. A prevalência do TEA também varia geograficamente; nos Estados Unidos, por exemplo, afeta aproximadamente 2,8% das crianças de 8 anos, enquanto no Brasil, estima-se que cerca de 6 milhões de pessoas possam ser autistas.

O diagnóstico precoce é essencial para um prognóstico mais favorável, mas muitas vezes só ocorre perto dos 6 anos de idade. Isso representa um atraso significativo, considerando que intervenções precoces são fundamentais para um prognóstico mais favorável. A hiper- ou hiporreatividade a estímulos sensoriais também é comum, o que significa que uma pessoa com TEA pode ser indiferente à dor ou temperatura, mas extremamente sensível a sons ou texturas específicas.

O TEA é uma condição multifacetada que requer uma abordagem individualizada e multidisciplinar para diagnóstico e tratamento. A compreensão e o manejo eficaz do TEA são essenciais para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos afetados e suas famílias.

4.2. Evolução histórica do entendimento ao diagnóstico do Autismo

O conceito de autismo tem suas origens no início do século XX, quando Eugen Bleuler empregou pela primeira vez o termo "autismo" em 1908. Derivado do grego "autos", que significa "de si mesmo" ou "voltado para dentro", e combinado com o sufixo "ismo", indicando "pertencente a algo", o termo inicialmente descrevia um foco introspectivo. Contudo, foi somente na década de 1940 que Leo Kanner e Hans Asperger apresentaram as primeiras descrições clínicas detalhadas do autismo como uma condição médica distinta. Enquanto ambos observaram padrões de comportamento e dificuldades nas interações sociais em crianças, eles deram ênfase a diferentes aspectos do que hoje compreendemos como o espectro autista.

Ao longo das décadas, o entendimento sobre o autismo evoluiu significativamente. Teorias psicanalíticas que inicialmente culpavam práticas parentais inadequadas foram

desacreditadas, e a pesquisa começou a apontar para causas biológicas e neurológicas. O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) também passou por revisões significativas, culminando na edição mais recente, o DSM-5, que consolidou vários subtipos de autismo em um único diagnóstico de TEA.

A manifestação do TEA é heterogênea e influenciada por diversos fatores, como desenvolvimento, sexo, comorbidades e genética. O diagnóstico é muitas vezes um desafio e ocorre tardiamente, apesar de os primeiros sinais geralmente aparecerem antes dos três anos de idade. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria e o DSM-5 fornecem critérios para o diagnóstico, que deve ser bem compreendido por pais e profissionais para que intervenções apropriadas sejam iniciadas o mais cedo possível.

Atualmente, o TEA é reconhecido como uma condição que envolve uma combinação de fatores genéticos e ambientais. A pesquisa continua a expandir nossa compreensão sobre suas causas, manifestações e as melhores abordagens para intervenção e apoio. A sociedade também tem feito progressos significativos na aceitação e inclusão de pessoas com TEA, embora ainda haja muito a ser feito para garantir direitos iguais e oportunidades para todos. O progresso na pesquisa médica e psicológica, juntamente com mudanças nas atitudes sociais e políticas, reflete a evolução histórica do entendimento ao diagnóstico do autismo. Este avanço não apenas melhora a qualidade de vida dos indivíduos afetados e suas famílias, mas também informa políticas públicas e práticas educacionais para uma inclusão mais eficaz.

Assim, a evolução histórica do entendimento ao diagnóstico do autismo reflete não apenas avanços na pesquisa médica e psicológica, mas também mudanças nas atitudes sociais e políticas em relação à inclusão e aos direitos das pessoas com TEA. Este desenvolvimento contínuo é necessário para aprimorar tanto o diagnóstico quanto o tratamento do TEA, e para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

4.3. Os critérios atuais dos diagnósticos do TEA

O processo de diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tem se transformado ao longo dos anos, refletindo os avanços em pesquisa, prática clínica e maior compreensão da neurodiversidade. Este progresso é resultado dos esforços de inúmeros profissionais e pesquisadores dedicados, entre os quais José Salomão Schwartzman se destaca como uma figura proeminente.

A primeira e mais fundamental mudança no diagnóstico do TEA é a ênfase em uma abordagem multidisciplinar. O autismo não é apenas uma condição que afeta a comunicação ou o comportamento; ele tem implicações em várias áreas do desenvolvimento e

funcionamento de um indivíduo. Portanto, uma equipe composta por neurologistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais da saúde é essencial para avaliar a criança de forma abrangente. Esta abordagem integrada permite uma avaliação detalhada dos vários domínios do desenvolvimento da criança, incluindo linguagem, habilidades motoras, comportamento e interações sociais.

Nos últimos anos, houve uma ênfase crescente no desenvolvimento e na validação de instrumentos de triagem e diagnóstico para o TEA. Ferramentas como o M-CHAT (Modified Checklist for Autism in Toddlers) e o ADOS (Autism Diagnostic Observation Schedule) têm sido fundamentais para a identificação precoce e o diagnóstico preciso do TEA. Schwartzman destaca a importância de combinar essas avaliações padronizadas com observações clínicas detalhadas e entrevistas com pais ou cuidadores, a fim de obter uma imagem completa do desenvolvimento e comportamento da criança.

Um dos avanços mais significativos no campo do TEA é o reconhecimento do autismo como um espectro. Este espectro reflete uma ampla gama de habilidades, desafios e experiências individuais. Schwartzman, em suas publicações e palestras, tem sublinhado a importância de reconhecer e valorizar a neurodiversidade. Ele argumenta que, enquanto o diagnóstico é essencial para entender as necessidades específicas de um indivíduo, também é importante reconhecer e celebrar suas forças e habilidades únicas.

Além disso, o campo do TEA tem se beneficiado enormemente dos avanços em pesquisa neurobiológica e genética. Estudos de neuroimagem, análises genéticas e outras investigações têm proporcionado insights valiosos sobre as bases biológicas do autismo. Schwartzman tem sido um defensor fervoroso da importância da pesquisa baseada em evidências no diagnóstico e tratamento do TEA. Ele enfatiza que, enquanto o diagnóstico é, em última análise, uma decisão clínica, ele deve ser informado pelas mais recentes descobertas e compreensões no campo.

Diagnóstico precoce e intervenção oportuna são fundamentais para maximizar os resultados para indivíduos com TEA. Schwartzman, em seu trabalho, destaca a plasticidade do cérebro jovem e o potencial para mudanças significativas com a intervenção adequada. Ele argumenta que, uma vez feito o diagnóstico, é necessário não apenas identificar as áreas de desafio, mas também desenvolver um plano de intervenção personalizado que aborde as necessidades específicas do indivíduo, ao mesmo tempo em que capitaliza suas forças.

Com os avanços contínuos na pesquisa e prática clínica, o futuro do diagnóstico e tratamento do TEA é promissor. As contribuições de líderes na área, como José Salomão Schwartzman, servem como um lembrete da importância da pesquisa contínua, da abordagem centrada no paciente e da colaboração interdisciplinar. À medida que avançamos, a esperança é que cada indivíduo com TEA seja apoiado e valorizado, garantindo que possam alcançar seu máximo potencial e viver vidas plenas e enriquecedoras.

4.4. Típicos sinais de Autismo em crianças pequenas

O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) é feito por uma equipe de vários especialistas que observam cuidadosamente uma variedade de comportamentos e ações que são característicos do autismo. Ele destaca os problemas nas interações e comunicação social, que incluem problemas para iniciar e manter conversas, mudanças no contato visual, compreensão e expressões faciais, além de problemas para usar a linguagem de acordo com o contexto. Padrões restritivos e repetitivos também são observados. Eles incluem interesses específicos e limitados, uso padronizado ou repetitivo de objetos ou fala, resistência a mudanças de rotina e sensibilidade aumentada ou diminuída a estímulos sensoriais. A ecolalia, a estereotipia e o hiperfoco são características comuns do TEA. Essas manifestações são conhecidas desde a infância e, embora possam se tornar mais evidentes com o aumento das demandas sociais, não são mais bem explicadas por outras condições.

É importante ter em mente que o diagnóstico de TEA é complexo e requer uma avaliação cuidadosa das características comportamentais da pessoa. A equipe composta por vários profissionais trabalha para descobrir os detalhes do desempenho do aluno. Isso leva em consideração os padrões de comportamento repetitivos e restritivos, bem como os defeitos nas interações sociais e comunicação. Para a elaboração do diagnóstico, outras características também são observadas além das características comuns, como ecolalia, estereotipia e hiperfoco.

As características do TEA são evidentes desde a infância e podem se manifestar de várias maneiras ao longo da vida. Ao lidar com situações sociais mais complexas, algumas dessas características podem se tornar mais evidentes, enquanto outras podem ser escondidas por meio de técnicas aprendidas com o tempo. Por isso, é fundamental que a equipe multiprofissional observe todas as facetas do comportamento do estudante e leve em consideração as características únicas do TEA. Isso permitirá um diagnóstico preciso e adequado para a criação de intervenções e suportes adequados para atender às necessidades do estudante.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que pode ser identificada em crianças pequenas através de características específicas que indicam sinais de autismo. Observar essas características é fundamental para um diagnóstico precoce e intervenções adequadas, permitindo um melhor suporte ao desenvolvimento da criança. Alguns sinais comuns de TEA em crianças pequenas incluem o contato visual reduzido, a ausência de

sorriso social diante da comunicação, e a perda de habilidades já adquiridas, como parar de falar ou sorrir.

O autismo não tem causa única, porém sabemos que há um forte sinergismo entre o componente genético e fatores ambientes, que influenciam como fator de associação diagnóstico. (Bolte; Girder; Marschik, apud Castro, 2023. P. 25)

Outros sinais importantes a serem observados são a pouca atenção quando a criança é chamada pelo nome, interesses incomuns, como rodar objetos ou apegar-se a objetos sem função aparente, e dificuldades para usar objetos com função usual. Além disso, reações inesperadas diante de estímulos sensoriais, como toque, dor, temperatura, luzes e barulhos, e o apego a rituais com dificuldades para mudar a rotina também são características frequentes em crianças com TEA.

O atraso no desenvolvimento global, englobando aspectos motores, sociais e linguísticos, é outro sinal a ser observado. Crianças com TEA podem apresentar dificuldades para interagir com outras crianças da mesma idade, o que pode impactar suas habilidades sociais e de comunicação.

É importante ressaltar que essas características podem variar de criança para criança e que a presença de alguns sinais não significa necessariamente um diagnóstico de TEA. No entanto, caso os pais ou profissionais de saúde identifiquem esses sinais em um padrão significativo, é recomendado buscar uma avaliação detalhada com especialistas, como psicólogos, pediatras ou neuropediatras, para um diagnóstico preciso e um plano de intervenção adequado. O diagnóstico precoce e o suporte adequado são fundamentais para proporcionar às crianças com TEA a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial e alcançar um bom desenvolvimento global.

4.5. Do reconhecimento precoce de Indicadores de Autismo à ação interventiva imediata

O autismo é uma condição que tem recebido crescente atenção da comunidade médica e educacional devido ao seu impacto no desenvolvimento infantil. A detecção precoce de sinais de risco para autismo pode ser a chave para garantir que as crianças recebam o apoio necessário desde os primeiros estágios de vida. Observar comportamentos específicos, como a falta de interesse em rostos ou a dificuldade em seguir objetos com o olhar, pode fornecer pistas cruciais sobre a presença de características autísticas. Estes sinais, quando identificados precocemente, podem levar a intervenções mais eficazes e, consequentemente, a melhores resultados a longo prazo para a criança.

A intervenção precoce não é apenas uma estratégia reativa, mas uma abordagem proativa para maximizar o potencial de desenvolvimento de uma criança. Ao reconhecer os sinais e sintomas do autismo em seus estágios iniciais, os profissionais podem implementar terapias comportamentais baseadas em evidências que têm demonstrado ser benéficas. Estas terapias, quando aplicadas de forma consistente e adaptadas às necessidades individuais da criança, podem fazer uma diferença significativa em sua trajetória de vida.

No entanto, a detecção e intervenção precoces não estão isentas de desafios. A variabilidade dos sintomas do autismo pode tornar difícil a identificação precisa e oportuna. Além disso, a falta de ferramentas de triagem padronizadas pode resultar em diagnósticos perdidos ou atrasados. Esta lacuna na detecção pode atrasar a implementação de intervenções cruciais, potencialmente limitando os benefícios que a criança pode obter.

Outro desafio significativo é a falta de profissionais treinados e recursos adequados para lidar com o autismo. Em muitas regiões, pode haver uma escassez de especialistas qualificados para avaliar e tratar crianças com características autísticas. Esta falta de especialistas pode resultar em longas listas de espera e atrasos no tratamento. Portanto, é essencial investir na formação de profissionais e na criação de centros especializados para atender a essa demanda crescente.

Identificar e intervir precocemente em casos de autismo é fundamental para assegurar que crianças com traços autísticos obtenham o suporte adequado. O reconhecimento ágil de indicadores de risco, complementado por intervenções apropriadas, tem o potencial de impactar profundamente o futuro de uma criança.

4.6. Compreendendo os níveis de gravidade no Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que se manifesta em diferentes níveis de gravidade, conforme categorizado pelo DSM-5. No Nível 1, anteriormente conhecido como leve, as pessoas necessitam de suporte para alcançar um bom funcionamento. Embora possuam um coeficiente intelectual preservado e não apresentem atrasos cognitivos significativos, elas enfrentam desafios na comunicação e interação social. Sem o apoio adequado, essas dificuldades podem resultar em prejuízos notáveis em seu cotidiano.

Por outro lado, o Nível 3 do espectro, antes denominado severo, requer um suporte muito substancial. Indivíduos nesse nível experienciam prejuízos graves na funcionalidade, incluindo desafios significativos na comunicação verbal e não verbal. Seu comportamento frequentemente interfere nas funções executivas, e eles têm dificuldade extrema em lidar com

mudanças. Muitas vezes, esses indivíduos estão associados a deficiências intelectuais, comorbidades e incapacidades nas habilidades essenciais da vida diária.

É importante reconhecer que, independentemente do nível no espectro, cada pessoa com TEA possui potenciais únicos e enfrenta desafios distintos. No caso do autismo considerado "grave", muitas vezes os potenciais desses indivíduos são subestimados, enquanto as dificuldades daqueles no espectro considerado "leve" podem ser banalizadas. Portanto, é fundamental acreditar no potencial e entender as dificuldades enfrentadas por cada pessoa com autismo, seja em qual nível for.

A intervenção precoce é um aspecto decisivo para o desenvolvimento positivo de pessoas com TEA. Um tratamento eficaz e intensivo, que combine técnicas comportamentais comprovadas, como as baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), e se adapte às necessidades específicas de cada paciente, pode levar a melhores resultados. Esta abordagem deve ser personalizada e incluir uma variedade de especialidades, conforme as necessidades individuais.

Por fim, é importante destacar que o autismo transcende uma única ciência ou especialidade. A colaboração entre família, escola e terapeutas é essencial para maximizar o desenvolvimento da criança. Um ambiente integrado e de suporte pode fazer uma grande diferença na vida de pessoas com TEA, potencializando suas habilidades e melhorando sua qualidade de vida.

4.7. Neurodiversidade celebrada: A visão inovadora de Prizant sobre Autismo

De acordo com Prizant (2023) oferece uma perspectiva inovadora e humanizada sobre o autismo, desafiando muitas das abordagens tradicionais que veem o autismo como uma "desordem" a ser "tratada" ou "curada". O autor vê o autismo como uma expressão única da diversidade humana. Ele argumenta que, em vez de focar em "corrigir" comportamentos ou sintomas, devemos nos esforçar para entender as experiências e perspectivas das pessoas autistas, valorizando suas individualidades. "O autismo não é uma doença; é uma diferença humana," frequentemente enfatiza. "Através da compreensão, podemos celebrar a neurodiversidade em vez de tentar suprimi-la."

A abordagem central de Prizant (2023) é a ideia de que o comportamento é uma forma de comunicação. Em vez de ver comportamentos autísticos, como evitar contato visual ou repetir certas ações, como meros sintomas de uma condição, ele sugere que esses comportamentos são maneiras pelas quais pessoas autistas se comunicam e interagem com o mundo ao seu redor. "Comportamento é comunicação," ele frequentemente declara. "Cada ação, cada gesto, tem uma mensagem subjacente que busca ser entendida."

Outra ideia fundamental do pesquisar é a importância da empatia e da escuta ativa. Ele enfatiza que, para apoiar verdadeiramente pessoas autistas, é essencial entrar em seu mundo e tentar entender suas experiências. "Empatia é a ponte para o entendimento," observa. "Quando realmente escutamos, começamos a ver o mundo através dos olhos de outra pessoa, e isso pode transformar nossa abordagem."

Segundo Prizant, (2023), representa uma mudança paradigmática na forma como o autismo é percebido e compreendido. Em vez de abordar o autismo como uma série de sintomas problemáticos a serem "corrigidos", o autor argumenta que muitos dos comportamentos associados ao autismo são, na verdade, adaptações e estratégias desenvolvidas por pessoas autistas para interagir e se adaptar a um mundo frequentemente avassalador. A obra desafia as noções convencionais e patológicas, sugerindo que, em vez de tentar modificar o comportamento autista para se adequar às expectativas sociais, a ênfase deve ser colocada em entender a motivação e o propósito por trás desses comportamentos. Esta perspectiva centrada na compreensão e empatia permite uma abordagem mais informada e sensível, promovendo a aceitação e o apoio adequado.

O autor destaca ainda, que a singularidade é inerente de cada pessoa autista, reforçando a ideia de que, assim como qualquer outro indivíduo, elas possuem suas próprias forças, desafios e perspectivas únicas. "Nossos esforços não devem ser direcionados para 'consertar' o autismo, mas para entender e responder a ele. Esta declaração é um lembrete poderoso da necessidade de uma abordagem mais humanizada e inclusiva em relação ao autismo, onde a individualidade é celebrada e a neurodiversidade é vista como uma expressão valiosa da experiência humana.

A abordagem de Barry M. Prizant ao autismo é uma lufada de ar fresco em um campo que muitas vezes é dominado por perspectivas médicas e patológicas. "Devemos abraçar a neurodiversidade como uma faceta valiosa da experiência humana," Prizant defende. "Ao fazer isso, podemos criar um mundo mais inclusivo e compreensivo para todos."

4.8. A formação de professores para o atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A formação de professores para o atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma questão complexa e multifacetada que vai além da mera inclusão em sala de aula. A formação inicial e continuada de educadores deve abordar não apenas métodos pedagógicos, mas também competências emocionais e sociais necessárias para lidar com a diversidade do espectro autista. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e outras normativas estabelecem o arcabouço legal para a inclusão desses

estudantes, mas a eficácia dessas medidas é frequentemente limitada pela falta de preparo específico dos professores.

O TEA é uma condição heterogênea que se manifesta de formas variadas em cada indivíduo. Isso torna imperativo que os professores sejam treinados em abordagens individualizadas, como a Ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada). Esta área, embora ainda em desenvolvimento, oferece um conjunto de estratégias baseadas em evidências que podem ser adaptadas às necessidades específicas de cada aluno. A observação cuidadosa e a análise crítica das características individuais, como padrões de comunicação e comportamento, são fundamentais para elaborar um plano de intervenção educacional eficaz.

A colaboração multidisciplinar é outro elemento chave para o sucesso da inclusão educacional de estudantes com TEA. Professores, terapeutas, psicólogos e familiares devem trabalhar em conjunto para criar um ambiente de aprendizado adaptativo. A comunicação constante entre esses diferentes atores é vital para ajustar estratégias pedagógicas e adaptar o currículo de forma a atender às necessidades específicas de cada aluno com TEA.

O conceito de "hiperfoco" é particularmente relevante no contexto educacional do TEA. Este termo descreve a capacidade de se concentrar intensamente em um tópico ou atividade específica, muitas vezes ao ponto de excluir tudo o mais. No ambiente educacional, o hiperfoco pode ser canalizado de forma produtiva. Por exemplo, se um aluno tem um interesse particular em gatos, esse tópico pode ser integrado em várias áreas do currículo, desde a leitura e escrita até estudos matemáticos relacionados a padrões e contagem.

Por fim, o planejamento pedagógico individualizado é indispensável para o sucesso educacional de estudantes com TEA. Este planejamento deve ser informado por uma avaliação abrangente das necessidades, interesses e habilidades do aluno. A identificação desses elementos pode fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que não apenas facilitam o aprendizado acadêmico, mas também promovem habilidades sociais e emocionais, contribuindo para uma inclusão mais completa e eficaz.

4.9. Avaliação inicial pedagógica e Plano de Atendimento Individualizado - PAI

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar regular é um desafio que demanda uma abordagem especializada e individualizada. Nesse contexto, as salas de recursos, espaços equipados e organizados para atender às necessidades específicas desses estudantes, tornam-se fundamentais. Estas salas são conduzidas por especialistas capacitados para trabalhar com o TEA, proporcionando

intervenções pedagógicas que visam ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional do estudante, complementando o trabalho realizado em sala de aula regular.

A avaliação inicial do estudante com TEA é um componente indispensável para a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes. Esta avaliação detalhada permite uma compreensão aprofundada das habilidades, necessidades e áreas de desafio do estudante. Ao identificar o nível de funcionamento do estudante em domínios como comunicação, habilidades sociais e competências acadêmicas, é possível traçar um perfil individualizado. Esse perfil, por sua vez, serve como fundamento para a elaboração do Plano de Atendimento Individualizado (PAI). O PAI é um instrumento que detalha as intervenções, metodologias e recursos necessários para atender às especificidades do estudante, garantindo uma abordagem educacional personalizada e orientada para suas demandas. Sem a combinação da avaliação inicial e subsequente elaboração do PAI, corre-se o risco de adotar práticas pedagógicas generalizadas, que podem não ser efetivas ou adequadas às particularidades do estudante com TEA.

Com base na avaliação inicial, é desenvolvido um plano de intervenção que pode incorporar diversas abordagens metodológicas. Uma das abordagens mais reconhecidas é a Análise do Comportamento Aplicada (ABA, na sigla em inglês). A ABA utiliza técnicas e princípios comportamentais para trazer mudanças positivas no comportamento dos estudantes com TEA. No entanto, é essencial que essa metodologia seja combinada com outras abordagens, garantindo uma intervenção holística que atenda a todas as facetas do desenvolvimento do estudante.

O ensino colaborativo é outra estratégia fundamental no processo de inclusão. Ele envolve uma parceria entre o especialista da sala de recursos e o professor da sala de aula regular. Juntos, esses profissionais planejam, implementam e avaliam instruções adaptadas para o estudante com TEA. Esta colaboração garante que o estudante receba um ensino consistente e coeso, independentemente do ambiente de aprendizado.

Por fim, a adaptação e flexibilização curricular desempenham um papel fundamental na educação de estudantes com TEA. Reconhecendo que cada estudante possui suas singularidades e pode necessitar de abordagens diferenciadas para acessar o currículo, a flexibilização permite modificações no conteúdo, metodologia ou avaliação. O Planejamento de Currículo Acessível é uma estratégia que visa garantir que o estudatne com TEA possa alcançar os objetivos de aprendizado de maneira significativa e relevante. Esta prática, quando implementada efetivamente, não apenas beneficia o estudante com TEA, mas também enriquece o ambiente de aprendizado para todos, consolidando uma educação verdadeiramente inclusiva.

5. Análise da estrutura educacional de Dracena

5.1. Breve história de Dracena

Dracena, um município situado no interior do Estado de São Paulo, na Região Sudeste do Brasil, revela uma história rica e diversificada que remonta à sua fundação em 8 de dezembro de 1945. Localizada a cerca de 650 km a oeste da capital do estado, a cidade se estende por uma área de 487,688 km², abrigando uma população de 45.474 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Essa pequena metrópole emergiu como um ponto de referência de progresso e desenvolvimento, desempenhando um papel fundamental no cenário regional.

A etimologia de Dracena é um reflexo de sua diversidade botânica e histórica. O nome da cidade é frequentemente associado a uma planta ornamental que exibe folhas de cores verde e amarela, pertencente à família das liliáceas. Esse nome foi escolhido por meio de um concurso organizado pelos fundadores da cidade, que buscavam uma designação que honrasse a riqueza natural da região. Hoje, Dracena é conhecida por suas atividades econômicas diversificadas, sendo a prestação de serviços uma de suas principais fontes de renda. O comércio floresce como uma atividade vital, sustentando a economia local e mantendo a cidade em crescimento constante.

A trajetória de Dracena é entrelaçada com sua emancipação de Gracianópolis (atualmente Tupi Paulista), que ocorreu por meio de uma proposta apresentada pelo deputado estadual Ulisses Guimarães. A cidade floresceu graças ao empenho de visionários como Irio Spinardi, João Vendramini, Virgílio e Florêncio Fioravanti, que, em 1945, estabeleceram um núcleo na zona da mata. Esse ato pioneiro culminou na instalação oficial em 1949, quando Írio Spinardi assumiu como o primeiro prefeito do município. A presença da ferrovia, a construção de casas e a doação de terras a pequenos proprietários foram fatores impulsionadores do progresso de Dracena.

Além de seu contexto histórico e econômico, Dracena abraça a educação e a cultura como pilares fundamentais de sua identidade. A cidade abriga diversas instituições de ensino, incluindo escolas municipais, estaduais e até instituições de ensino superior como a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), as Faculdades de Dracena (UNIFADRA) e a Rede Gonzaga de Ensino Superior (REGES). Os índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) das escolas municipais e estaduais refletem o compromisso da comunidade com a qualidade do ensino. Além disso, a cidade se orgulha de sua rica cena cultural, celebrando eventos anuais como a Festa da Páscoa, a Festa da

Bondade e a FAPIDRA (Feira Agropecuária de Dracena), que refletem a vitalidade da comunidade e suas tradições.

5.2. Inclusão e pluralidade: A educação de Dracena em foco

Dracena, situada em meio a uma rica paisagem educacional, abriga um diversificado conjunto de escolas, incluindo instituições estaduais, municipais e particulares. Cada uma delas contribui de maneira singular para o panorama educativo local. Entre as escolas estaduais, destaca-se a Escola Estadual Eng. Isac Pereira Garcez no centro, a Escola Estadual Profª Julieta Guedes Mendonça na Vila Barros, a EE 9 de julho no Jardim Vera Cruz e a EE Alfredo Machado no Jardim Brasilândia.

No âmbito municipal, em 2023, a Secretaria Municipal de Educação de Dracena contabilizou em seu quadro de pessoal um total de 726 professores, 18 diretores de escola, escolas de Educação Infantil e creches, 4 vice-diretores, 14 coordenadores pedagógicos, 21 cuidadores e 144 auxiliares de serviço de educação. Este contingente de profissionais está alocado nas diversas instituições educacionais do município, desempenhando um papel fundamental na satisfação das variadas necessidades educacionais da comunidade.

No bairro São Francisco, a EMETF Profª Izaura Sampaio oferece cursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), abrangendo os níveis do Ensino Fundamental, médio e também profissionalizante. No Distrito de Jamaica, localiza-se a EMEF Amador Franco da Silveira, e no Distrito de Jaciporã, a EMEFI Prof. Sérgio Liberatti, ambas focadas no Ensino Fundamental II. Instituições como a EMEFI Ver. João Milan Barbosa, no bairro Emílio Zanata; EMEFI Guilherme Tammerick, no Bairro Jardim Brasilândia; EMEFI Prof. Waldomiro Machado, na Vila Barros; EMEFI Profª Ottília Braz Noguerol, no bairro Palmeiras; EMEFI Prof. Moacir Simardi, no bairro Metrópole; EMEFI João Vendramini e EMEFI Profª Luiza Rossa Ribeiro oferecem educação desde a infância até o Ensino Fundamental, com as duas últimas disponibilizando também atendimento especializado em 08 salas de Recursos Multifuncionais.

A infraestrutura de Educação Infantil em Dracena é complementada pelas EMEIs Sossego da Mamãe e Profª Magda Tonello Pedro Lemes, além das creches Arco Íris, Balão Mágico, Lar Infantil, Nana Nenê, Pintando o Sete e Criança Feliz, ampliando a oferta educacional para as famílias do município.

No setor privado de Dracena, a APAE, situada no Bairro Jardim Alvorada, é uma instituição dedicada à educação especial. As escolas Gumercindo C.A. Moraes (AngloCID) e EEFEM Profª. Liliana Gonzaga (DASK) oferecem Ensino Fundamental e médio. Para a Educação Infantil, existem o Colégio Bela Infância, o Centro Educacional Davi e a EEI

Pinguinho de Gente. Instituições como Guiomar Novaes e o Conservatório Heitor Villa Lobos focam na formação musical. O Centro de Educação Prof. Francisco Graziano Filho é voltado para a educação profissional.

Em análise dos dados educacionais mais recentes, especificamente de 2010 e 2021, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), identifiquei tendências significativas no âmbito da educação municipal que merecem destaque. Em 2010, a taxa de escolarização para crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos de idade alcançou um patamar de 98,2% no município em estudo. Esta taxa posicionou o município na 286ª colocação entre os 645 municípios do estado, refletindo um compromisso notável com a acessibilidade educacional. Quando comparado a uma escala nacional, o município figurou na 1768ª posição entre 5570 municípios brasileiros, ressaltando sua capacidade de garantir a inserção escolar na faixa etária considerada.

Avançando para o ano de 2021 e focando no Indice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB, observa-se que os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública atingiram um IDEB de 6,4, enquanto os anos finais registraram um índice de 5,6. Estes resultados colocaram o município, respectivamente, nas 150ª e 103ª posições em um comparativo estadual com 645 municípios, demonstrando uma qualidade de ensino que supera a média estadual em ambos os segmentos do Ensino Fundamental. Em uma análise comparativa nacional, o município alcançou as posições 653ª para os anos iniciais e 395ª para os anos finais entre 5570 municípios, evidenciando um desempenho educacional que destaca o município no cenário brasileiro. Tais indicadores são cruciais para a compreensão do contexto educacional do município, demonstrando não apenas a efetividade das políticas de escolarização que garantem acesso à educação para a faixa etária de 6 a 14 anos, mas também a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas, conforme mensurado pelo IDEB.

Tabela 01: Dados Educacionais de Dracena

Indicador	Ano	Dado	Posição Estadual (de 645)	Posição Nacional (de 5570)
Taxa de Escolarização (6 a 14 anos)	2010	98,2%	286	1768
IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2021	6,4	150	653
IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental	2021	5,6	103	395

Fonte: IBGE 2022

- Os dados sobre a taxa de escolarização foram fornecidos pelo IBGE.
- Os valores do IDEB foram extraídos de informações públicas disponibilizadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

5.3. Atendimento Educacional Especializado na cidade Milagre de Dracena

Em Dracena, a abordagem à educação inclusiva, especialmente sob a perspectiva da Educação Especial, é um tema em destaque. A cidade indica que a autonomia e a independência são consideradas essenciais para o desenvolvimento pessoal e acadêmico de todos os estudantes, com ênfase naqueles inseridos na Educação Especial. A implementação dessa visão, por meio da colaboração entre estado e município, é um aspecto que merece análise para compreender sua eficácia no fortalecimento da autonomia estudantil.

Conforme dados da Secretaria Escolar Digital - SED de 2023, Dracena possui 243 estudantes elegíveis para a Educação Especial. Deste total, 49 são atendidos em escolas estaduais, 73 pela APAE de Dracena e 7 em escolas particulares. As escolas municipais atendem 114 estudantes, dos quais 65 têm diagnóstico de TEA (transtorno do espectro do autismo). Estes números fornecem uma visão sobre a distribuição dos estudantes e os recursos disponíveis para a educação inclusiva na cidade.

De acordo com a LDBN 9.394/1996, Art. 58, a educação especial é caracterizada como uma modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, voltada para educandos com necessidades especiais. Em Dracena, ao abordar a educação de estudantes com TEA, destaca-se a importância da promoção de sua independência e autonomia. Nesse cenário, é fundamental, em consonância com a legislação, verificar se os programas educacionais locais estão adequadamente estruturados para atender às particularidades desses estudantes. A existência da Central de Atendimento da Equipe Multidisciplinar (CAEM), composta por profissionais como psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos, sinaliza um comprometimento da cidade com um atendimento de qualidade. Contudo, para que essa iniciativa alcance seu potencial máximo, é essencial garantir formação contínua e o devido suporte a esses especialistas.

A cidade de Dracena enfatiza a inclusão como um dos seus pilares centrais, alinhando-se assim ao direcionamento da LDBN. Para que essa perspectiva inclusiva, estabelecida pela legislação, seja concretizada de maneira efetiva, torna-se imprescindível um investimento robusto em recursos, capacitação e infraestrutura. Tal abordagem assegurará que todos os estudantes, independentemente de suas especificidades, tenham

acesso a oportunidades justas de desenvolvimento, permitindo-lhes uma participação ativa e significativa na sociedade.

B) Marco Metodológico

6. Metodologia de pesquisa

A elaboração de um trabalho científico exige seguir passos técnicos conhecidos como desenho da pesquisa. Conforme Campoy (2018, p. 41), o desenho da pesquisa não é apenas uma série linear de etapas, mas sim um conjunto multifacetado de procedimentos que orientam o pesquisador em direção a um objetivo previamente definido. Este desenho metodológico serve como uma bússola, ajudando o pesquisador a verificar a validade de suas hipóteses dentro de um contexto específico.

Utilizando esse design, o pesquisador verifica a validade das hipóteses em um determinado contexto.

Perovano (2016, p. 150) ressalta que:

> [...] o desenho da pesquisa parte dos objetivos de investigação científica, ou seja, da ideia da pesquisa ou melhor o que se pretende investigar e assim poder chegar à resposta da pergunta problema. Em outras palavras, a elaboração do desenho da pesquisa tem por finalidade a operacionalização de todas as variáveis previstas na pesquisa com base nos objetivos.

A importância de um método rigoroso vai além da mera organização; ele serve como um filtro epistemológico que elimina preconceitos e variáveis aleatórias, adaptando a investigação às peculiaridades do objeto de estudo. O método, portanto, não é apenas um caminho, mas uma estratégia bem elaborada que o pesquisador adota para capturar a essência do objeto de estudo.

O desenho da pesquisa origina-se dos objetivos científicos. É um instrumento para operacionalizar todas as variáveis com base nesses objetivos. Logo, o método direciona o pesquisador durante a compreensão do objeto de estudo.

O cuidado na escolha metodológica é importante para que o conhecimento produzido possa enriquecer discussões acadêmicas e impactar a realidade dos pesquisados. Uma metodologia bem estruturada determina o percurso que o pesquisador deve seguir para atingir seus objetivos.

André (2011, p. 96) destaca a complexidade em equilibrar os papéis de ator e pesquisador, e a necessidade de rigor em toda pesquisa.

O autor alerta que: “a difícil tarefa de conciliar os papeis de ator e pesquisador, buscar o equilíbrio entre a ação e a investigação, sem deixar em segundo plano a busca pelo rigor que qualquer pesquisa requer”.

Para Bicudo (2011, p.62), cada pesquisa é uma jornada única, mesmo que sobre territórios já explorados.

Dessa forma, uma pesquisa bem-estruturada amplia o corpo de conhecimento existente. Para que isso ocorra, é vital seguir um plano alinhado aos objetivos pretendidos. A

metodologia cientifica, portanto, concentra-se na ampliação eficaz de técnicas e processos para uma produção científica frutífera. Nessa pesquisa, buscamos seguir padrões rigorosos, utilizando métodos e técnicas alinhados ao desenho da pesquisa.

6.1. Problema da pesquisa

Em relação à problemática desse tema, cabe à pesquisadora ir além dos embasamentos teóricos existentes e buscar na realidade da escola, através dos resultados antes encontrados, a fim de compreender quais os avanços na Educação Inclusiva com estudantes com TEA, foram alcançados no município de Dracena nos últimos anos.

Faz-se necessário não só compreender a legislação que aborda o tema, quanto seus avanços legais no Brasil e no mundo, como também saber se os avanços contidos nos documentos legais e nas bases teóricas, também aconteceram na prática, nas escolas de Educação Infantil no município de Dracena.

Diante do aporte legal, de incluir um estudante com TEA em uma sala de ensino regular da Educação Infantil, proporcionando a ele suporte necessário para um desenvolvimento integral como educando.

Essa pesquisa surge da necessidade de apresentar os avanços práticos, reais dentro das escolas do município de Dracena e se os mesmos correspondem as exigências das leis da inclusão.

Sabemos que a inclusão é um dos grandes desafios para as escolas públicas nos dias atuais, com dificuldades na falta de especialização de muitos professores para a educação inclusiva, falta de espaços adaptados para receber e acolher os estudantes com TEA.

De acordo com Campoy (2018, p. 51) “o problema é o ponto de partida de toda investigação, é provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica em vários passos interrelacionados”.

Dessa maneira, a pergunta problema norteará todo esse estudo, e é a partir dela que conseguiremos resultados para os objetivos propostos, oferecendo base para desenvolver esse estudo. Com esse fim, essa pergunta problema consiste em uma pergunta sobre a realidade existente e que ainda não possuem respostas que as atendam.

Assim, decidimos realizar um estudo de caso para investigar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil, a partir das seguintes perguntas:

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil e como o Supervisor de Ensino pode contribuir para superá-las?

Quais são as práticas pedagógicas indicadas e as implicações legais no atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil?

Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena?

6.2. Justificativa da pesquisa

A pesquisa em questão focaliza o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e busca compreender os avanços da Educação Inclusiva no sistema escolar do município de Dracena, a partir da vivência na Supervisão de Ensino, em uma escola de Educação Infantil, primeira etapa da educação formal, onde crianças ingressam no ambiente escolar e desenvolvem habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais, todas fundamentais para a sua formação.

Quando se aborda questões dos avanços, diversos aspectos merecem atenção e requerem análise meticulosa para entender sua evolução. É imperativo examinar as infraestruturas físicas das escolas a fim de determinar se elas oferecem acessibilidade adequada aos estudantes com deficiências, incluindo aqueles com TEA. Além disso, é fundamental avaliar o preparo pedagógico dos professores para acolher esses estudantes e proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa. Segundo o MEC (2020, p. 07), o sucesso de qualquer sociedade está intrinsecamente ligado ao respeito pela diversidade humana em todas as esferas da convivência social.

Faz parte do trabalho, acompanhar, orientar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e observar que existem professores e escolas que enfrentam desafios em relação a como promover a efetiva inclusão dessas crianças.

Essa experiência tem mostrado que o trabalho colaborativo entre a equipe escolar e a família do estudante é fundamental para o sucesso da inclusão, como também a formação continuada de professores orientando práticas e estratégias pedagógicas apropriadas. Porém, essa colaboração nem sempre acontece de forma satisfatória, e nem o professor se sente preparado para atender estudantes com autismo, levando-nos a refletir sobre:

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil e como o Supervisor de Ensino pode contribuir para superá-las?

Quais são as práticas pedagógicas indicadas e as implicações legais no atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil?

Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena?

Assim, como forma de contribuir para a melhoria desse cenário, decidimos realizar um estudo de caso para investigar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

O intuito desta pesquisa é o de fornecer informações valiosas a respeito de, como o Supervisor de Ensino pode atuar para apoiar as escolas e as famílias nesse processo de inclusão, promovendo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

O interesse da pesquisadora pela Educação Inclusiva, bem como seu compromisso com o avanço dos estudantes com TEA, leva-nos a uma reflexão sobre a eficácia da educação inclusiva no contexto educacional brasileiro. A pesquisa também busca responder ser os professores estão de fato preparados para integrar estudantes com deficiências, incluindo TEA, em salas de aula regulares da Educação Infantil. Esse aspecto é de suma importância, pois a inclusão efetiva vai além da presença física do estudant4e com TEA nas escolas, mas sim na oferta de um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor, adaptável e capacitado para atender às necessidades diversas de todos os estudantes.

Seguindo os preceitos de Minayo (2001, p. 15) a justificativa:

> Trata-se da relevância, do porquê tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Quê contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa? A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

Portanto, o desenho metodológico desta pesquisa não é apenas um guia para a investigação, mas uma estratégia rigorosa que visa capturar a complexidade e as nuances da Educação Infantil em Dracena. Ele serve como um instrumento para a coleta de dados empíricos que podem contribuir significativamente para o campo da educação especial, fornecendo insights valiosos para políticas públicas, práticas pedagógicas e, mais importante, para a qualidade de vida dos estudantes com TEA.

6.3. Objetivos geral e específicos

Em relação aos objetivos da pesquisa, tem a intenção de responder ao que é pretendido com a pesquisa, quais as metas queremos alcançar ao término da pesquisa. É de extrema importância que os objetivos propostos sejam passíveis de serem alcançados.

Minayo (2001, p. 42) relata que:

> Geralmente se formula um objetivo geral, de dimensões mais amplas, articulando-o a outros objetivos mais específicos. Sugerimos a utilização dos

verbos no infinitivo para a descrição dos objetivos. Por exemplo, podemos ter como objetivo: "Analisar os fatores que desencadeiam ou predispõem a agressão de maridos contra suas companheiras" ou "Conheceras opiniões das mulheres maltratadas por maridos sobre a violência por elassofrida".

6.3.1. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é o de “Analisar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, por meio de um estudo de caso em escolas no município de Dracena”.

6.3.2. Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

1- Analisar as implicações legais e as práticas pedagógicas relacionadas ao atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.
2- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.
3- Verificar de que forma o Supervisor de Ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena.

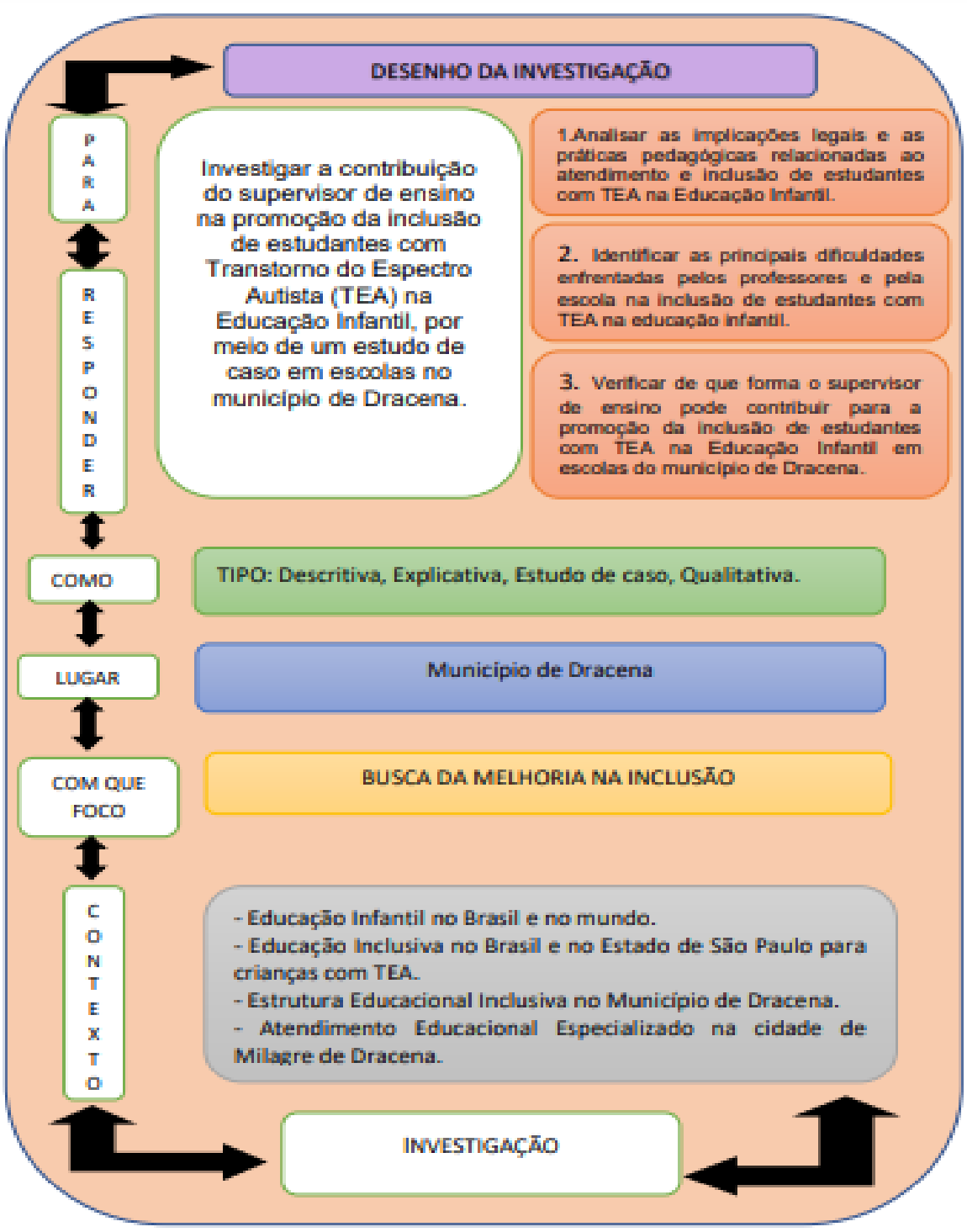
6.4. Decisões Metodológicas: Enfoque e Desenho

A pesquisa científica configura-se em uma atividade, destinada à solução de problemas, como atividade de indagação, que vai permitir cientificamente elaborar um conjunto de conhecimentos que leve à compreensão de uma realidade que inquieta o investigador.

A seguir apresenta-se as estratégias e procedimentos a serem utilizados para alcançar o resultado da pesquisa.

6.4.1. Desenho e Tipo de Investigação

Figura 02– Desenho da Investigação



Fonte: Adaptado de Torres (2016)

O desenho de uma pesquisa científica é definido como os métodos e técnicas escolhidos pelo investigador, que combinados de maneira lógica, possuem a finalidade de tratar o problema da pesquisa de forma eficiente. Consiste de três etapas principais: coleta, medição e análise de dados.

De acordo com Leão (2016, p. 105), a pesquisa é “um conjunto de atividades que tem como finalidade descobrir novos caminhos”. Sendo assim, é necessário que a pesquisa perpasse por várias etapas as quais são necessárias para o alcance do saber.

Esta pesquisa usará como método o Estudo de Caso, já que a finalidade é o exame detalhado do objeto de estudo, observando fenômenos contemporâneos da vida real. Além de possuir natureza aberta, permite analisar em profundidade processos e as relações entre ele, além de responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem.

O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa utilizada especialmente nas ciências sociais, saúde, educação e negócios e concentra-se na análise profunda de um único caso ou de poucos casos selecionados, permitindo uma compreensão detalhada dos fenômenos em contexto. Vários autores contribuíram para o desenvolvimento e a compreensão desta metodologia, cada um com sua perspectiva única.

Na perspectiva de Yin (2018), em seu livro "Case Study Research: Design and Methods", define o estudo de caso como uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Yin enfatiza a importância do rigor no desenho do estudo de caso, incluindo o desenvolvimento de protocolos claros e a utilização de múltiplas fontes de evidência para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

Já na perspectiva de Stake (2010), que introduziu uma abordagem mais qualitativa e interpretativa ao estudo de caso. Em "The Art of Case Study Research", Stake argumenta que o estudo de caso é útil para compreender e interpretar complexidades individuais, focando na unicidade do caso e na sua complexidade. Stake é conhecido por diferenciar entre estudos de caso intrínsecos, onde o interesse está no caso em si, e estudos de caso instrumentais, onde o caso é usado para entender algo mais.

No entanto, Lincoln e Guba (1995), discutem o estudo de caso dentro de uma abordagem construtivista, enfatizando a construção de realidades e a importância do contexto e da interação entre o pesquisador e o objeto de estudo. Eles propõem critérios como credibilidade, transferibilidade, dependabilidade e confirmabilidade para avaliar a qualidade de pesquisas qualitativas, incluindo estudos de caso.

Na visão de Baxter e Jack (2015) que oferecem um guia prático para a realização de estudos de caso qualitativos, discutindo etapas como a seleção do caso, a coleta e análise de dados, e a apresentação dos resultados. Eles destacam a flexibilidade do estudo de caso como sua principal vantagem, permitindo uma investigação profunda em contextos complexos e reais.

Eisenhardt (1989) aborda o estudo de caso com foco na geração de teorias. Ela propõe uma abordagem que envolve a seleção de casos múltiplos e a comparação entre eles para

construir teorias robustas. Eisenhardt destaca a importância da combinação entre a riqueza dos dados qualitativos e o rigor metodológico.

Cada um desses autores contribuiu significativamente para o desenvolvimento e a compreensão da metodologia do estudo de caso, oferecendo perspectivas que variam desde o rigor metodológico e o desenho de pesquisa até a interpretação qualitativa e a construção teórica. Ao aplicar a metodologia do estudo de caso, é essencial considerar essas diferentes abordagens e adaptá-las ao contexto específico da pesquisa.

6.4.2. Enfoque da investigação:

O enfoque qualitativo, segundo Sampieri (2010) “Se baseia em métodos de coleta de dados, sem medição numérica, como as descrições e as observações, para descobrir ou afirmar perguntas de investigação e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”.

As principais características da metodologia qualitativa é que utiliza distintas estratégias para tratar de conhecer os fatos, processos, estruturas e pessoas em sua totalidade.

Quanto aos fins a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser descritiva, explicativa e acontecer no local onde ocorre o fenômeno a ser estudado.

Quanto aos meios caracteriza-se por ser documental, a partir do exame de documentos de naturezas diversas, bibliográfica, procurando explicar um problema a partir de referências já publicadas.

O delineamento metodológico inclui a pesquisa bibliográfica, pois se propõe ao levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, com a finalidade de colocar a pesquisadora em contato direto com o acervo já publicado, específico e correlato, sobre o “[...] assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulaçãode suas informações” (Lima, 2011).

Neste tipo de enfoque o pesquisador tem relação direta e intensa com a situação de estudo, visando compreender características do grupo, colhendo diretamente elevado número de informações.

6.4.3. Desenvolvimento do estudo: Contexto da pesquisa

O estudo de caso, acontece em uma escola do município de Dracena, Estado de São Paulo, onde acontece a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil, com foco na contribuição do Supervisor de Ensino nesse processo de incluir.

Figura 03: Mapa do Estado de São Paulo, destacando o município de Dracena.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dracena

Dracena é um município brasileiro no interior do Estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Pertencente à Microrregião de Dracena e Mesorregião de Presidente Prudente, localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 650 km. Ocupa uma área de 488,041 km² e a sua população, conforme estimativas do IBGE de 2021, era de 47 287 habitantes. O município é formado pela sede e pelos distritos de Jaciporã e Jamaica.

Dracena foi emancipada de Gracianópolis (atualmente Tupi Paulista), por meio de uma proposta apresentada pelo deputado estadual Ulisses Guimarães. A versão de sua etimologia é que o nome seja uma referência a uma planta ornamental, cujas folhas têm a coloração verde e amarela, pertencente à família das liliáceas. O nome fora escolhido por meio de um concurso organizado pelos fundadores de Dracena. Atualmente sua principal fonte de renda é o setor de prestação de serviços, tendo o comércio como importante atividade econômica.

O contexto pesquisado é composto de 300 pessoas envolvidas diretamente no processo educativo de crianças com TEA. Sendo, 123 professores que ministram classes na Educação Infantil com estudantes com TEA, 11 supervisoras de ensino nas escolas de Educação Infantil e 36 gestores e 130 pais de estudantes com TEA, na educação infantil.

Figura 04: Município de Dracena, Estado de São Paulo

Fonte: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-dracena/noticia/2022/12/05/

6.4.4. Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa, são pessoas que lidam diretamente com crianças com TEA, os pais que têm a vivência diária com os filhos, e conhecem suas limitações e habilidades, os profissionais da escola, que os conhecem dentro do espaço escolar, conhecem outras habilidades dessas crianças, as habilidades voltadas aos saberes escolares.

Esses profissionais, que não tem ofertas de recursos didáticos para ensinar estudantes com TEA, se desdobram, buscam experiências com outros colegas, fazem cursos e estão todo o tempo propondo novas estratégias para desenvolvimento do ensino aprendizagem e também da socialização dessas crianças.

Os participantes da pesquisa são 20 professores da Educação Infantil, que tem estudantes com TEA em suas turmas, 5 gestores escolares de Educação Infantil, 3 supervisores de ensino, e 5 pais dos estudantes com TEA, totalizando 33 pessoas.

Neste caso, os participantes intencionalmente composto por professores da Educação Infantil com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em suas turmas, representantes da equipe escolar, supervisores de ensino e pais dos estudantes com TEA. Essa seleção intencional visa assegurar que os participantes possam oferecer perspectivas relevantes e

profundas sobre o objeto de estudo, que é uma abordagem comum em pesquisas qualitativas, onde o foco está na compreensão detalhada de fenômenos complexos a partir da perspectiva dos envolvidos, mais do que na generalização dos resultados para toda a população.

Esses participantes foram convidados a responder uma entrevista com perguntas que auxiliem na compreensão dos sentimentos e impressões desses indivíduos em relação ao processo de inclusão dos estudantes da Educação Infantil que apresentam TEA, em uma escola do município de Dracena, Estado de São Paulo.

A escolha dos participantes para esta pesquisa foi guiada pela necessidade de compreender profundamente as experiências e percepções dos indivíduos diretamente envolvidos no processo de inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

Conforme Patton (2015), a seleção de participantes em uma pesquisa qualitativa deve ser intencional e estratégica, visando aprofundar a compreensão sobre o fenômeno estudado.

Neste contexto, educadores, pais, e especialistas em educação inclusiva foram selecionados por serem agentes fundamentais no processo de inclusão, possuindo conhecimentos e experiências únicas que são cruciais para o entendimento do tema, segundo Creswell & Poth (2018).

Bogdan e Biklen (1994), ressaltam a importância de selecionar participantes que possam oferecer perspectivas ricas e variadas sobre o assunto de interesse. A inclusão de diferentes envolvidos no processo permite uma compreensão holística e multifacetada da inclusão de estudantes com TEA, na Educação Infantil, abrangendo diversas dinâmicas e desafios enfrentados no ambiente educacional, segundo Merriam & Tisdell (2015).

Além disso, a escolha de participantes focada nos envolvidos diretamente com a inclusão de estudantes com TEA, na Educação Infantil, segue o princípio da pesquisa qualitativa de buscar entender a realidade a partir da perspectiva dos participantes, segundo Denzin & Lincoln (2011).

Essa abordagem é essencial para revelar as complexidades e nuances do processo de inclusão, contribuindo para a construção de um conhecimento prático e aplicável no contento da Educação Infantil, de acordo com Stake (2010).

Portanto, a seleção dos participantes é justificada pela sua capacidade de fornecer informações contextualizadas sobre a inclusão de estudantes com TEA, na Educação Infantil, contribuindo significativamente para o objetivo da pesquisa que é o de melhorara as práticas educacionais inclusivas.

Tabela 02: Participantes da pesquisa

Participantes	Quantidade
Professores	20
Gestores Escolares	5
Supervisores de Ensino	3
Pais dos estudantes com TEA	5
Total	33

Fonte: Elaboração própria

6.5. Técnicas e Instrumentos:

A metodologia adotada, de abordagem qualitativa, que visa compreender e interpretar os fenômenos estudados, considerando o contexto em que ocorrem. O método utilizado será o estudo de caso, que é uma estratégia de pesquisa que permite uma análise detalhada e aprofundada de um caso específico, no caso, uma escola do município de Dracena que realiza a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil, com foco na contribuição do Supervisor de Ensino nesse processo.

Serão utilizados, também, técnicas de coleta de dados como: entrevistas aplicadas a os 20 professores, 5 gestores escolares, 3 supervisores de ensino e 5 pais dos estudantes com TEA, observação direta das aulas e do ambiente escolar, além de análise documental de planos de aula, plano de atendimento individualizado, relatórios e avaliações realizadas pela escola

6.5.1. Observação Participante

O roteiro de observação participante deve ter o foco específico nas categorias a partir da análise temática de conteúdos, tais como: formação, recursos, legislação, família x escola e adaptação. Sendo importante estruturar a observação de modo a coletar informações detalhadas sobre cada uma dessas categorias, de forma a avaliar como a formação de educadores, a disponibilidade de recursos, a legislação vigente, a relação entre família e escola, e as adaptações realizadas impactam o ensino de estudantes com TEA na Educação Infantil.

1- Seleção de locais e consentimento:

a) Incluir escolas que representem diferentes contextos.
b) Obter consentimento informado de todos os envolvidos, com ênfase na ética e na privacidade.

2- Roteiro de observação detalhado

- ✓ Formação dos educadores:
  a) Observar e documentar a formação específica que educadores receberam para trabalhar com estudantes com TEA.
  b) Notar programas de desenvolvimento profissional ou treinamentos especializados.
  c) Avaliar a aplicação dessa formação no ambiente de sala de aula
- ✓ Recursos disponíveis
  a) Catalogar os recursos didáticos e tecnológicos disponíveis para suporte ao ensino de estudantes com TEA.
  b) Observar como esses recursos são utilizados na prática.
  c) Notar a adequação e eficácia dos recursos no engajamento e aprendizado dos estudantes com TEA.
- ✓ Legislação
  a) Identificar como as leis e políticas locais, nacionais e escolares sobre a educação inclusiva e direitos dos estudantes com TEA são implementas e monitoradas na prática.
  b) Observar a comunicação dessas leis e políticas para educadores, pais e estudantes.
- ✓ Família X Escola
  a) Examinar a dinâmica e comunicação entre famílias dos estudantes com TEA e a escola.
  b) Documentar estratégias de engajamento da família e participação no processo educacional.
  c) Avaliar o suporte oferecido às famílias para promover a educação em casa e a continuidade do aprendizado.
- ✓ Adaptação
  a) Observar as adaptações feitas na sala de aula para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA, incluindo adaptações curriculares, ambientais e de comportamento.
  b) Avaliar a eficácia dessas adaptações para melhorar a inclusão e o aprendizado dos estudantes com TEA.

c) Notar a flexibilidade e a criatividade nas adaptações feitas pelos educadores.

- ✓ Coleta de dados e análise
  a) Realizar observações regulares, seguindo o roteiro detalhado.
  b) Usar notas de campo e reflexões para coletar dados qualitativos
  c) Analisar os dados com foco nas interações, práticas e estratégias observadas identificando padrões, desafios e melhores práticas.
- ✓ Relatório e disseminação
  a) Elaborar relatório com as observações, análises e recomendações em cada categoria.
  b) Disseminar os resultados para educadores, administradores escolares, responsáveis e através de publicações acadêmicas ou apresentações em conferências.

Este roteiro oferece uma estrutura para observar e analisar aspectos críticos do ensino de estudantes com TEA na Educação Infantil, no município de Dracena, focando em áreas-chave que influenciam diretamente a qualidade e eficácia da educação inclusiva.

6.5.2. Entrevista Aberta

Um dos instrumentos utilizados foi a entrevista composta por 10 (dez) perguntas abertas, de caráter subjetivo, onde pode-se colher impressões, sentimentos e opiniões dos entrevistados em relação ao objeto de estudo.

A entrevista será feita aos 20 professores, 5 gestores escolares de Educação Infantil, 3 supervisores de ensino e 5 pais dos estudantes com TEA na Educação Infantil.

As perguntas da entrevista aberta foram cuidadosamente elaboradas para atender aos objetivos específicos da pesquisa. Para garantir uma investigação abrangente e profunda, as perguntas foram organizadas de acordo com categorias temáticas pré-definidas, refletindo os principais tópicos de interesse do estudo. Essa organização temática permitiu não apenas uma coleta de dados mais estruturada, mas também facilitou a análise subsequente das informações coletadas.

Cada categoria temática corresponde a um objetivo de pesquisa e engloba várias perguntas projetadas para explorar diferentes dimensões do tema.

Ao organizar as perguntas desta forma, os pesquisadores podem assegurar que todos os aspectos relevantes dos objetivos da pesquisa sejam abordados. Além disso, esta abordagem permite aos entrevistados expressar livremente suas experiências, percepções e sentimentos relacionados aos temas em questão, enriquecendo os dados qualitativos coletados. Para facilitar a análise, as respostas são posteriormente revisadas e categorizadas de acordo com as temáticas pertinentes, permitindo uma interpretação detalhada e a identificação de padrões ou temas emergentes relacionados aos objetivos do estudo.

A entrevista aplicada aos professores, gestores escolares, supervisores de ensino, pais dos estudantes com TEA na Educação Infantil, voltada a atendar as categorias, Formação, Recursos, Legislação, parceria Família x Escola, adaptação curricular, todas essas categorias são consideradas de grande relevância no ensino exitoso de estudantes com TEA.

6.6. Validação dos instrumentos

Após a elaboração dos instrumentos de coleta, estes foram submetidos à validação por três especialistas na área da educação, todos com títulos de mestrado em educação e educação inclusiva. Esses profissionais conduziram uma análise detalhada das perguntas elaboradas, com o objetivo de verificar sua adequação e alinhamento com os objetivos da pesquisa, além de assegurar a ética e a coerência dos instrumentos. Este processo de validação permitiu não apenas o refinamento das perguntas, mas também a confirmação de que os instrumentos são apropriados para capturar as perspectivas e experiências dos participantes em relação à inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil, contribuindo assim para a consistência metodológica e a validade dos dados coletados.

Seguindo as orientações dadas por Campoy (2018, p.199), que diz que: “avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento: a validade e a confiabilidade”.

Para tanto, os instrumentos desenvolvidos – que incluíam guias de entrevista e formulários de observação – foram submetidos à avaliação rigorosa de três especialistas altamente qualificados em áreas pertinentes ao tema da pesquisa.

Esses especialistas, selecionados por sua comprovada expertise e contribuições significativas para o campo de estudo, empreenderam uma análise minuciosa dos instrumentos de coleta. O foco de sua avaliação centrou-se em diversos aspectos-chave: a adequação e clareza das perguntas, a relevância das mesmas para os objetivos específicos da pesquisa, e o cumprimento de critérios éticos essenciais para a condução de estudos envolvendo participantes humanos.

Durante o processo de validação, os especialistas examinaram cuidadosamente, cada item dos instrumentos, avaliando sua capacidade de elicitar informações que seriam cruciais para a investigação. Além disso, deram atenção especial à forma como as perguntas estavam formuladas, para garantir que fossem compreensíveis e acessíveis aos participantes da pesquisa, sem margem para ambiguidades ou mal-entendidos.

Após um processo detalhado de revisão e ajustes, baseado nas sugestões e críticas construtivas dos especialistas, chegou-se à versão final dos instrumentos de coleta. Esses especialistas concluíram que os instrumentos revisados eram consistentes e eficazes, possuindo o potencial de atender plenamente aos objetivos da pesquisa. Eles destacaram, em particular, a solidez da estrutura dos instrumentos e seu alinhamento com os princípios éticos, enfatizando a importância desses aspectos na obtenção de dados precisos e confiáveis.

O aval final dos especialistas não apenas validou os instrumentos de coleta de dados como também reforçou a confiança na metodologia adotada pela pesquisa. Esse endosso profissional garantiu que os procedimentos de coleta estavam alinhados com os melhores padrões de prática científica, assegurando a coleta de dados de alta qualidade e a integridade ética do estudo.

6.7. Procedimento de pesquisa

Serão utilizadas como técnicas de coleta de dados entrevistas com professores, gestores escolares, pais dos estudantes com TEA, bem como supervisores de ensino, e pesquisa bibliográfica. As entrevistas buscarão captar as percepções e experiências desses indivíduos em relação à inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil. A pesquisa bibliográfica complementará a análise, fornecendo um embasamento teórico e contextual sobre as práticas de inclusão, estratégias pedagógicas e políticas educacionais voltadas para o TEA.

A apresentação dos dados coletados nesta pesquisa segue o rigor metodológico de um estudo de caso qualitativo, utilizando entrevistas abertas como principal instrumento de coleta de dados.

Conforme Yin (2018), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que se concentra na compreensão das dinâmicas presentes dentro de um único contexto específico, sendo particularmente valioso quando se investigam fenômenos complexos e contextuais.

Neste estudo, as entrevistas abertas proporcionaram uma oportunidade para explorar profundamente as experiências e percepções dos participantes. Kvale e Brinkmann (2014) afirmam que as entrevistas abertas permitem que os respondentes expressem suas opiniões

e experiências de forma detalhada, favorecendo uma compreensão rica e matizada do objeto de estudo.

Este formato de entrevista é particularmente apropriado para investigações qualitativas onde o entendimento das perspectivas individuais é fundamental, de acordo com Rubin & Rubin, (2012).

A escolha do estudo de caso como desenho metodológico se justifica pela natureza particular do fenômeno investigado. Stake (2010) enfatiza que o estudo de caso é eficaz para examinar situações contemporâneas em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. No contexto deste estudo, explorar a dinâmica e as complexidades específicas da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil requer uma abordagem que possa capturar detalhes e nuances que métodos mais quantitativos ou menos imersivos poderiam perder.

Assim, os dados apresentados a seguir refletem uma síntese detalhada e cuidadosa das entrevistas realizadas, fornecendo insights valiosos sobre o tema de estudo e ressaltando a aplicabilidade do estudo de caso qualitativo como uma ferramenta robusta para pesquisa em educação inclusiva.

Esta pesquisa buscou responder à sua questão central e atingir os objetivos propostos por meio de uma análise detalhada dos dados coletados. Seguindo a abordagem sugerida por Minayo (2001), utilizamos 'categorias' como uma ferramenta analítica.

Uma categoria, em termos simples, é um conceito que agrupa elementos, ideias ou expressões com características comuns ou que compartilham uma relação. Esse método de agrupamento em torno de um conceito central é amplamente utilizado na análise qualitativa, permitindo classificar e interpretar os dados de maneira organizada.

Optamos por essa metodologia de análise porque ela se mostrou eficaz na interpretação de opiniões, crenças e atitudes, elementos centrais dos dados qualitativos que coletamos. Para garantir a integridade e a validade dos dados, todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e deram seu consentimento informado para participar, assinando um termo de consentimento.

6.7.1. Benefícios da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta uma contribuição valiosa para o desenvolvimento do conhecimento a respeito da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com um foco particular nos avanços realizados em termos de educação inclusiva no município de Dracena. Através de uma análise detalhada e abrangente, o estudo destaca não apenas os progressos significativos alcançados na área, mas também sublinha a

importância de se promover um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor e adaptado às necessidades desses estudantes.

Além de oferecer uma perspectiva renovada sobre as práticas pedagógicas atuais, a pesquisa enfatiza a necessidade crucial de desenvolver e aprimorar as competências dos professores. Isso inclui o fomento de habilidades específicas para melhor acolher e ensinar estudantes com TEA, garantindo que eles possam se beneficiar plenamente de uma educação de qualidade. Tal abordagem não apenas auxilia na superação de barreiras ao aprendizado, mas também promove uma cultura de inclusão e respeito às diferenças dentro do contexto educacional.

A importância de assegurar o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições, é um tema central nesta pesquisa. Isso envolve uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas educacionais, visando a eliminação de qualquer forma de discriminação e a promoção de igualdade de oportunidades educacionais.

Contudo, a pesquisa serve como um chamado à comunidade científica para engajar-se em uma investigação contínua e aprofundada sobre a inclusão educacional de estudantes com TEA. Desta forma, espera-se inspirar mais estudo e discussões que possam contribuir para a evolução das práticas inclusivas e, consequentemente, para a melhoria da qualidade da educação oferecida a esses estudantes.

6.7.2. Riscos da Pesquisa

Conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, é essencial considerar os potenciais riscos físicos, psicológicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais nas pesquisas. Neste estudo, os riscos foram minimizados, mas estivemos atentos a possíveis desconfortos psicológicos, como constrangimento ou medo de retaliações, durante a coleta de dados.

Para garantir a proteção dos participantes contra esses riscos, implementamos diversas estratégias. Primeiramente, garantimos o anonimato e a confidencialidade das informações coletadas, assegurando que dados pessoais não seriam divulgados e que as respostas dos participantes não pudessem ser vinculadas a eles individualmente.

Também estabelecemos um canal aberto de comunicação, permitindo que os participantes expressassem suas preocupações e dúvidas a qualquer momento do estudo. Essas medidas foram fundamentais para criar um ambiente seguro e acolhedor, promovendo a ética e o respeito integral à dignidade e aos direitos dos envolvidos, em consonância com os princípios estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

6.7.3. Questões Éticas

O respeito pelos participantes foi um princípio fundamental desta pesquisa, alinhado com os três pilares básicos da ética em pesquisas com seres humanos descritos no relatório de Belmont (2000): respeito pelas pessoas, beneficência e justiça. Para manter a confidencialidade e o anonimato dos participantes, utilizamos códigos específicos nas entrevistas: 'PROF' para os professores, ‘DIR’ para diretores, 'PAIS' para os pais", “SUPER” para Supervisores de Ensino.

C) DADOS E CONCLUSÕES

7. Análise e Interpretação dos Dados

Esta seção apresenta a análise dos dados coletados, enfatizando como cada técnico contribui para as informações e conclusões globais.

Integrando observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, para obter uma compreensão profunda do fenômeno em análise, porém de prismas distintos.

A observação participante permitiu uma imersão direta no contexto do estudo, oferecendo uma visão valiosa das dinâmicas e interações cotidianas dos participantes. Esta abordagem foi fundamental para captar nuances e comportamentos que muitas vezes permanecem ocultos em métodos de pesquisa mais tradicionais.

Através da observação ativa e engajamento no campo, foi possível coletar dados ricos e detalhados que enriqueceram significativamente a compreensão do tema estudado.

Paralelamente, as entrevistas semiestruturadas proporcionaram uma oportunidade de explorar as experiências, percepções e opiniões dos indivíduos de maneira mais profunda. As entrevistas foram essenciais para compreender as perspectivas pessoais dos

participantes e para adicionar uma camada de profundidade qualitativa aos dados observacionais.

A análise documental possibilitou uma análise intensiva do ensino do estudante com TEA, na Educação Infantil. Esta técnica foi fundamental para a compreensão detalhada de aspectos particulares do fenômeno estudado, permitindo uma análise holística e integrada dos dados coletados. A análise documental destacou elementos específicos e significativos que poderiam ser generalizados para um entendimento mais amplo do tópico em questão.

Juntos, essas técnicas proporcionaram uma base robusta para a análise de dados, assegurando que diferentes dimensões e perspectivas fossem consideradas. A seção a seguir detalha os resultados obtidos por meio desta abordagem metodológica compreensiva e discute suas implicações para o campo de estudo.

Em relação a análise das entrevistas optamos por utilizar a Análise Temática de Conteúdo de Bardin.

Para realizar a análise temática de conteúdo conforme proposto por Laurence Bardin, seguimos algumas etapas fundamentais:

1- Preparação e escolha do material
2- Leitura detalhada dos dados coletados.
3- Definição da unidade de análise
4- Codificação
5- Categorização
6- Análise dos dados
7- Conclusões e relatórios
8- Reflexão critica

Durante todo o processo, é essencial manter um equilíbrio entre a objetividade e a interpretação subjetiva. A análise temática de conteúdo de Bardin requer uma abordagem rigorosa e sistemática, mas também permite espaço para a interpretação e a inferência qualitativa do pesquisador.

O foco da pesquisa é: Estudantes com TEA, na Educação Infantil, portanto foram definidas as categorias para o desenvolvimento realizado com esses estudantes na Educação Infantil, a partir da codificação realizada nos textos e nas entrevistas realizadas com professores, pais, supervisores e gestores conforme relatado na amostra da pesquisa.

As respostas das entrevistas abertas realizadas com os 20 professores, 5 gestores escolares, 3 supervisores de ensino e 5 pais dos estudantes com TEA na Educação Infantil, foram codificadas e esses códigos separados por temas e os temas comuns em categorias.

Na análise temática de conteúdos conforme proposta por Laurence Bardin, as categorias desempenham um papel central como elementos estruturantes do processo de

análise. A análise temática é um dos métodos empregados na análise de conteúdo e foca na identificação de temas ou padrões recorrentes dentro de um conjunto de dados, geralmente textuais. As categorias são fundamentais neste processo. Aqui estão alguns aspectos chave:

1- Definição da categoria na análise temática: Na análise temática, uma categoria é um agrupamento de elementos do texto (como palavras, frases, parágrafos) que compartilham um significado comum ou um tema central. Estas categorias são usadas para organizar o conteúdo de forma que possa ser analisado de maneira sistemática.
2- Formação das categorias: as categorias podem ser derivadas tanto dedutivamente (baseadas em teorias ou conceitos existentes) quanto indutivamente (emergindo diretamente dos dados). Na análise temática, é comum que as categorias sejam formadas a partir de uma leitura atenta e repetida do material, permitindo que o pesquisador identifique padrões e temas relevantes.
3- Processo de codificação: A codificação é o processo de atribuir segmentos do texto às categorias identificadas. Este processo requer uma leitura minuciosa e interpretativa do material, sendo fundamental para garantir a precisão e a relevância da análise.
4- Flexibilização e Refinamento: As categorias na análise temática não são estáticas. Elas podem ser ajustadas, combinadas ou subdivididas conforme o pesquisador avança na análise e ganha uma compreensão mais profunda do material.
5- Interpretação temática: Após a categorização, o próximo passo é a interpretação dos temas. Aqui, o pesquisador busca entender como os temas se relacionam com o contexto mais amplo do estudo, as questões de pesquisa e as teorias relevantes.
6- Rigor e sistematização: Embora haja flexibilidade na formação das categorias, é necessário que o processo seja sistemático e rigoroso, com clara justificação para a inclusão, exclusão ou combinação de categorias.
7- Representatividade e relevância: As categorias devem ser representativas do material analisado e relevantes para os objetivos da pesquisa. Elas devem capturar aspectos significativos do conteúdo, permitindo uma análise profunda e insights relevantes.

Portanto, na análise temática de conteúdos de Bardin, as categorias são fundamentais para estruturar e guiar a análise, permitindo ao pesquisador identificar e interpretar temas

significativos nos dados. Elas são o meio pelo qual o conteúdo bruto é transformado em informação compreensível e relevante.

Seguindo os passos citados acima, fez-se a quantificação das categorias que mais repetiram, onde serão apresentadas as 10 que obtiveram maior frequência, e serão utilizadas para a análise as 5 primeiras categorias.

Figura 04: Repetição das categorias.

Ordem	Categorias	Número de vezes que aparecem
1ª	Formação	65
2ª	Recursos	38
3ª	Legislação	30
4ª	Família x Escola	26
5ª	Adaptação	22
6ª	Estratégias	21
7ª	Inclusão/Especificidades	19
8ª	Suporte	17
9ª	Socialização	14
10ª	Diálogo	13

Fonte: Respostas dos entrevistados e análise documental

Na seleção das categorias para análise é importante focar nas mais citadas pois permite que a análise se concentre nos aspectos mais relevantes e representativos no conjunto de dados, isso é importante em um estudo qualitativo, onde o objetivo é compreender fenômenos em profundidade e não simplesmente quantificar ocorrências.

Em grandes conjuntos de dados, pode haver uma enorme quantidade de informações possíveis para categorizar. Tentar usar todas as categorias possíveis pode tornar a análise excessivamente complexa e difícil de gerenciar. Limitar as categorias às mais citadas torna o processo mais gerenciável.

Além disso, a escolha de focar nas categorias mais citadas permite alinhar a análise com os objetivos específicos da pesquisa. Isso significa concentrar-se nos aspectos mais pertinentes e significativos em relação às perguntas de pesquisa.

Portanto, utilizar um número menor de categorias principais contribui para a clareza e coerência da análise. Isso facilita a interpretação dos resultados e a comunicação das descobertas.

Limitar o número de categorias ajuda a evitar a sobrecarga de informações, onde detalhes importantes podem se perder em meio a uma quantidade excessiva de dados categorizados.

Além disso, concentrar-se nas categorias mais citadas permite uma exploração mais profunda dos temas e padrões mais significativos no conjunto de dados, em vez de uma análise superficial de muitas categorias menos importantes.

Vale ressaltar, que ao focar nas categorias mais citadas, a análise tende a ser mais robusta em termos de validade e confiabilidade, pois essas categorias são mais prováveis de representar padrões verdadeiros e significativos nos dados.

Levando em consideração tudo que foi exposto sobre a análise temática de conteúdos, as categorias que selecionadas são:

1ª Formação
2ª Recursos
3ª Legislação
4ª Família x Escola
5ª Adaptação

Após apresentarmos as categorias, seguimos com a análise detalhada, apoiada por teóricos renomados.

1ª Categoria: Formação

Como vimos anteriormente, o Transtorno do Espectro Autista – TEA é uma condição neurológica caracterizada por dificuldades em comunicação e interação social, além de comportamentos repetitivos. O diagnóstico é baseado nos critérios do DSM – 5, que em 2003 unificou várias subcategorias em TEA.

Dados de março de 2023 do CDC dos EUA indicam que cerca de 2,8% das crianças de 8 anos são diagnosticadas com autismo, o que equivale a uma em cada 36 crianças. No Brasil, estima-se que possa haver cerca de 6 milhões de pessoas com TEA, embora faltem dados precisos. Há uma prevalência maior em meninos, com uma proporção de 3,8 meninos para cada menina. Essa diferença de gênero tem sido questionada, sugerindo-se que o autismo possa ser subdiagnosticado em meninas.

No intuito de confirmar a contribuição do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil no município de dracena iniciamos o nosso recolhimento de dados pela técnica de observação participante.

Através dessa técnica foi possível conhecer e saber as dificuldades de ensinar estudantes com TEA na Educação Infantil.

O ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil envolve enfrentar desafios em áreas como comunicação, comportamento, interações sociais, sensibilidades sensoriais e necessidades pedagógicas individuais.

As dificuldades de comunicação incluem limitações na linguagem verbal e a necessidade de sistemas alternativos de comunicação.

Os desafios comportamentais envolvem ações repetitivas e rigidez nas rotinas, exigindo abordagens de gestão comportamental.

As dificuldades sociais, como problemas em contato visual e interpretação de linguagem não-verbal, requerem ensino explícito de habilidades sociais.

Sensibilidades sensoriais variadas demandam adaptação do ambiente educacional. A pedagogia para crianças com TEA deve ser individualizada, considerando as particularidades de cada criança.

É necessário ensinar habilidades práticas de vida diária e promover a integração e inclusão com pares.

Uma citação relevante sobre o ensino de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é do Dr. Stephen Shore, um reconhecido especialista e defensor dos direitos das pessoas com autismo. Dr. Shore, que também está no espectro, frequentemente compartilha insights valiosos baseados tanto em sua experiência profissional quanto pessoal. Uma de suas citações mais conhecidas é, "Se você conheceu uma pessoa com autismo, você conheceu uma pessoa com autismo".

Essa fala do autor destaca a natureza altamente individualizada do autismo e a importância de abordagens personalizadas no ensino de pessoas com TEA. Dr. Shore enfatiza que, devido à diversidade de manifestações do autismo, estratégias de ensino e intervenções devem ser adaptadas às necessidades únicas de cada indivíduo, ao invés de se basear em suposições generalizadas.

Esta perspectiva é fundamental para compreendermos que o ensino com crianças com TEA na Educação Infantil, requer preparo e formação dos profissionais que irão ensinar esses estudantes, que apresentam características tão únicas e específicas e poder a partir dessa formação realizar um trabalho que ao mesmo tempo que acolhe, integra os estudantes, e possibilita seu desenvolvimento mesmo com limitações que dificultam seu processo.

A necessidade de formação para os profissionais envolvidos no processo de ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil é fundamental para garantir uma inclusão efetiva. Esta formação deve abranger diversas áreas, incluindo:

1- Conhecimento específico sobre TEA: Entender as características do TEA é determinante para identificar as necessidades específicas de cada criança. Isso inclui compreender como o TEA afeta a comunicação, a interação social, os comportamentos e o aprendizado.
2- Estratégias de ensino adaptadas: Profissionais devem ser capacitados em métodos de ensino que atendam às necessidades educacionais especiais dessas crianças. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, adaptações curriculares, e abordagens de ensino individualizadas.
3- Comunicação e Interação social: É importante que os educadores tenham habilidades para promover a comunicação e a interação social das crianças com TEA, utilizando técnicas como a modelagem de comportamento e o ensino de habilidades sociais.
4- Colaboração com famílias e profissionais: A formação também deve incluir estratégias para trabalhar efetivamente com as famílias das crianças com TEA e outros profissionais, como terapeutas e psicólogos, criando um ambiente de suporte integrado.
5- Consciência e sensibilidade: A formação deve promover uma maior conscientização e sensibilidade em relação às crianças com TEA, ajudando a combater estigmas e promovendo uma cultura de inclusão e respeito dentro do ambiente escolar.
6- Avaliação e acompanhamento contínuo: Os profissionais precisam estar capacitados para avaliar o progresso das crianças com TEA de forma contínua e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário.
7- Formação contínua e atualização: Dada a natureza em constante evolução do campo do TEA, é essencial que os profissionais estejam em constante atualização sobre novas pesquisas, técnicas e abordagens no ensino para crianças com TEA.

Portanto, um programa de formação abrangente e contínuo é essencial para equipar os educadores com habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para apoiar efetivamente as crianças com TEA na Educação Infantil e promover uma verdadeira inclusão.

Iremos, a partir de trechos das entrevistas que abordam esse tema, essa categoria, para constatar na visão dos entrevistados, como está a formação para profissionais e familiares de crianças com TEA, no município de Dracena.

“Falta de formação na área da Educação special parece ser um grande obstáculo." (R1)
Muitas vezes os professors não sabem adaptar os materiais didáticos para as necessidades do meu filho." (R3)

Falta de investimento em formação para uso de tecnologia assistiva." (R3)
"Alguns professores usam metodologias ativas mas nem todos estão preparados para isso." (R4)
"Tenho receios quanto à preparação dos professores." (R2)
"Nós investimos muito em capacitação para nossos professors. Eles são treinados em técnicas especígicas para TEA, como o uso de reforços positivos e a implementação de stratégias de comunicação alternativa, que têm se mostrado muito benéficas." (PC1)
“Além disso, oferecemos treinamento regular aos professors sobre como adaptar suas aulas para atender a essas necessidades especiais, mantendo sempre uma abordagem muito humana e sensível." (PC2)
“ As principais preocupações dos pais é se a escola possui ….e conhecimento suficientes para apoiar adequadamente seus filhos com TEA. Eles buscam um ambiente que não apenas eduque, mas também compreenda e atenda às necessidades específicas de seus filhos." (D2)
'Falta de formação especializada em TEA, só tem em grandes centros e gostaria de fazer presencial." (P1)
"Ausência de profissionais de apoio, e os cuidadores têm poucas orientações." (P4)
Pouco tempo para planejamento pedagógico." (P8)
'Falta de especialistas locais para consultoria." (P12)
"Dificuldade de acesso a atualizações e cursos." (P13)
"Isolamento profissional. Me sinto sozinha e busco informações na internet." (P17)
“A maior barreira é a falta de formação específica para tartar das necessidades individuais de alunso com TEA.” (S1)
“Dada a escassez de recursos específicos, aprimoramento profissional contínuo é nossa rincipal estratégia Incentivamos os professors a prosseguir com estudos em instituições de Ensino superior da região”. (S2).
“A maior barreira é a falta de formação específica para tratar das necessidades individuais de estudantes com TEA.” (S1)
"Percebo que o maior desafio é a necessidade

e formação continuada. Os professores querem e capacitar melhor para compreender e atender às demandas únicas de estudantes com TEA." (D2)
"Falta de formação na área da Educação Especial parece ser um grande obstáculo." (R1)
"Muitas vezes os professores não sabem como daptar o material didático para as necessidades do meu filho." (R3)

2ª Categoria: Recursos

De acordo com a observação participante realizada, podemos relatar que, em relação aos recursos para lidar com crianças com TEA na Educação Infantil, o município de Dracena apresenta-se em um estágio de desenvolvimento e busca por melhorias contínuas. A disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos adaptados às necessidades de estudantes com TEA ainda é variável, com algumas escolas melhor equipadas do que outras. Por exemplo, a implementação de salas de recursos multifuncionais, equipadas com materiais sensoriais e educativos específicos, como blocos de construção texturizados, livros ilustrados adaptados e dispositivos de tecnologia assistiva, demonstra um esforço para criar ambientes de aprendizagem inclusivos. No entanto, a uniformidade no acesso a tais recursos entre todas as instituições educacionais é um desafio que o município continua enfrentando.

Adicionalmente, a formação de professores e cuidadores sobre o uso eficaz desses recursos mostra-se como um ponto crítico. Enquanto algumas iniciativas de capacitação destacam a importância de estratégias de comunicação alternativa e aumentativa, bem como o uso de reforços positivos para apoiar o desenvolvimento comportamental e cognitivo de crianças com TEA, a necessidade de treinamentos regulares e mais abrangentes é evidente. A colaboração com especialistas em TEA e a realização de orientações técnicas e seminários, por exemplo, são medidas que têm sido adotadas para suprir essa lacuna, embora a demanda por atualização constante e por uma base de conhecimento especializado permaneça alta.

Em síntese, enquanto o município de Dracena demonstra um compromisso em evoluir suas práticas educacionais e a infraestrutura de suporte para estudantes com TEA na Educação Infantil, a inconsistência na distribuição de recursos e a necessidade de fortalecimento da formação profissional são áreas que requerem atenção contínua. A busca por soluções inovadoras e a ampliação do investimento em recursos especializados são passos essenciais para garantir que todas as crianças com TEA recebam o suporte necessário para prosperar em um ambiente educacional inclusivo.

Para uma verdadeira inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, diversos recursos e estratégias são necessários. Abaixo estão alguns pontos fundamentais:

O ambiente da sala de aula deve ser adaptado às necessidades específicas das crianças com TEA, como a inserção de suportes e materiais especializados, além de facilitar a locomoção na sala.

Também é indispensável que os educadores conheçam tanto os interesses quanto as possíveis aversões das crianças com TEA, como sensibilidade a barulhos ou texturas. Isso permite que as estratégias pedagógicas sejam mais eficazes e minimizem desconfortos.

Além disso, as atividades devem ser planejadas considerando o nível de dificuldade do aluno, proporcionando segurança e eficácia no processo de aprendizagem.

No entanto, a interação social também é importante para o desenvolvimento das crianças com TEA. Promover atividades em grupo, como jogos e brincadeiras, ajuda na inclusão e no desenvolvimento social.

Motivar as crianças com TEA, valorizar cada conquista, fornecer auxílio nas dificuldades encoraja o aprendizado e o progresso, buscar maneiras criativas de aplicar as atividades pode ajudar a manter o foco e o interesse das crianças.

Para tanto, em alguns casos, a presença de um acompanhante terapêutico especializado (professor de apoio) em sala de aula pode ser benéfica, atuando como facilitador do processo de aprendizagem.

Considerando a sensibilidade das crianças com TEA, ambientes com muitos estímulos podem ser desafiadores para crianças com TEA. É importante ter um ambiente equilibrado e um acompanhamento adulto atento.

Além disso, a sensibilidade tátil deve ser considerada nas atividades, e é importante envolver o coletivo na compreensão e respeito às necessidades das crianças com autismo.

A formação contínua dos educadores é fundamental para ampliar o repertório de práticas docentes inclusivas, de crianças com TEA, na Educação Infantil.

Esses pontos destacam a importância de uma abordagem holística e individualizada no ensino de crianças com TEA, visando não apenas a inclusão educacional, mas também o desenvolvimento social e emocional dessas crianças.

Para se ter um panorama dos recursos ofertados no município de Dracena, para o ensino de crianças com TEA, na Educação Infantil, iremos apresentar a fala dos entrevistados sobre o tema.

"É visível a falta de recursos tecnológicos específicos para crianças com TEA." (R1)

"São necessários mais recursos humanos especializados como psicopedagogos e professores auxiliares." (R5)
"Usam bastante material visual o que ajuda meu filho." (R1)
"Nossos professores muitas vezes se sentem desafiados pela falta de recursos específicos, para estudantes com TEA. Eles buscam mais ferramentas para atender às necessidades dessas crianças de maneira eficaz." (D1)
Mas, honestamente, a falta de recursos é um desafio constante. Tentamos ser criativos, usando materiais do dia a dia e adaptando-os para fins pedagógicos." (D1)
"...enfrentamos dificuldades com a limitação de recursos. Por isso, buscamos parcerias com os pais para suprir essas necessidades, seja através de doações ou voluntariado." (D2)
"As diretrizes do MEC são nossas diretrizes. Quanto aos recursos, nós promovemos treinamentos internos, onde os professores compartilham técnicas e materiais de baixo custo que funcionam bem em sala de aula." (VD)
"Respeitamos todas as leis relevantes, mas a realidade é que temos que ser inovadores com os recursos que temos. Muitas vezes, isso significa transformar objetos comuns em ferramentas de ensino eficazes." (PC1)
"Nós seguimos a legislação vigente, porém, a realidade é que enfrentamos uma escassez de recursos. Por isso, nos concentramos em desenvolver estratégias pedagógicas que não dependam de materiais caros." (PC2)
. "Ausência de um ambiente controlado sensorialmente, meu aluno fica irritado com o barulho e pede para ir embora." (P9)
"Escassez de recursos tecnológicos adaptados." (P10)
"Falta de salas de recursos na escola, gostaria que fossem atendidos por professor especialista." (P11)
"Falta de recursos financeiros específicos." (P20)
"Utilização de softwares gratuitos e aplicativos online." (P15)
"Reutilização de materiais pedagógicos." (P16)
"Alguns pais fornecem materiais que são indicados por especialistas." (P17)
"Utilizo materiais que a escola dispõe." (P19)
"Adaptações do que tem na escola." (P20)

"Eu gosto de usar cores e sinais visuais para ajudar na organização da sala e dar aos estudantes com TEA pontos de referência claros." (P14)
"Uso de material concreto e ilustrações, como forma de minimizar o impacto causado no ensino devido a falta de recursos especializados." (P15)
"Falta de recursos e materiais específicos." (P3)
"A insuficiência de recursos pedagógicos adaptados limita o alcance das estratégias de ensino." (S2)
"Para compensar as limitações em recursos, optamos por materiais de baixo custo e adotamos soluções inovadoras, baseadas em abordagens pedagógicas e metodologias atualizadas." (S3)
"Avaliação de necessidades e alocação de recursos." (P3)
"Otimização do uso de recursos destinados à educação especial." (P13)
"Encorajamos fortemente o uso de recursos didáticos que sejam especialmente desenvolvidos para atender às necessidades dos estudantes com TEA. Queremos que os professores tenham à disposição materiais que os auxiliem a proporcionar uma educação mais eficiente e sensível às diversidades de seus estudantes." (S3)

A escassez de recursos nas escolas para o ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil é uma questão amplamente discutida na literatura acadêmica recente. Um dos principais desafios identificados é a necessidade de intervenção precoce imediatamente após o diagnóstico durante os primeiros três anos de vida, como destacado por Colombi (2017) em seu artigo "Current Challenges in Early Intervention for Children with Autism Spectrum Disorder (ASD):

> A Narrative Review" no "Medical Research Archives". Este estudo salienta a importância de estratégias eficazes de intervenção precoce e destaca a dificuldade de muitas crianças em receberem intervenção especializada antes dos 4 anos de idade ou mesmo nunca recebê-la.

3ª categoria: Legislação

No Brasil, existe uma série de leis e políticas fundamentais para assegurar os direitos educacionais de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente na Educação Infantil.

A Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, garantindo acesso à educação e saúde, e é destacada por especialistas como Maria Teresa Eglér Mantoan.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) promove a igualdade de direitos e liberdades fundamentais, sendo essencial para a inclusão educacional e social, segundo Romeu Kazumi Sassaki.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) orientam a inclusão de estudantes com necessidades especiais na educação básica, incluindo adaptações curriculares e a formação de professores.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelecem a educação como um direito de todos e enfatizam a educação especial na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) guia as práticas inclusivas no sistema educacional. Juntas, essas legislações e políticas são a base para a educação inclusiva no Brasil, garantindo acesso de qualidade para crianças com TEA desde a Educação Infantil.

A implementação eficaz dessas normas é indispensável, sendo um foco contínuo para especialistas em educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência.

De acordo com os professores a legislação voltada para os estudantes com TEA na Educação Infantil se apresentam da seguinte forma:

"A Lei Federal nº 12.764/2012 estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista." (P1).
"O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também se aplica aos estudantes com autismo em todos os aspectos educacionais." (P2)
"O Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013 oferece diretrizes específicas para a inclusão escolar." (P3)
"A Resolução SEDUC 21/2023 é fundamental para inclusão de estudantes com TEA no Estado de São Paulo." (P4)
"O DECRETO Nº 67.634, DE 6 DE ABRIL DE 2023, traz atualizações pertinentes à inclusão escolar." (P5)

"A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) inclui disposições sobre educação especial." (P6)
"A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, também tem relevância." (P7)
"As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica fornecem orientação pedagógica." (P8)
"O Código de Ética do Profissional de Educação aborda responsabilidades quanto à inclusão." (P9)
"A Constituição Federal assegura educação para todos, inclusive estudantes com deficiência ou autismo." (P10)
"O Plano Nacional de Educação (PNE) contém metas específicas para a educação especial." (P11)
"Normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) também têm relevância na educação inclusiva." (P12)
" Resolução SEDUC – n° 21, de 21-06-2023." (P13)
"Falta de Legislações municipais que poderiam complementar ou detalhar diretrizes federais e estaduais." (P14)
"A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 estabelece diretrizes nacionais para a educação especial." (P15)
"O Programa de Educação Inclusiva do Ministério da Educação traz estratégias e ações específicas." (P16)
"O Artigo 208 da Constituição prevê atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência." (P17).
"Leis como a Lei nº 13.146/2015 estabelecem a acessibilidade em todas as áreas, incluindo a educação." (P18).
" Resolução SEDUC – n° 21, de 21-06-2023." (P19).
A última Resolução Estadual N° 21, de 21-06-2023." (P20)

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece diretrizes importantes. Adicionalmente, a Lei Federal nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) são fundamentais. Mais recentemente, o Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013 e o

DECRETO Nº 67.634, DE 6 DE ABRIL DE 2023, além da Resolução SEDUC 21/2023, contribuem para a inclusão escolar.” (S1)
“As diretrizes do MEC para a educação inclusiva, estabelecidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), também são importantes. Outras regulamentações como a Lei Federal nº 12.764/2012, o Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013, o DECRETO Nº 67.634, DE 6 DE ABRIL DE 2023, e a Resolução SEDUC 21/2023 são igualmente relevantes.” (S2)
”Leis municipais e estaduais, como o Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013, também têm impacto na inclusão escolar. Além disso, a Lei Federal nº 12.764/2012, o DECRETO Nº 67.634, DE 6 DE ABRIL DE 2023, e a Resolução SEDUC 21/2023 são outras regulamentações que contribuem para a efetividade da inclusão de estudantes com TEA. Vale ressaltar que o município de Dracena segue tanto as leis federais como as estaduais em relação à educação inclusiva. No entanto, há uma diferenciação local: o município oferece uma gratificação de 10% a mais nos vencimentos dos professores que têm em suas salas estudantes elegíveis para a Educação Especial.” (S3)
"Seguimos a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estas leis são a base do nosso trabalho para garantir a inclusão efetiva de estudantes com TEA." (D1)
"Além das leis federais, como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também consideramos diretrizes estaduais e municipais relevantes." (D2)
"Para nós, as diretrizes do MEC sobre educação inclusiva são essenciais. Elas orientam como devemos estruturar nossas práticas pedagógicas para atender aos estudantes com TEA." (VD)
"A Resolução SEDUC 21/2023 é uma normativa que seguimos de perto. Ela ajuda a moldar nossa abordagem na

inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil." (PC1)
"Enfatizamos o cumprimento de todas as leis e regulamentações pertinentes, incluindo o Decreto Estadual nº 59.591/2013. Essas legislações nos dão o suporte necessário para desenvolver um ambiente de aprendizagem inclusivo." (PC2)
“Há leis, mas a implementação é inconsistente." (R1)
"Conheço a Lei Brasileira de Inclusão, mas não vejo ela sendo totalmente aplicada aqui." (R2)
"Não tenho certeza sobre as leis, mas sei que a escola faz esforços para incluir meu filho." (R3)
"As leis existem, mas falta fiscalização efetiva." (R4)
"Sinto que o poder público deveria ser mais proativo em garantir a conformidade com as leis." (R5).

Nesse bloco de respostas temos elementos que demonstram que as leis e regulamentações relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena incluem a Lei Federal nº 12.764/2012, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013, a Resolução SEDUC 21/2023, o Decreto nº 67 de 6 de abril de, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Código de Ética do Profissional de Educação, a Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação (PNE) e as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de resoluções SEDUC pertinentes.

4ª Categoria: Família x Escola

De acordo com a observação participante, a parceria Família x Escola, em relação às crianças com TEA na Educação Infantil, no município de Dracena, evidencia um cenário de esforços conjuntos e desafios persistentes. As famílias desempenham um papel ativo ao compartilhar informações vitais sobre os comportamentos, necessidades e preferências de suas crianças, contribuindo para a personalização das estratégias educacionais e comportamentais aplicadas na escola. Esta colaboração é reforçada pela comunicação constante e pelo desejo mútuo de professores e pais em garantir uma experiência educacional coesa e efetiva, que transcenda os limites da escola e se estenda ao ambiente doméstico.

No entanto, a comunicação entre escola e família enfrenta obstáculos que variam desde desafios na interação com os pais até a necessidade de mais abertura e canais efetivos de feedback. Alguns pais são destacados por sua contribuição ativa, seja por meio de doações, fornecimento de materiais recomendados por especialistas ou até mesmo materiais utilizados em casa, enriquecendo os recursos disponíveis para o ensino. Contudo, a variação no nível de engajamento parental, com alguns pais menos preocupados com o desenvolvimento acadêmico e outros focados exclusivamente na socialização, apresenta um desafio para a uniformidade das expectativas e abordagens educacionais.

Neste contexto, o Supervisor de Ensino emerge como uma figura central na mediação e fortalecimento dessa parceria essencial. Através da melhoria da comunicação entre família e escola, a abertura de canais claros de diálogo e feedback, e o encorajamento da participação dos pais nas decisões escolares, os supervisores têm um papel indispensável em promover uma inclusão eficaz e uma abordagem educacional que beneficie integralmente os estudantes com TEA. Suas ações visam estabelecer pontes

eficazes entre as famílias e o ambiente escolar, garantindo que todas as partes estejam alinhadas e comprometidas com o desenvolvimento e bem-estar dos estudantes.

Além disso, a mobilização da comunidade escolar em torno das atividades inclusivas destaca-se como uma estratégia valiosa, demonstrando um esforço consciente para envolver todos os envolvidos na criação de um ambiente educacional acolhedor e adaptado às necessidades de cada criança com TEA. Assim, a parceria Família x Escola, com o apoio ativo do Supervisor de Ensino, revela-se como um pilar fundamental na construção de uma educação inclusiva e efetiva para crianças com TEA em Dracena, indicando caminhos para superar desafios e maximizar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

A parceria entre família e escola é fundamental no ensino de crianças com TEA na Educação Infantil. Esta colaboração contribui para uma compreensão mais completa das necessidades da criança, promovendo uma abordagem de ensino mais personalizada e eficaz. A comunicação constante e o apoio mútuo entre professores e pais/cuidadores ajudam a garantir consistência e continuidade nas estratégias educacionais e de comportamento, tanto em casa quanto na escola. Esta parceria também fortalece o suporte emocional à criança, criando um ambiente mais seguro e propício para seu desenvolvimento e aprendizado.

Famílias de crianças com TEA podem contribuir significativamente com a escola, principalmente ao compartilhar informações detalhadas sobre o comportamento, necessidades e preferências da criança. Elas podem fornecer insights valiosos sobre estratégias eficazes de comunicação e aprendizado que funcionam em casa e podem ser adaptados no ambiente escolar.

Além disso, o envolvimento ativo dos pais em reuniões e planejamento educacional ajuda a garantir que as abordagens educacionais sejam consistentes em casa e na escola, criando um ambiente de aprendizado mais coeso e eficaz para a criança.

Por sua vez, a escola pode apoiar significativamente as famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Este apoio inclui fornecer informações e recursos sobre o TEA, orientar sobre estratégias e técnicas eficazes de educação e comportamento, e oferecer apoio emocional e prático. A escola também pode servir como um elo entre a família e serviços de apoio especializados, além de promover eventos e atividades que aumentem a conscientização e compreensão sobre o TEA na comunidade escolar.

Agora iremos apresentar um panorama da realidade dessa parceria no município de Dracena, de acordo com as respostas dos entrevistados:

> "Os professores trabalham em estreita colaboração com os pais para

garantir consistência entre a escola e o lar.” (VD)
“Os pais desejam estar constantemente informados sobre o progresso e os desafios de seus filhos, buscando uma parceria ativa com a escola para o melhor desenvolvimento deles.” (PC1)
"Desafios na comunicação com os pais.” (P7)
"Sabe, as doações de pais e da comunidade realmente fazem a diferença. Cada contribuição importa." (R2)
"Alguns pais fornecem materiais que são indicados por especialistas." (P17)
"Alguns pais fornecem materiais que são utilizados em casa." (P18)
"O encorajamento da participação dos pais, na minha opinião, é fundamental. A escola e a família precisam estar na mesma página.” (P15)
"Alguns pais não se preocupam com o desenvolvimento do filho.” (P5)
"Alguns pais se preocupam apenas com a socialização do filho e isso dificulta o nosso trabalho.” (P18)
"Preocupam-se com o bem-estar de seus filhos e acham a escola segura.” (P19)
"Acreditamos que o supervisor possa melhorar a comunicação entre família e escola.” (R5)
“A colaboração e o envolvimento dos pais nas decisões escolares poderia melhorar a inclusão.” (R3)
“Escola e as famílias. O Supervisor de Ensino tem um papel indispensável em ajudar a estabelecer essas pontes eficazes.” (VD)
"Seria útil estabelecer canais claros de comunicação e feedback entre escolas e famílias. Além disso, os supervisores podem nos ajudar nisso.” (PC2)
“Abertura de canais de comunicação entre escola e família, e o supervisor pode ajudar nisso.” (P5)
“Melhoria nas relações entre a escola e a comunidade.” (P11) (P20)
"Um dos meus papéis mais significativos é ser o elo entre a escola e as famílias. Estou aqui para garantir que a comunicação seja clara, empática e construtiva, ajudando a construir uma parceria forte em benefício dos estudantes com TEA” (S3)

"Fazemos um esforço consciente para envolver a comunidade escolar em nossas atividades.” (S3)

5ª Categoria – Adaptação

Estratégicas e adaptações curriculares para estudantes com TEA na Educação Infantil são essenciais para promover uma aprendizagem inclusiva e eficaz.

Crianças com TEA muitas vezes prosperam em ambientes estruturados, e necessitam que a sala de aula esteja organizada e com áreas bem definidas para atividades específicas, com uso de recursos visuais, como pictogramas ou quadros de horários, para ajudar na compreensão das rotinas diárias e das expectativas.

Instruções claras e precisas são importantes, usar linguagem figurativa ou ambígua, pode ser difícil de entender para algumas crianças com TEA.

Adaptação do material didático pode ser necessário para ser mais visual e menos textual, podendo levar a um entendimento maior por crianças que possam ter dificuldades com leitura e linguagem.

Atividades que envolvam o uso dos diferentes sentidos, como toque, visão e audição podem ajudar no desenvolvimento sensorial e motor.

A partir do fato de que cada criança com TEA é única, adaptar as estratégias de ensino para atender às necessidades individuais de cada estudante.

Atividades que ajudem a desenvolver habilidades sociais e emocionais, essenciais para a interação com outros colegas.

Disponibilizar espaços de pausa e calma, onde a criança possa retirar-se, caso esteja sentindo-se inquieta e precisar de um tempo para se acalmar.

Formação para os educadores é de grande importância, na escolha das estratégias e adaptações curriculares para crianças com TEA, para os professores, supervisores e gestores escolares.

De acordo com as respostas dos professores sobre estratégias e adaptações curriculares para crianças com TEA:

"Uso criativo de materiais de baixo custo." (P1)
"Não é preciso muito para criar material pedagógico 'caseiro' que seja eficaz. Um pouco de criatividade já ajuda." (P4)

"Adaptação de brinquedos e jogos." (P5) (P13)
"Utilização de softwares gratuitos e plataformas online." (P7)
"Trocar materiais pedagógicos com colegas é uma forma genial de renovar nossas estratégias de ensino." (P8)
"Às vezes, os manuais e guias gratuitamente disponíveis online são verdadeiros salva-vidas." (P10)
"Oficinas de construção de material pedagógico." (P11)
"Incorporar atividades manuais e artesanais no currículo realmente ajuda a tornar o aprendizado mais envolvente para os estudantes." (P12)
"Utilização de softwares gratuitos e plataformas online." (P14)
"Reutilização de materiais pedagógicos." (P15)
“Jogos que envolvem diferentes texturas, sons e cores para estimular os sentidos, ao mesmo tempo em que ensinam habilidades básicas.” (P18)
“Adaptações do que tem na escola.” (P20)
“Incorporamos métodos digitais e práticas colaborativas.” (S2)
” Abordagens lúdicas são usadas para facilitar o aprendizado social e acadêmico.” (S3)
“Para atender de forma mais eficaz às necessidades educacionais de estudantes com TEA, as metas e objetivos acadêmicos são individualizados, alinhando-se com as capacidades e desafios específicos de cada estudante.” (S1)
“A avaliação do desempenho desses estudantes é adaptada para medir habilidades e competências individuais, evitando parâmetros generalizados que podem não ser indicativos do verdadeiro potencial do estudante.” (S2)

“O planejamento curricular é uma ação colaborativa, envolvendo professores regulares, especialistas em educação especial e, sempre que possível, os pais e/ou responsáveis. Isso garante um plano educacional mais integrado e eficiente.” (S3*)*
"Nossa abordagem é muito centrada na criança. Utilizamos estratégias visuais, como pictogramas, para ajudar no entendimento e na comunicação, pois percebemos que isso realmente ajuda os estudantes com TEA a se sentirem mais confortáveis e compreendidos." (D1)
"Nós enfatizamos a importância da rotina estruturada, que proporciona um ambiente previsível e seguro para os estudantes. Também incorporamos atividades sensoriais para atender às suas necessidades individuais, o que tem se mostrado muito eficaz." (D2)
"Abraçamos a abordagem de ensino individualizado. Cada plano de aula é adaptado para atender às necessidades específicas de cada aluno com TEA, e os professores trabalham em estreita colaboração com os pais para garantir consistência entre a escola e o lar." (VD)
"Um aspecto indispensável é a inclusão social. Trabalhamos para integrar nossos estudantes com TEA em atividades de grupo, promovendo interações sociais com apoio e supervisão constantes. Isso ajuda no desenvolvimento das habilidades sociais dos estudantes de maneira cuidadosa e respeitosa." (PC2)
"Nós ajustamos o currículo para torná-lo mais acessível. Isso inclui simplificar instruções e usar mais elementos visuais, o que realmente ajuda os estudantes com TEA a compreenderem melhor as tarefas." (D1)
"Uma de nossas principais adaptações é a flexibilização das metas curriculares. Reconhecemos que cada criança com TEA tem seu próprio ritmo e estilo de aprendizado, então adaptamos nossos métodos para atender a essas necessidades individuais." (D2)
"Estamos constantemente revisando nossas práticas. Por exemplo, integramos atividades

sensoriais no currículo para ajudar os estudantes com TEA a se engajarem mais nas aulas. Também trabalhamos para garantir que essas adaptações sejam inclusivas e beneficiem toda a turma." (VD)
"Focamos muito na individualização. Isso pode significar ajustar as atividades para serem mais hands-on ou usar recursos tecnológicos como tablets, que muitas vezes são mais atrativos para crianças com TEA." (PC1)
"Nós colaboramos estreitamente com especialistas em educação especial para criar planos de ensino individualizados. Além disso, oferecemos treinamento regular aos professores sobre como adaptar suas aulas para atender a essas necessidades especiais, mantendo sempre uma abordagem muito humana e sensível." (PC2)

As estratégias pedagógicas incluem o ensino estruturado, métodos digitais, práticas colaborativas e abordagens lúdicas. As adaptações curriculares são individualizadas e a comunicação com os pais é fundamental.

O papel do Supervisor de Ensino é fornecer orientação, facilitar a implementação de políticas inclusivas, ser um elo entre a escola e as famílias, e contribuir para a formação dos professores. Espera-se que a atuação do supervisor melhore a qualidade do ensino inclusivo, satisfaça os pais e permita um desenvolvimento integral dos estudantes com TEA.

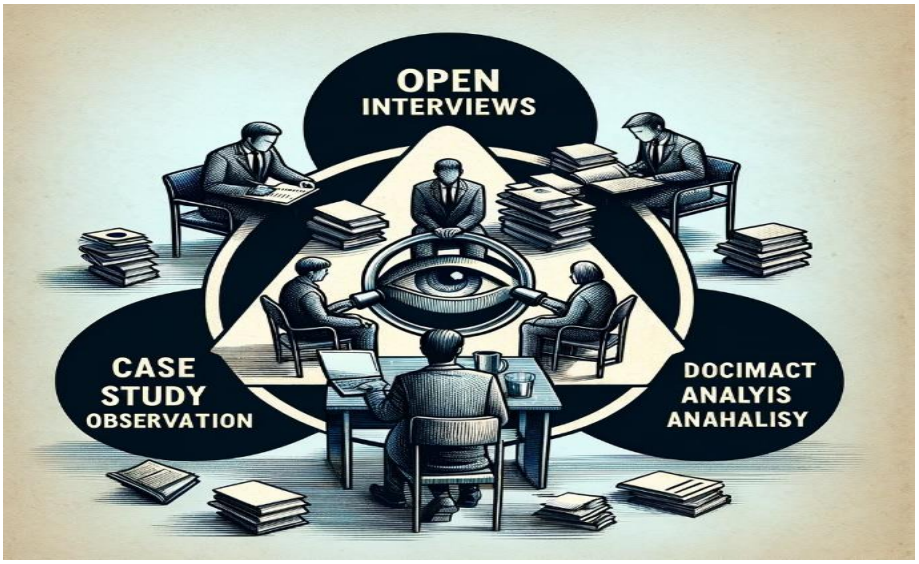
Para lidar com a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos, a escola utiliza estratégias como o uso de materiais de baixo custo, doações da comunidade, reutilização de materiais didáticos, criação de material pedagógico "caseiro", adaptação.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de categorização, codificação e interpretação dos resultados, buscando identificar os pontos fortes e fracos do processo de inclusão, as dificuldades enfrentadas pelos envolvidos, as estratégias adotadas pelo Supervisor de Ensino para promover a inclusão e suas contribuições para o sucesso do processo.

A análise em uma pesquisa qualitativa, conforme Campoy (2018) e Perovano (2016), busca interpretar tanto o conteúdo manifesto quanto o latente dos dados coletados. Portanto, iniciaremos com a tabulação dos dados coletados, seguida pela análise interpretativa dos mesmos. Introduzir um texto que apresenta os dados de uma pesquisa qualitativa, onde o instrumento de coleta de dados foi a entrevista aberta e o desenho metodológico o estudo de caso, requer uma abordagem que contextualize o método, justifique sua escolha e estabeleça a ligação entre a metodologia e os objetivos da pesquisa.

Após levantamento e análise dos dados da entrevista, será utilizada a abordagem de triangulação metodológica, confirme ilustra a figura abaixo:

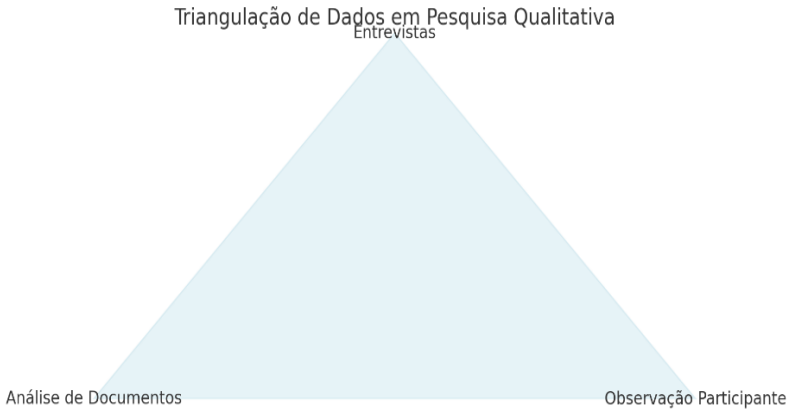
Figura 05: Triangulação metodológica



Fonte: Google imagens

A abordagem de triangulação metodológica na pesquisa qualitativa envolve o uso de múltiplos métodos de coleta de dados para explorar um fenômeno específico. Ao analisar respostas de entrevistas, dados obtidos através da observação participante e informações extraídas da análise documental, permite uma compreensão rica e aprofundada do assunto em questão, além de contribuir para a validade e confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Figura 06- Diagrama: Triangulação de dados em uma pesquisa metodológica qualitativa.



Fonte: Elaboração própria

Nesse diagrama, cada vértice do triângulo representa uma técnica diferente: entrevistas, observação participante e análise de documentos. A área dentro do triângulo simboliza a integração e o enriquecimento dos dados coletados através de técnicas distintas, facilitando uma compreensão mais completa do fenômeno estudado.

Ao combinar essas três técnicas na triangulação metodológica, é possível validar as conclusões da pesquisa através da comparação e corroboração de dados de diferentes fontes e perspectivas. A consistência entre as percepções dos entrevistados, as observações do estudo de caso e as informações obtidas dos documentos reforça a credibilidade dos resultados.

Além disso, essa abordagem pode revelar discrepâncias ou novas linhas de investigação, levando a uma compreensão mais completa e anunciada do tema estudado.

Flick, (2011) discute a triangulação como uma abordagem que permite trabalhar diversas perspectivas de compreensão da realidade em um único método. Ele destaca que ao contrário da pesquisa quantitativa, onde a validade é frequentemente baseada na capacidade de replicação e generalização dos resultados, na pesquisa qualitativa, a validade é vista como a realização criteriosa e confiável do estudo, em que os métodos são consistentes com os objetivos propostos.

De acordo com Denzin (2009), a triangulação metodológica não se restringe ao uso de uma única técnica, teoria, fonte dados ou pesquisador no processo de análise. Isso possibilita a apreensão de uma realidade sob diversos ângulos, permitindo o confronto de informações para minimizar os vieses resultantes de uma única perspectiva analítica.

Em relação a 1ª categoria, Formação, podemos relatar que, em relação à formação no município de Dracena, emergem desafios significativos que impactam diretamente a capacidade de atender às necessidades de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A falta de formação especializada na área da Educação Especial é frequentemente citada como um obstáculo principal, comprometendo a habilidade dos professores em adaptar materiais didáticos e empregar metodologias de ensino adequadas para esses estudantes.

Além disso, a carência de investimento em formação para o uso de tecnologia assistiva e a preparação insuficiente para a implementação de metodologias ativas são aspectos que exacerbam a preocupação dos pais quanto à qualidade e eficácia do suporte educacional oferecido.

Por outro lado, há esforços por parte das coordenações pedagógicas para suprir essas lacunas, evidenciados pelo investimento em capacitação específica para o manejo de TEA, incluindo o uso de reforços positivos e estratégias de comunicação alternativa ofertados por especialistas fonoaudiólogos de alguns estudantes. Essas iniciativas, embora valiosas, enfrentam o desafio de uma distribuição desigual de recursos e oportunidades de formação, que são mais acessíveis em grandes centros.

A ausência de profissionais de apoio, orientações limitadas para cuidadores, escassez de tempo para o planejamento pedagógico, falta de especialistas locais para consultoria e dificuldade de acesso a atualizações e cursos são barreiras adicionais que reforçam o isolamento profissional e a dependência de recursos para obtenção de informações.

A preocupação dos pais com a competência e o conhecimento dos professores para apoiar adequadamente seus filhos com TEA destaca a demanda por um ambiente escolar que não somente eduque, mas que também entenda e atenda às especificidades desses estudantes. A necessidade de formação continuada é enfatizada tanto pelos professores quanto pelos gestores escolares, sinalizando um consenso sobre a importância de aprofundar os conhecimentos e as habilidades para melhor responder às exigências únicas dos estudantes com TEA. Diante desses desafios, a estratégia de aprimoramento profissional contínuo, com ênfase no encorajamento dos professores a buscar estudos adicionais em instituições de ensino superior, emerge como uma abordagem essencial para elevar a qualidade da educação inclusiva no município.

Em relação a importância da formação de profissionais de ensino para trabalhar com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil é de vital importância, pois a formação especializada ajuda os educadores a compreenderem melhor as características do TEA, permitindo que identifiquem e atendam às necessidades individuais de cada criança, personalizando a abordagem.

É importante ressaltar que educadores bem preparados podem desenvolver e implementar estratégias de ensino adaptadas que são mais eficazes para crianças com TEA, facilitando seu aprendizado e inclusão.

Além disso, a formação adequada dos profissionais é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo, que respeite e atenda às diferenças, promovendo a aceitação e a inclusão social das crianças com TEA.

Educadores capacitados estão mais aptos a trabalhar colaborativamente com famílias e outros profissionais, como terapeutas e psicólogos, garantindo uma abordagem integrada e consistente no cuidado e educação dessas crianças.

De acordo com Sampaio (2020):

> Muitos professores não estão preparados para assumir essa responsabilidade ou temem assumir, há aqueles que realmente vão à busca de aperfeiçoamento para melhorar o ensino e outros se acomodam. As escolas que apresentam turmas com número elevado de estudantes, sem recursos para investir em material pedagógico, tem como consequências um ensino defasado, por falta de condições favoráveis ao trabalho pedagógico e falta de adaptações necessárias para receber os estudantes.

Outro fator importante, é que cada criança com TEA é única e, portanto, a formação ajuda os educadores a adaptar suas abordagens para atender a essas necessidades individuais, proporcionando uma educação mais personalizada e eficaz.

A formação contribui para aumentar a conscientização sobre o TEA e reduzir o estigma associado, promovendo uma cultura de respeito e compreensão dentro do ambiente escolar.

A Declaração de Salamanca de 1994 enfatiza a importância fundamental da preparação adequada dos educadores para o êxito das escolas inclusivas. Essa preparação deve começar desde a formação inicial dos professores, onde eles devem ser capacitados para compreender o processo de inclusão. Isso inclui habilidades para identificar as necessidades especiais dos estudantes, adaptar o currículo escolar, utilizar tecnologias educacionais, personalizar métodos de ensino e colaborar efetivamente com especialistas e pais na educação dos estudantes.

Fazendo um paralelo entre o que foi observado pela pesquisadora, os dados levantados pelas respostas dos entrevistados, e a análise documental, percebeu-se que o ensino de crianças com TEA na Educação Infantil no município de Dracena encontra-se em um processo de evolução e adaptação. Embora existam desafios significativos relacionados à formação específica dos professores e à implementação de recursos adequados, também há evidências claras de esforços empreendidos para superar tais obstáculos. As iniciativas de capacitação direcionadas, a busca por estratégias pedagógicas inclusivas e a ênfase na colaboração entre escola e família indicam um compromisso crescente com a inclusão efetiva.

No entanto, a necessidade de um suporte mais consistente e abrangente é uma constante. A variação nas experiências e no preparo dos professores, somada à demanda por mais recursos didáticos e tecnológicos adaptados, sugere que a trajetória em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva requer investimentos contínuos e estratégicos. A importância de um diálogo constante e eficaz entre os educadores e as famílias dos estudantes com TEA é enfatizada como um meio de garantir que as intervenções educacionais sejam personalizadas e significativas.

Para avançar nessa direção, Dracena parece estar reconhecendo a importância de estruturar ambientes de aprendizagem que não apenas atendam às necessidades educacionais de estudantes com TEA, mas que também promovam seu bem-estar e desenvolvimento integral. A atuação do Supervisor de Ensino, como facilitador desse processo, assume uma relevância particular, evidenciando a necessidade de uma liderança pedagógica que esteja tanto comprometida com a excelência educacional quanto com a sensibilidade para as demandas únicas dos estudantes com TEA.

Em relação à 2ª categoria, Recursos, para o ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, os recursos incluem adaptação do ambiente da sala de aula, planejamento de atividades que considerem as necessidades específicas da criança, promoção de atividades em grupo para fomentar interação social, e a valorização das conquistas individuais para incentivar a motivação. A utilização de estratégias pedagógicas personalizadas e a presença de um acompanhante terapêutico também são importantes. Além disso, é essencial que os professores tenham conhecimento das particularidades das crianças com TEA, incluindo interesses e possíveis aversões.

De acordo com a observação, as respostas dadas pelos entrevistados, e a análise documental, podemos perceber que no município de Dracena, os recursos para o ensino da criança com TEA, na Educação Infantil, apresentam o seguinte panorama: a realidade é caracterizada por uma significativa escassez de recursos tecnológicos específicos e humanos especializados, como psicopedagogos e professores auxiliares, que são essenciais para uma abordagem educacional eficaz e personalizada para crianças com TEA. A falta desses recursos especializados desafia a capacidade dos professores de adaptar os materiais didáticos e metodologias de ensino às necessidades únicas desses estudantes, levando à busca por soluções criativas e de baixo custo.

A utilização de materiais visuais, aplicativos online gratuitos, reutilização de materiais pedagógicos e contribuições de materiais por parte dos pais são exemplos das estratégias adotadas para contornar a carência de recursos específicos. Estratégias como o uso de cores e sinais visuais para organizar a sala de aula demonstram a inovação dos educadores na tentativa de criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e compreensível para os estudantes com TEA. No entanto, a ausência de um ambiente controlado sensorialmente e a limitação de recursos tecnológicos adaptados destacam a necessidade de investimentos direcionados para a educação especial.

Neste contexto, a falta de salas de recursos e de professores especialistas reflete a urgência de uma infraestrutura educacional mais robusta e especializada. Apesar desses desafios, observa-se um esforço coletivo entre a comunidade escolar e os pais para otimizar o uso dos recursos disponíveis, visando uma educação mais eficiente e sensível às necessidades dos estudantes com TEA. A valorização das conquistas individuais e a promoção de atividades em grupo para fomentar a interação social são práticas pedagógicas que emergem como elementos chave na Educação Infantil para crianças com TEA em Dracena.

A necessidade de formação continuada dos professores em estratégias pedagógicas personalizadas, conhecimento sobre as particularidades do TEA e o uso de acompanhantes terapêuticos são reconhecidos como fundamentais para superar a barreira da escassez de recursos. Encoraja-se fortemente o desenvolvimento e o compartilhamento de práticas

inovadoras e metodologias atualizadas que possam ser implementadas sem dependência de materiais caros, alinhando-se à legislação vigente e buscando constantemente aprimorar a qualidade da educação oferecida às crianças com TEA. A colaboração entre os profissionais da educação, a comunidade e os pais aparecem como uma estratégia necessária para compor as limitações em recursos, apontando para a importância de um esforço conjunto na construção de um ambiente educacional inclusivo e adaptativo.

Em relação à 3ª categoria, Legislação, podemos considerar que o cumprimento da legislação no município de Dracena em relação ao ensino da criança com TEA, na Educação Infantil, encontra-se em uma fase de conscientização e implementação gradual. O município se esforça para alinhar suas práticas educacionais às exigências das legislações e políticas nacionais, como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que promove a igualdade de direitos e liberdades fundamentais. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) também guiam as ações do município.

Embora as políticas estejam formalmente reconhecidas, desafios práticos na implementação efetiva dessas normas persistem. Professores, pais e supervisores relatam uma variação na aplicação das diretrizes, apontando para a necessidade de investimentos contínuos em formação de professores, adequação de recursos didáticos e infraestrutura, além da implementação de tecnologias assistivas. A Resolução SEDUC 21/2023, específica do Estado de São Paulo, é citada como um passo importante na direção certa, mas a necessidade de legislações municipais complementares que detalhem e reforcem as diretrizes federais e estaduais é evidente.

A experiência em Dracena mostra que, apesar dos esforços para cumprir com a legislação vigente, a eficácia na inclusão de estudantes com TEA depende significativamente do engajamento e da capacitação contínua dos profissionais de educação, do suporte às famílias e da disponibilidade de recursos adequados. A gratificação adicional para professores que acolhem estudantes elegíveis para a Educação Especial é um exemplo de iniciativa local que busca incentivar e valorizar a inclusão, mostrando um caminho promissor para a melhoria da qualidade educacional para estudantes com TEA.

Portanto, Dracena está no caminho para uma inclusão educacional mais efetiva de crianças com TEA, embora ainda haja um longo percurso a ser percorrido para que a legislação não apenas seja cumprida em sua totalidade, mas que também se traduza em práticas pedagógicas consistentemente inclusivas e adaptadas às necessidades desses estudantes.

Em resumo, professores, supervisores, gestores e pais destacam que as leis e regulamentações relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena incluem a Lei Federal nº 12.764/2012, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Decreto Estadual de São Paulo nº 59.591/2013, a Resolução SEDUC 21/2023, o Decreto nº 67 de 6 de abril de, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Código de Ética do Profissional de Educação, a Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação (PNE) e as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de resoluções SEDUC pertinentes.

Em relação 4ª categoria, Familia x Escola, a parceria entre família e escola no ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é essencial para um desenvolvimento educacional eficaz. Esta colaboração permite uma troca contínua de informações e estratégias, ajudando a criar um ambiente de aprendizado consistente e adaptado às necessidades da criança. O Supervisor de Ensino desempenha um papel indispensável neste processo, atuando como um mediador e facilitador entre a família e a escola, garantindo que as estratégias educacionais sejam implementadas efetivamente e que o suporte adequado seja fornecido tanto para a criança quanto para seus familiares.

A partir da observação participante, das respostas dadas pelos entrevistados sobre essa categoria, e a análise documental pode-se constatar que a parceria família x escola, das crianças com TEA na Educação Infantil, no município de Dracena, revela-se como um pilar fundamental para o sucesso da inclusão desses estudantes. A colaboração estreita entre a escola e as famílias é essencial para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades específicas de cada criança com TEA, promovendo um desenvolvimento holístico e integrado. Nesse contexto, a importância do Supervisor de Ensino nesse processo é indiscutível, atuando como um mediador chave que capacita os professores através de formação continuada, apoia a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e facilita a comunicação eficaz entre a escola e as famílias.

Os Supervisores de Ensino, ao exercerem suas múltiplas atribuições, não apenas garantem a aderência às políticas e práticas educacionais inclusivas, mas também promovem uma cultura de respeito, compreensão e aceitação das diferenças. Eles desempenham um papel fundamental na identificação e no atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes com TEA, colaborando para o planejamento e a execução de adaptações curriculares individualizadas. Além disso, os supervisores de ensino são fundamentais na orientação e no suporte aos professores na implementação de estratégias de ensino adaptativas, no uso de recursos didáticos e tecnológicos apropriados e na criação de um ambiente de aprendizagem estimulante e acolhedor. Através de sua atuação, contribuem significativamente para a construção de pontes entre a escola e a família,

fomentando uma parceria colaborativa que valoriza e responde às singularidades de cada criança com TEA, assegurando assim, seu pleno desenvolvimento e inclusão no ambiente escolar de Dracena.

Em relação à 5ª categoria, Adaptação Curricular, atividades e estratégias para o ensino de crianças com TEA na Educação Infantil, é essencial personalizar o conteúdo e as abordagens de ensino para atender às necessidades individuais da criança. Isso inclui a utilização de métodos visuais, atividades práticas, e a simplificação de instruções. O Supervisor de Ensino desempenha um papel crucial neste processo, orientando e apoiando os educadores na implementação de estratégias adaptadas e garantindo que as adaptações sejam efetivas e inclusivas.

A partir da observação participante, das respostas dadas pelos entrevistados nessa categoria e da análise documental, observa-se que no município de Dracena, a adaptação para o ensino da criança com TEA na Educação Infantil evidencia um cenário de esforços contínuos e criatividade. A participação do Supervisor de Ensino nesse processo é instrumental, agindo como um catalisador para a implementação de estratégias e adaptações curriculares que promovem uma aprendizagem inclusiva e eficaz. Estratégias como a organização da sala de aula em áreas bem definidas, uso de recursos visuais como pictogramas, adaptação do material didático para ser mais visual, e a inclusão de atividades sensoriais são algumas das adaptações observadas.

No contexto de Dracena, professores recorrem ao uso criativo de materiais de baixo custo e à adaptação de brinquedos e jogos para criar um ambiente educacional estimulante e acessível para crianças com TEA. A utilização de softwares gratuitos e plataformas online, juntamente com a troca de materiais pedagógicos entre colegas, exemplifica uma abordagem colaborativa e inovadora para superar limitações de recursos. Oficinas de construção de material pedagógico e a incorporação de atividades manuais e artesanais no currículo refletem uma abordagem prática e engajadora no ensino.

Neste cenário, o Supervisor de Ensino assume um papel crucial, fornecendo orientação e suporte aos educadores na escolha e implementação dessas estratégias e adaptações. Além disso, destaca-se a importância de formar os educadores para compreender e aplicar essas adaptações de maneira eficaz, garantindo que todas as crianças, especialmente aquelas com TEA, possam beneficiar-se de um ensino individualizado e sensível às suas necessidades.

Adaptações como a individualização das metas e objetivos acadêmicos, flexibilização das metas curriculares e a revisão contínua das práticas pedagógicas indicam um compromisso com a personalização do ensino. A colaboração estreita com especialistas em educação especial para criar planos de ensino individualizados, junto com o treinamento

regular dos professores sobre como adaptar suas aulas, ressalta um esforço conjunto para um ambiente de aprendizagem inclusivo.

Portanto, em Dracena, a abordagem para o ensino de crianças com TEA na Educação Infantil é caracterizada por uma busca ativa por soluções adaptativas e inclusivas, onde a participação ativa do Supervisor de Ensino é fundamental para orientar, facilitar e promover a eficácia dessas estratégias, assegurando que o ensino seja acessível, envolvente e produtivo para todos os estudantes.

CONCLUSÕES

Após análise e interpretação dos dados recolhidos, chegamos primeiramente à conclusão que conseguimos responder aos objetivos propostos por esse estudo e consequentemente conseguimos resposta para a pergunta problema que norteou esse estudo.

Nos permitiu também obter informações importantes sobre os avanços do Ensino para Estudantes com TEA na Educação Infantil, nas escolas do município de Dracena, além de enriquecer bases para estudos futuros sobre essa temática e assim motivar melhorias no sistema inclusivo do referido município.

Os resultados encontrados na aplicação das técnicas condizem com os resultados que presenciamos, com isso podemos destacar que a partir dos resultados encontrados surgem a necessidade de se abrir novos debates e consequentemente o implemento de novas ações que favoreçam ainda mais a inserção desses estudantes em um sistema inclusivo.

No início deste estudo ficamos conhecendo os problemas enfrentados pelos estudantes com TEA, suas famílias e profissionais da escola que lidam com esses estudantes, e o que sofreram ao longo do tempo.

Tão importante quanto conhecer a evolução histórica e legal do ensino dos estudantes com TEA na Educação Infantil, é conhecer essa evolução dentro das instituições escolares. Conhecer os avanços que estão acontecendo dentro das escolas e não somente conhecer a evolução legal e histórica é indispensável para aprimorar as ações e projetos de melhoria no sistema.

O ensino de estudantes com TEA na Educação Infantil, advém de muitos movimentos, debates, estudos teóricos, práticas e alguns dos mais importantes documentos produzidos, a Declaração de Salamanca em 1994, que aduz que toda criança tem direito à educação e que as escolas devem se preparar e fornecer programas educativos para receber e atender essas crianças.

A inclusão escolar não acontece por si só, mudanças são necessárias, principalmente dentro das escolas. A maior consequência que ocorre quando bons resultados são atingidos é a motivação, interesse, que levam os estudantes com necessidades especiais e seus pais a permanecerem confiantes nas propostas inclusivas das escolas municipais.

Por intermédio do estudo foi possível evidenciar os diversos desafios superados pela escola no ensino dos estudantes com TEA na Educação Infantil.

Quando às dificuldades no processo de educar, é necessário; uma rede de apoio pedagógico, que estimule a confiança da família deste estudante, que informe quanto às possibilidades de permanência e superação das dificuldades sem jamais desanimar.

Esta temática serviu para que as pessoas interessadas no assunto tenham conhecimento teórico e prático e sejam capazes de fazer essa relação para compreender os avanços no município e serem capazes de propor novas ações para melhoria do ensino dos estudantes com TEA na Educação Infantil.

Portanto, no geral presenciamos no município de Dracena uma gestão educacional responsável e organizada. Pautada em projetos inclusivos abrangentes e escolas que estão se preparando para os estudantes com TEA, porém muito ainda se tem a avançar. No tocante a entender um pouco sobre esse tema nas escolas de Dracena, percebemos que o ensino da criança com TEA na Educação Infantil, possibilita aos estudantes, compartilhar o mesmo espaço educacional que os demais e estimula a aprendizagem colaborativa.

Todos ganham com a convivência, aos demais estudantes é oportunizado a troca, a convivência com o estudante com TEA, o respeito à diversidade, a sensibilização e a tolerância, objetivos estes da educação para a formação humana e a vida em sociedade. Assim, entende-se que a educação inclusiva é benéfica para todos, e assim visualizamos a educação no município.

A ideia de educação inclusiva ainda inquieta as concepções, que se vê diante de uma proposta que implica substituir antigos paradigmas e olhar introspectivamente para si, introjetar novas crenças, assumir posturas condizentes, adotar metodologias diversificadas, fazer uso de ferramentas tecnológicas, investir na formação continuada dos professores, e traduzir os novos conhecimentos em práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e a inclusão de todos.

Dessa forma em relação ao objetivo 1º que trata de "**Analisar as implicações legais e as práticas pedagógicas relacionadas ao atendimento e inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil",** concluímos que a pesquisa realizada no município de Dracena iluminou aspectos essenciais sobre a inclusão e o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, revelando tanto avanços quanto desafios persistentes. Os dados coletados, através de observações participantes, entrevistas e análise documental, destacam a necessidade premente de uma infraestrutura educacional mais potente e especializada, bem como de recursos didáticos e tecnológicos adaptados que sejam consistentemente acessíveis em todas as instituições de ensino.

A análise das implicações legais é fundamental para entender o cenário da inclusão e do atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, especialmente quando consideramos o contexto brasileiro. A legislação vigente, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece diretrizes claras para a garantia dos direitos educacionais

de estudantes com deficiência, assegurando-lhes acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais.

A pesquisa realizada em Dracena revela um cenário onde, apesar dos esforços evidentes para a adaptação e implementação de práticas pedagógicas inclusivas, existem lacunas significativas entre as prescrições legais e a realidade prática nas escolas. A legislação brasileira enfatiza a importância de um sistema educacional inclusivo, que promova o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com TEA em ambientes de ensino comum, com o suporte de recursos e serviços de educação especial.

No entanto, a falta de recursos especializados, a insuficiência de profissionais de apoio qualificados e a escassez de formação específica para os educadores apontam para uma discrepância entre as normativas legais e a efetivação desses direitos no município. Isso evidencia a necessidade de uma ação mais assertiva por parte dos governos federal, estadual e municipal na alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos para cumprir as exigências legais de inclusão.

A legislação também prevê a formação continuada de professores e profissionais da educação para o atendimento às especificidades dos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA. No entanto, a pesquisa indica que, apesar de algumas iniciativas positivas, ainda há uma grande necessidade de programas de capacitação mais abrangentes e regulares, que preparem os educadores para enfrentar os desafios da educação inclusiva com competência e sensibilidade.

Ademais, a legislação apoia a participação ativa da família no processo educacional e na tomada de decisões relacionadas ao atendimento especializado, ressaltando a importância de uma parceria efetiva entre escola e família. A colaboração observada entre a comunidade escolar e os pais em Dracena, embora seja um ponto positivo, destaca a necessidade de estruturas de suporte mais formais e consistentes que facilitem essa interação em conformidade com as diretrizes legais.

Portanto, a análise da legislação e sua implementação em Dracena aponta para a necessidade crítica de investimentos e reformas estruturais que assegurem a plena inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil. É imperativo que as políticas públicas se alinhem não apenas com os mandatos legais, mas também com as melhores práticas pedagógicas, garantindo assim que todos os estudantes com TEA possam usufruir de uma educação que respeite suas individualidades e promova seu máximo desenvolvimento.

No que diz respeito ao 2º objetivo que trata de “**Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil”**, revela uma complexidade de desafios interligados. A superação dessas dificuldades exige uma abordagem que inclua formação profissional contínua, recursos adequados, e uma parceria sólida entre escolas, famílias e profissionais de saúde. As

citações de Dr. Stephen Shore ressaltam a importância de reconhecer a individualidade de cada estudante com TEA e a necessidade de adaptações personalizadas nas estratégias de ensino. Portanto, para promover uma verdadeira inclusão, é imperativo que os sistemas educacionais se comprometam a fornecer o apoio necessário, tanto em termos de recursos quanto de formação, para capacitar os educadores a atender às necessidades únicas dessas crianças, garantindo-lhes uma experiência educacional rica e inclusiva.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, conforme revelado pelas observações participantes e entrevistas realizadas no município de Dracena, apresenta um conjunto complexo de desafios que exigem atenção cuidadosa e estratégias específicas para serem superados. Estes desafios, conforme identificados, abrangem várias dimensões do processo educacional, desde a comunicação e interação social até o manejo comportamental e a adaptação pedagógica. O reconhecimento dessas dificuldades é o primeiro passo fundamental para o desenvolvimento de práticas eficazes de inclusão.

Um dos obstáculos mais proeminentes identificados é a barreira na comunicação e na interação social. As crianças com TEA muitas vezes enfrentam dificuldades significativas nessas áreas, o que requer dos educadores não apenas um entendimento profundo dessas limitações, mas também a capacidade de implementar sistemas de comunicação alternativos e estratégias para ensinar habilidades sociais de maneira explícita e acessível.

A necessidade de adaptação do ambiente educacional para acomodar sensibilidades sensoriais variadas é um aspecto frequentemente subestimado, mas crucial para a inclusão efetiva. A falta de recursos adequados para criar um ambiente de aprendizagem sensorialmente amigável pode limitar significativamente a capacidade das crianças com TEA de participar plenamente das atividades escolares.

As entrevistas e observações destacam uma lacuna significativa na formação e no apoio profissional disponível para os educadores. A necessidade de formação específica sobre TEA, estratégias de ensino adaptadas, e o manejo de desafios comportamentais e sensoriais é evidente. Além disso, a colaboração efetiva com as famílias das crianças e outros profissionais, como terapeutas e psicólogos, é reconhecida como um componente vital para o sucesso da inclusão.

Sobre o 3º objetivo que visa "**Verificar de que forma o Supervisor de Ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena",** concluímos que a pesquisa conduzida em Dracena ilumina o papel fundamental do Supervisor de Ensino na promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil.

Através da melhoria da comunicação entre escolas e famílias, do apoio ao desenvolvimento de adaptações curriculares e pedagógicas, e da promoção do

desenvolvimento profissional dos professores, os Supervisores de Ensino são peças-chave na criação de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Eles facilitam a implementação de práticas educacionais que não apenas atendem às necessidades específicas de cada criança com TEA, mas também promovem um ambiente de aprendizado onde todas as crianças podem prosperar. A dedicação contínua ao aprimoramento das estratégias de inclusão, suportada por uma colaboração efetiva entre a escola e a família, e a orientação competente dos Supervisores de Ensino, são essenciais para o sucesso educacional e o bem-estar das crianças com TEA em Dracena.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em Dracena, com base nas observações participantes e entrevistas, destaca o papel crítico do Supervisor de Ensino na promoção de práticas educacionais inclusivas. Este terceiro objetivo específico da pesquisa ressalta a importância de uma abordagem colaborativa e integrada, focada na parceria entre família e escola, e na adaptação curricular e pedagógica para atender às necessidades específicas das crianças com TEA.

A atuação do Supervisor de Ensino é instrumental na construção de pontes entre a escola e as famílias, garantindo uma comunicação eficaz e o compartilhamento de informações e estratégias que suportem o desenvolvimento holístico da criança. Os supervisores são fundamentais na orientação das escolas sobre as melhores práticas inclusivas, na promoção de recursos adequados e na formação contínua dos professores. Eles desempenham um papel vital na identificação e aplicação de adaptações curriculares e estratégias pedagógicas que reconheçam e respeitem a individualidade de cada estudante com TEA.

A observação participante e as entrevistas sublinham a essencialidade da colaboração entre família e escola. O Supervisor de Ensino, nesse contexto, emerge como um facilitador dessa parceria, promovendo o envolvimento dos pais no processo educativo e garantindo que as estratégias adotadas em casa e na escola sejam coerentes e complementares. Esta sinergia é fundamental para criar um ambiente de aprendizado consistente e suporte para a criança com TEA, tanto no ambiente escolar quanto em casa.

A pesquisa evidencia a necessidade de adaptações curriculares e pedagógicas para facilitar o aprendizado de crianças com TEA. O Supervisor de Ensino tem um papel indispensável na implementação dessas adaptações, trabalhando de perto com os professores para desenvolver e aplicar estratégias de ensino individualizadas que atendam às necessidades específicas de cada criança. Isso inclui a utilização de recursos visuais, métodos de ensino estruturados, e a criação de ambientes de aprendizagem que minimizem as distrações sensoriais e promovam a inclusão.

Um dos aspectos mais significativos destacados pela pesquisa é a importância do desenvolvimento profissional contínuo dos professores. O Supervisor de Ensino

desempenha um papel essencial na promoção de oportunidades de formação que abordem especificamente as estratégias de ensino adaptadas para estudantes com TEA. Isso inclui a sensibilização sobre o TEA, estratégias para melhorar a comunicação e interação social, e métodos para gerenciar comportamentos desafiadores de maneira positiva e construtiva.

SUGESTÕES

Com base nas conclusões obtidas a partir do estudo de caso no município de Dracena sobre o ensino de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, algumas sugestões podem ser formuladas para aprimorar a inclusão e o atendimento a esses estudantes. Essas sugestões visam abordar os desafios identificados e maximizar as oportunidades para o desenvolvimento educacional e social dessas crianças.

1- Desenvolver programas de formação continuada focados nas necessidades específicas de estudantes com TEA, incluindo estratégias pedagógicas adaptativas, comunicação alternativa e aumentativa, e manejo de comportamentos.
2- Promover orientações técnicas e seminários com especialistas em TEA para atualizar os conhecimentos sobre as melhores práticas e novas abordagens educacionais.
3- Investir em recursos tecnológicos e materiais didáticos adaptados que possam ser utilizados para apoiar o aprendizado de estudantes com TEA, como softwares educacionais interativos e materiais sensoriais.
4- Adaptar o ambiente físico nas escolas para torná-lo mais acolhedor e sensorialmente amigável para crianças com TEA, considerando a iluminação, cores, e disposição da sala de aula.
5- Fortalecer a parceria entre família, escola e redes de apoio através de reuniões regulares, troca de informações sobre as necessidades e progresso da criança, e estratégias de ensino a serem implementadas em casa.
6- Criar grupos de apoio para famílias de crianças com TEA, proporcionando um espaço para compartilhar experiências, estratégias e recursos.
7- Realizar atividades de sensibilização sobre o TEA para toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, e funcionários, visando promover um ambiente mais inclusivo e empático.
8- Incorporar a educação inclusiva nos currículos de formação de professores, preparando futuros educadores para atender à diversidade em sala de aula.
9- Ampliar o papel do Supervisor de Ensino para incluir o apoio direto na implementação de estratégias inclusivas e na adaptação curricular para estudantes com TEA.
10- Estabelecer equipes multidisciplinares nas escolas, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, e fonoaudiólogos, para fornecer suporte abrangente aos estudantes.

11- Advogar por políticas públicas que aloquem recursos adequados e estabeleçam diretrizes claras para a inclusão efetiva de estudantes com TEA na Educação Infantil.
12- Promover a colaboração interinstitucional entre as faculdades, secretarias de educação, saúde e assistência social para criar uma rede de suporte integrado às crianças com TEA e suas famílias.
13- Implementar sistemas de avaliação e acompanhamento contínuo do progresso dos estudantes com TEA, ajustando as estratégias pedagógicas conforme necessário para atender às suas necessidades individuais.

Essas sugestões, se bem implementadas e sustentadas por um compromisso contínuo das autoridades educacionais, escolas, famílias e da comunidade em geral, podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação e para a inclusão efetiva de estudantes com TEA na Educação Infantil em Dracena e em outros municípios enfrentando desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

André, M. (2011). Pesquisas sobre Formação de Professores: tensões e perspectivas docampo. In: Formação de Professores, Culturas: desafios á Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões/ Helena Amaral da Fontoura e Marcos Silva (orgs). Rio de Janeiro: ANPED Nacional.

Asperger, H. (1944). Die “Autistischen Psychopathen” im Kindesalter. *Archiv fur Psychiatrie und Nervenkrankheiten* 117, 76–136.

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. *Edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70Brasil.

Baxter, P. & Jack, S. (2015). Estudo de caso qualitativo realizado hodologia. O relatório qualitativo. http//www.nova.edu.ssss/QR/QR13-4/Baxter.pdf

Bicudo, M. A. V. (2013). *Filosofia da Educação Matemática segundo uma perspectiva fenomenológica*. In: Bicudo, M.A.V. (org.) Filosofia da Educação Matemática – Fenomenologia, concepções, possibilidades didático-pedagógicas. São Paulo: Editora UNESP.

Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). Qualitative Research for Education: An Introduction to Theory and Methods (2nd ed.). Allun & Bacon.

Bleuler, E. (1908). Die Prognose der Dementia praecox (Schizophreniegruppe). Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie und psychischgerichtliche.

Campoy, T. (2018). *Metodología de la investigación científica.* Ciudad del Este (py). U.N.C. del Este.

Castro, T. (2023) Simplificando o Autismo - Para pais, familiares e profissionais. 1ª Edição. Literare Books International. São Paulo.

Constituição Federal (1988) https://educamais.com/associacoes-autismo-brasil/ABRA – Associação Brasileira de Autismo

Creswell, J. W. & Poth, C. N. (2018). Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Amana Five Approaches (4th ed.). Sage Publications.

Declaração de Salamanca (1994). http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

da Silva, O. & Soares, A. (2017) *Educação Infantil no Brasil: história e desafíos contemporâneos.* Argumentos Pró-Educação. 2. 10.24280/ape.v2i5.200.

Denzin, N. K. (2009). The research act: A theoretical introduction to sociological methods. Routledge.

Eisenhardt, K. M. (1989). BuildingTheories from Case Study Reserarch. Academy of Management Rewiew. V. 14, p 532-550.

Ferraro, A. R. (2009) Formação de professores no Brasil: responsabilidades e desafios. São Paulo: Cortez.

Flick, U. (2011). Triangulation in qualitative research, In Oelerich, G., & Otto, H.U. (Eds>), Empirical Research and Social Work. Vs Verlag Fur Sozialwissenschaften.

Franco & Almeida, (2016). http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3648/html#naoexperimen

Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes da Educação Básica

Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Lei nº 64.187/2019. Assembleia Legistativa do Estado de São Paulo

Lei nº 12.796/2013. Lei do Município de Dracena

Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child* 2, 217–250.

Kvale, S., & Brinkmann, S. (2014). *InterViews: Learning the Craft of Qualitative Research Interviewing* (3rd ed.). Sage Publications.

Lima, V.M.L. (2011). Desenhos de pesquisa: uma contribuição para autores. *Online Brazilian Journal of Nursing,* 10(2).

Lincoln, Y. S. & Guba, E. C. (1995). Naturalistic inquiry. Bervely Hills. Sage.

Lorenzoni, L. M. (1990) As relações interpessoais e o inspetor educacional: subsídios para seu aditamento ao pleno exercício do processo de inspeção no sistema de ensino do Estado. Revista Educação, Porto Alegre, ano XIII, n. 19, p. 89-94.

Lücke H. (2009) Dimensões da gestão escolar e suas competências. Universidade de São Paulo- USP.

Manual do DSM (2013). https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf

Martins, C. M. de C., & Cedran, P. C. (2020) *A Supervisão de Ensino como indutora do fortalecimento na formação continuada dos profissionais da educação da Rede Pública Estadual Paulista. Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, *15*(esp4), 2777–2788. https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp4.14535

Minayo, de S. M. C. *(2001). Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Editora VozesLimitada.

Plano Nacional de Educação. 2014 – 2024 https://pne.mec.gov.br/

Patton, M. Q. (2015). Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating, Theory and Practice (4th ed.). Sage Publications.

Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica.* Curitiba: InterSaberes.

Prizant M. B. & Meyer F. T. (2023) Humano à sua maneira – Um novo olhar sobre o Autismo. Editora Edipro. 1ª ed.

Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2012). Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data (3rd ed.). Sage Publications.

Sampaio, L. M. T. (2020) Formação dos professores na educação inclusiva e TEA. V Congresso Nacional de Educação, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID90_15092018132151.pdf

Sampieri, H. R. (2010). *Metodologia da Investigação.* McGraw-Hill Interamericana de España S.L.; 6ª edição

Santos, A. C. P. dos. (2022) *Transtorno do espectro autista (TEA) na Educação Infantil: a importância docente. Revista Ci entífica FESA*, *1*(14), 03–14. https://doi.org/10.56069/2676-0428.2022.138

Santos, M. P. dos. (2012) Historiando a Supervisão Escolar no Brasil. Educação em Revista. v. 13, n. 2, p. 25-36, Jul.-Dez.

Saviani, D. (2008) A Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica: Da função à profissão pela mediação da ciência. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 539-554.

Schwartzman, J. S. (2011) *Transtorno Do Espectro Do Autismo.* São Paulo: Memnon. Cap. 12. p.173 -201.

Smith, D. D. (2008) *Introdução à Educação Infantil. Ensinar em Tempos de Inclusão.* 5ª edição. Editora Artmed

Stake, R. E. (2010). The Art of Case Study Research. Sage Publications.

Stainback, S.; Stainback, W. (1999) *Aulas inclusas. Um novo método de ensinar e viver o currículo.* 4ª edição. Narcea S.A de ediciones. Madrid.

Stainback, S.; Stainback, W. S. (2008) *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed.

Torres, J. A. (2016).

Universidade de São Paulo (USP). (s.d.). Dimensões da gestão escolar e suas competências.https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf

Wallon, H. (2007) A criança turbulenta-estudo sobre os retardamentos e as anomalias do desenvolvimento motor e mental. Editora Vozes. Petrópolis,RJ.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (6th ed.). Sage Publications.

ANEXOS

ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA UAA

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

Asunción, 18 de septiembre del 2023

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **LEILA APARECIDA ALVES KANADA** es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA),** quien, en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le concede a la alumna, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

.....

José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

Sede Central – Edif. Jejuí – Jejuí 667 c/ 15 de Agosto
Teléfono: (595 21) 495 873 (R.A.) Fax: 445 231 – E-mail: info@uaa.edu.py

ANEXO II- CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA NA INSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA A PESQUISA – Escola 1

Carta de Apresentação para Recolhimento de Dados

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓNDOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Assunto: Autorização de Pesquisa para Conclusão do Mestrado em Ciências da Educação

Prezada Diretora de Escola,

Sou Mestranda da Universidade Autônoma de Assunção, no Paraguai, e estou desenvolvendo uma dissertação de conclusão de curso sob a orientação do professor Drº José António Torres. Gostaria de solicitar sua autorização para conduzir minha pesquisa de Mestrado, intitulada "**A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA**," na escola EMEFI Profª Ottília Braz Noguerol.

Minha pesquisa visa compreender os desafios enfrentados pelos professores e escolas na inclusão de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, bem como a contribuição do Supervisor

de Ensino nesse processo. Com sua autorização, pretendo coletar dados por meio de entrevistas e observações, garantindo a confidencialidade e o respeito às políticas da escola.

Sua colaboração será essencial para o sucesso deste estudo, e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou discutir detalhes adicionais que julgar necessários. agradeço desde já pela sua atenção e consideração.

Dracena, 01 de Março de 2023.

Atenciosamente,

Leila Aparecida Alves Kanada

Mestranda em Ciências da Educação – UAA

(X) Defiro

( ) Indefiro

Crisley de S. A. Santana (assinatura e carimbo)

Crisley de Souza Almeida Santana
RG 44.579.194-9
Diretor de Escola

ANEXO III- CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA NA INSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA A PESQUISA – Escola 2

Carta de Apresentação para Recolhimento de Dados

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓNDOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Assunto: Autorização de Pesquisa para Conclusão do Mestrado em Ciências da Educação

Prezada Diretora de Escola,

Sou Mestranda da Universidade Autônoma de Assunção, no Paraguai, e estou desenvolvendo uma dissertação de conclusão de curso sob a orientação do professor Drº José António Torres. Gostaria de solicitar sua autorização para conduzir minha pesquisa de Mestrado, intitulada "**A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA**," na escola EMEFI Luiza Rossa Ribeiro.

Minha pesquisa visa compreender os desafios enfrentados pelos professores e escolas na inclusão de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, bem como a contribuição do Supervisor

de Ensino nesse processo. Com sua autorização, pretendo coletar dados por meio de entrevistas e observações, garantindo a confidencialidade e o respeito às políticas da escola.

Sua colaboração será essencial para o sucesso deste estudo, e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou discutir detalhes adicionais que julgar necessários. agradeço desde já pela sua atenção e consideração.

Dracena, 01 de Março de 2023.

Atenciosamente,

Leila Aparecida Alves Kanada

Mestranda em Ciências da Educação – UAA

(X) Defiro

( ) Indefiro

_____(assinatura e carimbo)

Diretor de Escola
RG: 17.890.531-5

ANEXO IV – VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

UNIVERSIDAD AUTONÓMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA PARA O SUPERVISOR DE ENSINO, DIRETOR DE ESCOLA, PROFESSOR E PAIS DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DRACENA.

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**.

Problemática: A inclusão escolar de estudantes com TEA na Educação Infantil de Dracena.

Objetivo Geral da Pesquisa: O objetivo geral da pesquisa é investigar a contribuição do supervisor de ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, por meio de um estudo de caso em escolas no município de Dracena. São 10 (dez) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões de 1 a 6, têm como base o **2º objetivo específico:** *Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil.* As demais questões de 7 a 10, têm como base o **3º objetivo específico:** *Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena.* Ao todo são 03 (três) objetivos específicos, sendo que um deles, o 1º, não expresso neste formulário, está direcionado à análise documental.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos.** No caso da questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Leila Aparecida Alves Kanada

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 2 Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil; **Público-alvo:** Professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 1** Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam ao ensinar crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 2 Quais leis e regulamentações são relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 3 Como a escola lida com a falta de recursos para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil?	X			X			
	QUESTÃO 4 Quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no atendimento a crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 5 Quais são as adaptações curriculares realizadas para atender às necessidades de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 6 Quais preocupações os pais de crianças com TEA têm em relação à Educação Infantil em Dracena?	X			X			

3

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 3 Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena **Público-alvo:** Supervisores de ensino, professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 7** Quais são as expectativas em relação ao papel do supervisor de ensino no apoio à inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 8 Como o supervisor de ensino pode contribuir para a formação dos professores em relação às práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA?	X			X			
	QUESTÃO 9 Quais impactos são esperados a partir da atuação do supervisor de ensino na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 10 De que maneira a colaboração entre professores, supervisores de ensino e comunidade escolar pode ser otimizada para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			

Saraiva

Nome: Aparecida dos Santos Saraiva Rocha
Rg. 17.913.750

UNIVERSIDAD AUTONÓMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA PARA O SUPERVISOR DE ENSINO, DIRETOR DE ESCOLA, PROFESSOR E PAIS DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DRACENA.

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**.

Problemática: A inclusão escolar de estudantes com TEA na Educação Infantil de Dracena.

Objetivo Geral da Pesquisa: O objetivo geral da pesquisa é investigar a contribuição do supervisor de ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, por meio de um estudo de caso em escolas no município de Dracena. São 10 (dez) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões de 1 a 6, têm como base o **2º objetivo específico:** *Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil.* As demais questões de 7 a 10, têm como base o **3º objetivo específico:** *Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena.* Ao todo são 03 (três) objetivos específicos, sendo que um deles, o 1º, não expresso neste formulário, está direcionado à análise documental.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos.** No caso da questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Leila Aparecida Alves Kanada

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 2 Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil; **Público-alvo:** Professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 1** Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam ao ensinar crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 2 Quais leis e regulamentações são relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 3 Como a escola lida com a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos para promover a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil?	X			X			
	QUESTÃO 4 Quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no atendimento a crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 5 Quais são as adaptações curriculares realizadas para atender às necessidades de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 6 Quais preocupações os pais de crianças com TEA têm em relação à Educação Infantil em Dracena?	X			X			

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 3 Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena **Público-alvo:** Supervisores de ensino, professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 7** Quais são as expectativas em relação ao papel do supervisor de ensino no apoio à inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 8 Como o supervisor de ensino pode contribuir para a formação dos professores em relação às práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA?	X			X			
	QUESTÃO 9 Quais impactos são esperados a partir da atuação do supervisor de ensino na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 10 De que maneira a colaboração entre professores, supervisores de ensino e comunidade escolar pode ser otimizada para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			

Ana Batalini

Nome: Ana Rosária Campos Batalini
RG. 21.918.756-3

Leila Aparecida Alves Kanada

UNIVERSIDAD AUTONÓMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA PARA O SUPERVISOR DE ENSINO, DIRETOR DE ESCOLA, PROFESSOR E PAIS DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DRACENA.

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**.

Problemática: A inclusão escolar de estudantes com TEA na Educação Infantil de Dracena.

Objetivo Geral da Pesquisa: O objetivo geral da pesquisa é investigar a contribuição do supervisor de ensino na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, por meio de um estudo de caso em escolas no município de Dracena. São 10 (dez) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões de 1 a 6, têm como base o **2º objetivo específico:** *Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil.* As demais questões de 7 a 10, têm como base o **3º objetivo específico:** *Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena.* Ao todo são 03 (três) objetivos específicos, sendo que um deles, o 1º, não expresso neste formulário, está direcionado à análise documental.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos.** No caso da questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Leila Aparecida Alves Kanada

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 2 Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola na inclusão de estudantes com TEA na educação infantil; **Público-alvo:** Professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 1** Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam ao ensinar crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 2 Quais leis e regulamentações são relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 3 Como a escola lida com a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos para promover a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil?	X			X			
	QUESTÃO 4 Quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no atendimento a crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 5 Quais são as adaptações curriculares realizadas para atender às necessidades de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 6 Quais preocupações os pais de crianças com TEA têm em relação à Educação Infantil em Dracena?	X			X			

Leila Aparecida Alves Kanada

TEMA: **"A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DRACENA"**

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		Sim	Não	?	Sim	Não	?	
OBJETIVO 3 Verificar de que forma o supervisor de ensino pode contribuir para a promoção da inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil em escolas do município de Dracena **Público-alvo:** Supervisores de ensino, professores, diretores de escolas, pais de estudantes com TEA da Educação Infantil.	**QUESTÃO 7** Quais são as expectativas em relação ao papel do Supervisor de Ensino no apoio à inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 8 Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a formação dos professores em relação às práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA?	X			X			
	QUESTÃO 9 Quais impactos são esperados a partir da atuação do Supervisor de Ensino na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			
	QUESTÃO 10 De que maneira a colaboração entre professores, Supervisores de Ensino e comunidade escolar pode ser otimizada para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?	X			X			

Nome: **Solange Bispo/Rg 25.611.283-6**

Leila Aparecida Alves Kanada

ANEXO V- DADOS DO QUADRO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DRACENA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE DRACENA
CIDADE MILAGRE

Ofício nº 442/2023 **Dracena (SP), 29 de novembro de 2023.**

Assunto: Resposta à solicitação

Prezada Senhora,

Em resposta a sua solicitação envio a relação do quadro pessoal da Secretaria da Educação:

Professores	**726**
Diretores	**18**
Vice-Diretor	**04**
Coordenadores Pedagógicos	**14**
Cuidadores	**21**
Auxiliares de Serviços de Educação	**144**

Sem mais para o momento, esperamos continuar com esta parceria e manifestamos protestos de estima e consideração.

SABRINA APARECIDA DA SILVA LIMA
Secretária Municipal de Educação

Ilma. Sra.
Leila Aparecida Alves Kanada
Pesquisadora/Estudante de Mestrado
Dracena-SP

ANEXO VI – ENTREVISTA ABERTA

1. Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam ao ensinar crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?
2. Quais leis e regulamentações são relevantes para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?
3. Como a escola lida com a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos para promover a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil?
4. Quais são as estratégicas pedagógicas utilizadas no atendimento à crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?
5. Quais são as adaptações curriculares realizadas para atender às necessidades de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?
6. Quais preocupações os pais de crianças com TEA têm em relação à Educação Infantil em Dracena?
7. Quais são as expectativas em relação ao papel do Supervisor de Ensino no apoio à inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?
8. Como o Supervisor de Ensino pode contribuir para a formação dos professores em relação às práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA?
9. Quais impactos são esperados a partir da atuação do Supervisor de Ensino na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, em Dracena?
10. De que maneira a colaboração entre professores, Supervisores de Ensino e comunidade escolar pode ser otimizada para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil em Dracena?